

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO DE ECONOMIA

GUILHERME SOARES FERREIRA

A OBRA DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES:

uma análise do período 1963-1978

Rio de Janeiro

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GRADUAÇÃO DE ECONOMIA

GUILHERME SOARES FERREIRA

A OBRA DE MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES:

uma análise do período 1963-1978

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como
exigência para aprovação.

Orientador: Ricardo Bielschowsky

Rio de Janeiro

2020

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a).

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

Milton Santos

AGRADECIMENTOS

Durante toda a minha graduação contei com a colaboração e apoio de muitas pessoas, sendo impossível nomear a todos. Além disso, este breve agradecimento não faz jus a tudo que recebi. Em primeiro lugar, agradeço a minha família por todo amor, carinho e paciência. Em especial, deixo minha gratidão ao meu irmão Leonardo, também aluno do Instituto de Economia, que me acompanhou durante toda esta caminhada.

Agradeço aos meus amigos por dividirem comigo os bons e os maus momentos. Em especial aos amigos que carrego desde os tempos de Colégio Santo Agostinho, dentre os quais destaco Gabriel Dias, Breno Valle, Jair Coelho, João Pedro Arruda, José Victor Ferreira. Aos amigos que fiz na Liga Acadêmica de Políticas Públicas do Instituto de Economia da UFRJ (LAPP.IE) e no Encontro Regional dos Estudados de Economia em 2018. Agradeço também ao meu amigo Wallace Lopes, por quem tenho grande carinho e admiração, por todo o conhecimento compartilhado.

Agradeço ao povo brasileiro e ao Estado do Brasil pela oportunidade de estudar em uma universidade pública de excelência. Especialmente, agradeço à UFRJ e ao Instituto de Economia, bem como, a todos os funcionários que, com bravura, zelam por esta instituição secular.

Agradeço a meu orientador, Professor Ricardo Bielschowsky (UFRJ), pela paciência e dedicação como orientador. Mais do que isso, sou imensamente grato por tudo que aprendi como aluno e orientando. Com o professor Ricardo Bielschowsky aprendi muito mais do que economia, tirei lições que levarei por toda a vida. Espero fazer jus ao privilégio que foi ter sido seu aluno.

RESUMO

Amplamente reconhecida como uma das mais importantes economistas latino-americanas, Maria da Conceição Tavares consagrou-se por suas análises originais e contribuições para a interpretação da economia latino-americana, em especial a brasileira. Este trabalho apresenta a obra da autora desde seu clássico texto sobre substituição de importações, de 1963, “*Auge e declínio do processo de substituição de importações*” até a tese de 1978, “*ciclo e crise: o movimento recente da economia brasileira*”. Ao longo do estudo, buscou assinalar suas múltiplas influências e principais contribuições.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES.....	13
1.1. Transformações do Modelo latino-americano	13
1.2. Do Conceito de Substituição de Importações	17
1.3. Dinâmica e Crítica à Industrialização na América Latina	19
1.4. O Caso brasileiro.....	23
1.4.1. Particularidades na transição entre os modelos	24
1.4.2. As transformações econômico-sociais do novo modelo.....	25
1.5. Perspectivas.....	27
CAPÍTULO 2 - ALÉM DA ESTAGNAÇÃO: ESTILOS DE DESENVOLVIMENTO E UMA PRIMEIRA INCURSÃO NOS DETERMINANTES ENDÓGENOS DO CRESCIMENTO	31
2.1. Do conceito de “Estilos de Desenvolvimento”	32
2.2. A tendência à estagnação por Celso Furtado	35
2.3. Crítica ao Modelo de Celso Furtado	41
2.4. A construção do Novo Estilo de Desenvolvimento	43
2.5. A Questão Financeira na Transição dos Estilos.....	53
CAPÍTULO 3 - A INTERPRETAÇÃO DOS CICLOS ENDÓGENOS DE CRESCIMENTO	58
3.1. Dinâmica Capitalista: Keynes, Kalecki e Schumpeter	59
3.2. Acumulação de Capital e a teoria do valor	62
3.3. Padrão de acumulação: uma integração micro/macrodinâmica.....	65
3.4. Breves considerações sobre o Capitalismo Tardio e a reinterpretação da industrialização no Brasil.....	68
3.5. Aspectos gerais do ciclo endógeno nas economias semi-industrializadas latino- americanas.....	75
3.6. A dinâmica cíclica no período de Industrialização Pesada.....	82
3.6.1. O Plano de Metas e a fase expansiva do ciclo: 1957/1962	84
3.6.2. A fase depressiva do ciclo: 1963/66	88
3.6.3. A recuperação rumo ao novo ciclo de crescimento: 1967/70	91
3.6.4. O auge do ciclo: 1970/1973.....	93
3.6.5. A desaceleração: 1973/77	94
3.7. A questão financeira do desenvolvimento	96
CONCLUSÃO.....	102

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
---	------------

INTRODUÇÃO

Maria da Conceição Tavares desembarcou no Brasil em 1954, após deixar Portugal em função do salazarismo. A partir daí, com a equivalência de seu diploma de matemática não validada, sua trajetória no campo acadêmico ganharia novos rumos, levando-a para a economia. Com esta mudança, as histórias brasileira e latino-americana foram brindadas com o florescimento de uma brilhante e instigante intelectual, cujas contribuições transpassam o campo meramente econômico. Reconhecida por suas análises originais, tornou-se uma das economistas de maior influência no Brasil após os anos 60. Durante sua trajetória, como será visto ao longo deste trabalho, Conceição apresentou uma profunda preocupação com a questão do subdesenvolvimento – sobretudo o brasileiro. Para analisá-lo, se propôs a ter um olhar multidisciplinar e apaixonado sobre os fenômenos que estudava, embora sempre mantivesse a distância necessária do objeto.

Como destaca Bielschowsky (2010a, p.193)

(...) mente brilhante, solidez teórica em economia, cultura histórica, e perspectiva multidisciplinar. Não é que faça análises totalizantes - ela sempre se burla disso -, mas é que tem a sensibilidade que os economistas tradicionais não têm para as disciplinas afins, a sociologia, a ciência política, a história. Para ela a economia é uma disciplina social e histórica, que para ser bem empregada requer, é claro, conhecimento teórico, mas requer também análises que saiam do âmbito restrito das aborrecidas tecnicidades, e ajudem a entender a história e a sociedade em toda sua complexidade. E, não menos importante, a poderosa combinação entre criatividade e rebeldia. Mexe com a cabeça dos alunos e dos colegas economistas, obriga todo mundo a 'pensar grande'. (BIELSCHOWSKY, 2010a, pp.193-194)

Inicialmente amparada no marco original da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), Maria Conceição Tavares pode ser ambientada dentro do que ficou conhecido como a segunda geração da CEPAL, também composta por outros economistas como Carlos Lessa e Antônio Barros de Castro. Entretanto, durante sua trajetória, a autora, embora sempre acompanhada do método histórico estrutural, rompe parcialmente com as análises cepalinas. Para tanto reavalia sua matriz teórica, trazendo para o bojo de sua análise os aspectos internos da acumulação de capital na compreensão dos processos de crescimento e crise das economias periféricas. Além disso, incorpora a problemática da insuficiência do setor de bens de capital e as peculiaridades do sistema financeiro no Brasil. Após os anos 80,

duas preocupações principais afligem a autora: as mudanças na ordem global e seus impactos sobre o desenvolvimento das economias periféricas, em particular o Brasil.

Uma das qualidades mais destacadas da autora é a de captar os aspectos relevantes de cada autor na estruturação de sua própria análise, incorporando as limitações destes conteúdos na compreensão de um tempo-espço distinto daquele de onde foram gerados. Conforme assinala Bielschowsky (2010a p.194), além da influência já destacada de autores da CEPAL - como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, outros referenciais são sua “admiração pelos clássicos e por Marx; e, entre os autores do século XX, Keynes, Kalecki, Schumpeter e, talvez, Steindl.”

Como destaca Bielschowsky (2010a, p.194), Tavares é “essencialmente uma economista do desenvolvimento”. Nesse sentido, é pertinente fazer uma breve análise do histórico estruturalismo, método analítico que acompanharia a autora por toda sua carreira acadêmica.

“O ponto de partida para o entendimento da contribuição da CEPAL à história das idéias econômicas é o reconhecimento de que se trata de um corpo analítico específico, aplicável às condições históricas próprias das periferias latino-americanas” (BIELSCHOWSKY, 1999, p.16). Isto é, trata-se de um método de análise original, articulado e desenvolvido para entender a realidade latino-americana.

O ‘método’ do estruturalismo latino-americano leva especialmente em conta as características reais das situações analisadas, incluindo seus antecedentes históricos relevantes, em vez de praticar uma análise partindo de um conjunto de postulados gerais e abstratos cuja aplicabilidade se presume independente de lugar, época e história. (RODRIGUEZ, 2009, p.13)

A pedra fundamental do método histórico estrutural é a interação entre um enfoque indutivo e a abstração teórica, inicialmente amparado na constatação de que os países latinos não se beneficiavam das propagadas benesses das teorias de Vantagem Comparativa - observação feita originalmente por Raul Prebisch (1949). Não podemos, porém, confundir a apropriação indutiva feita pela Cepal com uma possível leitura “objetiva” de ciência. Ao contrário, o “não determinismo” é uma marca do estruturalismo latino-americano, em que o “devir concreto do desenvolvimento não depende apenas de suas bases econômicas, mas

também da interação entre elas e complexos fenômenos sociopolíticos e culturais, não há como negar a existência de diferentes combinações desses elementos”. (RODRIGUEZ, 2009, p.48).

Na análise econômica cepalina, o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas históricas e comparativas...” (BIELSCHOWSKY, 1999, p.21). Dessa forma, o método cepalino reside na interação entre o indutivo e o histórico-estrutural, em que aquele é apenas o ponto de partida, para revelar elementos concretos constitutivos do real, que somente poderão ser mais detalhados a partir de uma indagação histórico estrutural. Isto permitiu a formatação de um método “aberto” de análise, que, embora sólido, tenha flexibilidade para se combinar com outros enfoques analíticos afim de promover uma análise dinâmica das transformações ao longo do tempo. Bielschowsky (1999, p.17) sintetiza bem a questão:

O que vai se alterando é a própria história real sobre a qual se debruça a análise, bem como o contexto ideológico no qual ela é gerada, obrigando-a a permanentemente adaptar ênfases e a renovar interpretações de modo a adaptar-se aos novos contextos históricos. Isso permite, a capacidade de se realizar diversas revisões interpretativas sem que se perdesse a coesão teórica. (BIELSCHOWSKY, 1999, p.17)

Sobre a trajetória de Maria da Conceição Tavares, outros trabalhos já analisaram a evolução de sua obra. Dentre elas destacamos: Possas (2001), Silva (2009), D’avila (2006), Bielschowsky (2010b), Moura (2013), Robilloti (2016), Costa (2019). Vale comentar que os trabalhos guardam entre si algumas diferenças quanto à periodização do pensamento da autora. Nesta monografia, buscaremos realizar uma sistematização da obra de Tavares em diálogo com estes autores que já realizaram esforço semelhante.

O trabalho está dividido três capítulos, além de introdução e conclusão. Cada capítulo é referente a uma “fase” da autora e conta com uma formulação dos aspectos gerais de seu pensamento e resenha da análise de Tavares.

O primeiro capítulo versa sobre “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”. Maria da Conceição Tavares o escreveu no período em que atuava no escritório da CEPAL, no qual trabalhava conjuntamente com outros grandes economistas, como Anibal Pinto e Carlos Lessa. O artigo se situa em um momento histórico de discussão

sobre os limites estruturais do processo substitutivo de importações e sobre a questão da restrição externa.

No ensaio, que se tornou um clássico da literatura heterodoxa latino-americana, a autora se aprofunda na discussão sobre o processo de substituição de importações brasileiro, sintetizando uma análise histórica da economia do país a partir das clássicas formulações da Cepal sobre a estrutura econômica e a dinâmica de crescimento particulares à América Latina e, em especial o Brasil até os anos 1950. Em sua interpretação, pode-se dizer que Conceição se aproxima bastante das análises de Raúl Prebisch (1949 e 1963) e Celso Furtado (1959 e 1961).

No segundo capítulo analisamos as primeiras críticas de Maria da Conceição Tavares às formulações da CEPAL, o que corresponde, na verdade, a uma autocrítica. Embora ainda não seja evidente uma ruptura tão profunda quanto em seus trabalhos seguintes, o marco inicial de suas reformulações é o seu “Além da estagnação” (Tavares e Serra 1972). Nele, conjuntamente com José Serra, passa a dar enfoque aos problemas da acumulação de capital. O artigo configura-se como um contraponto à tese estagnacionista de Celso Furtado. O ponto de partida é similar ao de Furtado: os limites do processo de substituição de importações como modelo dinâmico e indutor de crescimento. Entretanto, diferentemente de Furtado, Tavares e Serra analisam a crise dos anos 60 como um período de transição para um novo estilo de desenvolvimento capitalista nutrido pela exclusão das massas (de consumo e de trabalho) e assentado na concentração da renda.

O terceiro capítulo corresponde à fase em que Tavares aprofunda suas críticas à tradicional formulação Cepalina, o que inclui uma revisão de sua própria interpretação sobre o processo de industrialização brasileiro. O marco inicial é o ensaio “Distribuição de renda, acumulação e padrão de industrialização” (TAVARES 1973), em que introduz a centralidade do processo de acumulação interna e de seus relativos “padrões”. Em “Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil” (TAVARES 1974) e em sua tese de livre-docência, “Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira, de 1978,” a autora aprofunda suas reflexões e elabora um original esquema analítico para descrever os mecanismos endógenos do processo de acumulação de capital no Brasil. Assume centralidade a ideia de crise cíclica endógena, apoiada no movimento de acumulação do capitalismo na periferia.

Dada as limitações deste trabalho de monografia de final de curso de graduação, , não incluímos aqui uma nova e rica fase analítica da autora, ou seja, a que se segue à explosão dos juros norte-americanos e à crise financeira de 1979 e primeiros anos da década de 1980. Cabe tão somente observar que, a partir daí, Tavares incorpora uma nova agenda de pesquisa orientada pelas “ (...) profundas mudanças na ordem financeira internacional e na operação da economia mundial nos anos 1970 e que, segundo ela, estavam destinadas a ter forte impacto negativo sobre a vida econômica nacional e sobre a dinâmica interna do crescimento” (BIELSCHOWSKY, 2010b, p.10).

Se antes o foco recaía sobre as relações centro- periferia, com a atenção voltada para o que acontece na periferia, com destaque para o caso brasileiro, a partir dos anos 80 a autora inicia suas reflexões sobre as relações assimétricas de poder entre as economias nacionais, reflexões que poderiam ser enquadradas em uma nova disciplina de estudo, a Economia Política Internacional. (SILVA, 2008, p. 33).

Neste sentido, Tavares busca compreender “(...) a hierarquia das relações internacionais do ponto de vista da predominância política e econômica da potência hegemônica.” (TAVARES 1985, p.). Isto implica em uma discussão não apenas em termos industriais e financeiros, mas também militares, diplomáticos e ideológicos. Sobre a visão de Tavares, Fiori (2000, p.211) destaca a sua originalidade quanto ao

papel da moeda e da política monetária americana como carro-chefe de uma estratégia consciente de retomada da hegemonia ameaçada na década de 1970 (...) Tavares analisa a ‘retomada’ como uma estratégia político-econômica e como dimensão de um processo global de transformação capitalista. Além disto, ela propõe uma leitura destas mudanças que não se submete à agenda da política externa norte-americana e introduz o ponto de vista da periferia do sistema (...). (FIORI, 2000, p.211).

CAPÍTULO 1 - SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

A partir da periodização Cepalina e de seu arcabouço teórico, Tavares publica, em 1963, um dos grandes clássicos da literatura econômica brasileira, *“Auge e declínio do processo de substituição de importações”*. O trabalho tinha como objetivo analisar a dinâmica de crescimento na região, e, em particular, no Brasil ao longo do século XX.

Nele, foi capaz de realizar uma avaliação crítica acerca da industrialização na América Latina, constatando, tal qual a Cepal, que as marcas estruturais da região se aprofundaram no decorrer do processo. Dentre as contribuições do ensaio, que incluem uma grande riqueza de dados e o debate acerca da dualidade brasileira, Bielschowsky (2010a, p. 197) destaca a que, em suas palavras, “é a mais conhecida”: “a análise da mecânica do processo substitutivo de importações.” Para Robilloti (2016, p. 213), o trabalho traduz, também, uma sistematização de “...um conjunto de formulações já presentes em vários textos da Cepal sobre a estrutura econômica e a dinâmica de crescimento que vigorava na América Latina e, particularmente no Brasil, até os anos 1960...”.

1.1. Transformações do Modelo latino-americano

O ponto de partida de Conceição são os modelos de desenvolvimento empregados na América Latina, tendo em vista a questão do dinamismo econômico na região, isto é, tanto os determinantes do crescimento quanto os seus limitantes. Em seu esforço teórico, a autora adota a periodização Cepalina e divide a economia em dois períodos: sob a regência do modelo primário-exportador e do modelo de substituição de exportações.

O Modelo Agrário-exportador é fruto da dominação portuguesa e vigorou até 1929, quando o dinamismo econômico brasileiro – e, grosso modo, latino-americano - era decorrente do mercado externo, no que ficou conhecido como ‘crescimento para fora’. Sinteticamente, através do setor externo se realizava a produção, pela exportação, principalmente, de produtos primários, gerando divisas para suprir a demanda por produtos importados – notadamente, de um perfil de consumo pertinente às classes altas.

Em seu esforço de compreensão da realidade dos países latino-americanos, Tavares elabora um paralelo do papel do setor externo nas economias centrais e nas periféricas. Tanto nas primeiras, quanto nas segundas, o setor externo, através das exportações, tinha importante impacto na geração de renda nacional e no crescimento, como também as importações eram fonte de suprimento de diversos tipos de bens e serviços à demanda interna. Entretanto, na comparação entre as duas economias, diferenças qualitativas substanciais eram percebidas.

Nas economias centrais, ainda que as exportações representassem um caro elemento à dinâmica econômica, sem a qual não poderia explicar-se a sua expansão, havia, concomitantemente, uma importante variável endógena, o investimento autônomo com progresso técnico. Nas palavras da autora: "...a combinação dessas duas variáveis, interna e externa, permitiu que o aproveitamento das oportunidades do mercado exterior se desse juntamente com a diversificação e integração da capacidade produtiva interna". (TAVARES, 1963, p.30).

Em contrapartida, na América latina, a variável externa era basicamente a única variável indutora do crescimento e, também, o centro dinâmico da economia, de modo que, diferentemente do que ocorria nas economias centrais, a capacidade de diversificação do sistema era bastante reduzida. Como destaca Tavares (1963, p. 30): "Em suma, o grau de difusão da atividade exportadora sobre o espaço econômico de cada país dependia da natureza do processo produtivo desses bens primários e do seu maior ou menor efeito multiplicador e distribuidor de renda".

Embora, como se sabe, o desenvolvimento do setor exportador tenha possibilitado um processo de urbanização, com variadas limitações, sobre o qual se assentou a constituição de indústrias de consumo interno de baixo nível de produtividade, o crescimento econômico continuava dependente do comportamento da demanda externa por produtos primários. Assim, "...essa reduzida atividade industrial, juntamente com o setor agrícola de subsistência, era insuficiente para dar à atividade interna um dinamismo próprio". (TAVARES, 1963, p.31).

Quanto às importações, nas economias centrais estas eram responsáveis por suprir a demanda por alimentos e matérias primas, cuja produção interna não era suficiente. Em contrapartida, nas economias periféricas, além de igualmente terem este papel, em graus variados, das importações dependiam as demandas por bens de consumo terminados e a grande parte da por bens de capital.

Ao longo do processo histórico de desenvolvimento, aos países tardios foi imposta uma divisão do trabalho social qualitativamente distinta das encontradas nos países centrais. Nesse sentido, Tavares destaca: “no caso dos países desenvolvidos não há uma separação nítida entre a capacidade produtiva destinada a atender aos mercados interno e externo”. (TAVARES, 1963, p.31)

Diferentemente, nas economias latino-americanas, o setor exportador era um setor bem definido, com alta rentabilidade e especializado em poucos produtos cujo montante maior era destinado ao mercado externo. O Setor interno, de baixa produtividade, estava atrelado, grosso modo, à subsistência.

Sobre esta diferenciação, residia uma elevada concentração de riqueza – principalmente no setor exportador, produzindo uma distribuição extremamente desigual. Em suma, à maior parte da população restavam níveis de renda baixíssimos e às classes altas, um elevado padrão de consumo atendido por importações. Sobre isto, Tavares é clara:

“Na combinação de um esquema dual de divisão do trabalho com uma acentuada desigualdade na distribuição pessoal da renda residia, pois, a base da tremenda disparidade entre a estrutura da produção e a composição da demanda interna, cujo ajuste se dava por intermédio do mecanismo de comércio exterior. Esta é, em última análise, a característica mais relevante do modelo primário-exportador, para a compreensão da mudança subsequente à **crise**”. (TAVARES 1963, p. 32 grifo do autor)

A crise destacada no fragmento acima refere-se ao período pós Primeira Guerra Mundial, no qual os países latino-americanos enfrentaram um prolongado período de objeções no balanço de pagamentos. Entretanto, como bem sintetiza Robilloti (2016, p. 217), “ (...) só a crise de 1929 foi capaz de desorganizar a economia dada a prolongada crise de realização das exportações no comércio internacional.”. Isto se deveu à brusca queda na capacidade de importar da grande parte dos países latinos.

Sobre o estrangulamento externo uma breve explanação é necessária. Tavares apresenta duas formas de estrangulamento “uma de caráter “absoluto” que corresponde a uma capacidade para importar estancada ou declinante, e outra de caráter “relativo” que se identifica com uma capacidade para importar que cresce lentamente a um ritmo inferior ao do produto”. (TAVARES, 1963, p. 36)

Identifica, ainda, três períodos pertinentes, o primeiro que vai de 1929 ao fim da segunda Grande Guerra, marcado por uma forte restrição no sentido “absoluto”. Posteriormente, um segundo período que avança até 1954 e é marcado por menores limitações da capacidade de importar, porém insuficiente para retornar aos patamares de preços relativos anteriores à crise prolongada. Por fim, um período que se inicia em 1954 em que as condições, à exceção dos países petroleiros, voltaram a ser bastante adversas, com a capacidade de importação tendendo novamente à estagnação. Em função do pleno funcionamento de um novo modelo de crescimento, visto a seguir, porém, este fato não significou um declínio da taxa de crescimento.

Tavares assinala, porém, que diferentemente dos países centrais, as economias latinas não enfrentaram ‘depressão prolongada’, em função da adoção - forçada pela conjuntura, de medidas que visavam a defender o mercado interno da deterioração do mercado internacional. Disto resultou, ainda que não fosse objeto destas políticas o estímulo à atividade interna, um processo de industrialização possibilitado pela manutenção da renda interna.

Sinteticamente, o aumento dos preços relativos das importações aliado às políticas de defesa do setor exportador – tais como, controle de importações, compra de excedentes e desvalorização cambial, possibilitou o surgimento de um processo de industrialização por Substituição de Importações relativamente espontâneo, apoiado na manutenção da renda interna, Tavares aponta:

Inicialmente utilizando e mesmo sobre utilizando a capacidade existente foi possível substituir uma parte dos bens que antes se importavam. Posteriormente, mediante uma redistribuição de fatores e, particularmente, do recurso escasso, as divisas, utilizou-se a capacidade para importar disponível com o fim de obter do exterior os bens de capital e as matérias primas indispensáveis à instalação de novas unidades destinadas a continuar o processo de substituição (TAVARES, 1963, p. 33)

Assim, afirma que houve uma quebra com o antigo modelo Agrário exportador e a ascensão de um novo modelo. Das características dessa mudança destacam-se, em primeiro lugar, um aumento da importância do setor interno na formação e no dinamismo da renda nacional, em concomitância a uma relativa perda de protagonismo do setor externo. Segundo a autora, “a importância das exportações como principal determinante (exógeno) do crescimento foi substituída pela variável do investimento...” (TAVARES, 1963, p. 34). O ‘novo’ papel decisivo do setor externo era dado pela sua capacidade de suprir a demanda interna por equipamentos e bens intermediários pertinentes à diversificação produtiva, pois agora, era

possível manter o crescimento- mediante investimento, sob condições de estagnação ou declínio temporário das exportações.

Além disso, duas considerações de Tavares são importantes, os aspectos ‘parcial’ e ‘fechado’ do modelo em questão. Do primeiro, as transformações produtivas ficaram restritos ao setor industrial, sem irradiação para o setor primário, preservando uma base exportadora sem dinamismo e uma relação dual entre os setores na economia. Em relação, ao aspecto “fechado” entende-se o fato de que os novos setores ficam restritos aos mercados nacionais. Tavares pondera que, ante uma mudança na divisão social do trabalho, não houve uma transformação equivalente da divisão internacional do trabalho. Finalizando:

(...) o ‘processo de substituição de importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e fechado que, respondendo às restrições comércio exterior procurou repetir aceleradamente, e condições históricas distintas a experiência de industrialização dos países desenvolvidos.”. (TAVARES, 1963, p.35).

1.2. Do Conceito de Substituição de Importações

Ao longo de “ *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações*”, Maria da Conceição Tavares realiza uma breve análise do emprego do conceito de substituição de importações . Para a autora, a utilização do termo de maneira literal e simplificada, como sinônimo da diminuição ou desaparecimento de importações substituídas por produção nacional, induz a uma compreensão equivocada da real natureza do processo em questão. Na concepção da economista, o processo de substituição de importações é **um modelo de desenvolvimento com especificidades históricas próprias**.

Na realidade, o termo “substituição de importações”, adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta da importações para substituí-los por produtos nacionais. Uma extensão deste critério simplista poderia levar a crer que o objetivo “natural” seria eliminar todas as importações, isto é, alcançar a autarcia. (TAVARES, 1963, p. 38-40)

Assim, argumenta que o processo substitutivo não visa a diminuir as importações, e esta, quando ocorre, se faz em decorrência das restrições externas. O que acontece, de fato, é que dessas restrições é gerada uma necessidade de produzir bens anteriormente importados. A

continuidade do processo, por sua vez, acarreta o aumento da demanda por importações - notadamente de produtos intermediários e bens de capital, o que pode agravar a dependência do exterior em comparação com as primeiras fases do processo de substituição.

Em relação aos problemas analíticos que podem surgir da utilização restrita da concepção de substituição de importações, ou seja, como uma redução absoluta ou relativa de determinados produtos na pauta importadora, Conceição analisa-os criticamente a partir de alguns exemplos. Em primeiro lugar, trata da ausência de modificação na composição das importações.

Neste caso, não haveria substituição aparente ou visível, embora pudesse estar ocorrendo um vigoroso e efetivo processo de substituição através do aumento da participação doméstica em uma oferta interna crescente, que se traduz por uma diminuição do coeficiente de importações da economia. (TAVARES, 1963, p. 39).

A aparição de novos produtos no mercado internacional, de acordo com a autora, também configura um problema, pois dificulta uma análise comparada das pautas entre períodos distintos. Nesse sentido o surgimento de indústrias para produção destes novos bens não pode ser considerada substitutiva, na medida em que “o que ocorre é evidentemente uma continuação do progresso geral (...) ou seja, uma reorientação de fatores produtivos que corresponde a uma nova modificação no esquema de divisão do trabalho social da economia” (TAVARES, 1963, p.40).

Outro exemplo, frequente na América Latina, utilizado pela autora é a diminuição de importações de produtos considerados não essenciais, de corrente de políticas discriminatórias. Como consequência, há o incentivo à produção interna desses bens. “Evidente que, nessas condições, a substituição “real” se produz depois da substituição “aparente” verificada na pauta.” (TAVARES, 1963, p.40). Uma particularidade é a existência de bens que não chegam a ser substituídos, seja por ausência de recursos ou insuficiência de mercado, cuja importações retornam com o afrouxamento dos mecanismos de controle.

Por último, aponta que a substituição “real ou efetiva” é geralmente menor que a “aparente”, isto é: “quando se substituem produtos finais, aumenta, em consequência, a demanda por insumos básicos e produtos intermediários (...) no fundo a produção de um bem apenas substitui uma parte do valor agregado que antes se gerava fora da economia. (TAVARES, 1963 p. 41)

1.3. Dinâmica e Crítica à Industrialização na América Latina

Tavares trata da questão de que o modelo, ainda que tenha trazido dinamismo econômico, na tentativa de superar certos desequilíbrios, gera novos – que são intrínsecos ao próprio processo substitutivo. Tavares assim teoriza sobre operação do Modelo de Substituição Importações:

A nossa tese central é de que a dinâmica do processo de desenvolvimento por substituição de importações pode atribuir-se, em síntese, a uma série de respostas aos sucessivos desafios colocados pelo estrangulamento do setor externo, através dos quais a economia vai se tornando quantitativamente menos dependente do exterior e muda qualitativamente a natureza dessa dependência. Ao longo desse processo, do qual resulta uma série de modificações estruturais da economia, vão-se manifestando sucessivos aspectos da contradição básica que lhe é inerente entre as necessidades de crescimento e a barreira que representa a capacidade para importar. (TAVARES, 1972, pp.41-42)

Inicialmente, a expansão baseia-se no aumento do grau de utilização da capacidade produtiva já existente e no avanço de dois setores, de bens e serviços que independem do setor externo e na substituição de bens anteriormente importados. Sobre estes últimos, o processo tem início nos bens de consumo terminados, em que a tecnologia é de menor sofisticação e a intensidade de capital é menor.

Conforme avança o processo, estas novas unidades fabris levam a um aumento do mercado interno por estes bens em função do crescimento da renda gerado pelo investimento e pela diminuição das restrições internas destes mesmos bens. Entretanto, tal incremento também leva a um aumento da demanda por matérias primas e bens de capital e equipamentos engendrando novos problemas de disponibilidade de divisas. Desta forma, uma outra onda substitutiva tem início, novamente substituindo uma parte do valor agregado e abrindo espaço para novos pontos de estrangulamento. Como sintetiza Tavares:

Na realidade, porém, à medida que o processo avança através de sucessivas respostas à “barreiras externas”, vai se tornando cada vez mais difícil e custoso prosseguir, não só por razões de ordem interna (dimensões de mercado, tecnologia e etc) como porque, dadas as limitações da capacidade para importar, a pauta de importações tende a tornar-se cada vez mais rígida, antes

que o processo de desenvolvimento ganhe suficiente autonomia pelo lado da diversificação da estrutura produtiva. (TAVARES, 1963, p.43)

Com isso, ao identificar as contradições referentes ao processo, Tavares argumenta que é necessário um encadeamento de substituições em variados níveis e graus, para evitar picos de demanda que possam limitar o crescimento. Nesse sentido, sua analogia sobre o edifício é bastante precisa:

nas condições do modelo de substituição de importações, é praticamente impossível que o processo de industrialização se dê da base para o vértice da pirâmide produtiva, isto é, partindo de bens de consumo menos elaborados e progredindo lentamente até atingir os bens de capital. É necessário (para usar uma linguagem figurada) que o edifício seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período. (TAVARES, 1963, p. 45)

A autora mostra, portanto, como a dinâmica do modelo é bastante complexa. Sobre isto Lessa (1972, p.12) afirma que coube à “Maria da Conceição Tavares, com seu ensaio pioneiro, a primeira identificação do núcleo e verdadeiro caráter desta crise”. Tratando-se, como bem observa Bielschowsky (2010b) “de uma série de *insights* que são bem representativos da fina capacidade analítica da autora, associada a sua vocação para a análise de mudanças de caráter histórico”.

Após precisar as questões pertinentes ao estrangulamento externo, Tavares se volta para uma análise das condicionantes internas do processo, atentando para a existência de três possíveis limitantes a sua continuidade: “as dimensões e estrutura dos mercados nacionais, a natureza da evolução tecnológica e a constelação de recursos produtivos” (TAVARES, 1963, p.48)

Sobre as dimensões e estrutura dos mercados nacionais, Tavares parte da condição histórica da divisão internacional do trabalho, que apenas possibilitou a industrialização da América Latina em escala nacional. Isto é, “a magnitude e diversificação dos setores estava, porém, condicionada às dimensões e composição da demanda interna e a sua posterior evolução” (TAVARES, 1963, p.48). - Como o processo foi orientado para atender às demandas de consumo das classes altas, embora tenha favorecido a diversificação industrial inicialmente, e dada a fragilidade do mercado interno, Tavares lista uma série de problemas decorrentes da ausência de escala.

O primeiro seria uma tendência à concentração industrial, fruto da impossibilidade de se implantar uma vasta gama de empresas em um mercado reduzido. Além disso, este mercado

não daria conta de sustentar um processo que avançava na direção de indústrias cada vez mais intensivas em capital, e exigentes em termos de escala. Soma-se, ainda, uma tendência à concentração de renda. Em suma, o processo apresenta uma desproporção entre “...uma capacidade produtiva cuja escala ótima se destina a atender ao consumo de massas, em países desenvolvidos, e a dimensão efetiva do mesmo em um país subdesenvolvido”. (TAVARES, 1963, p.50).

Quanto à tecnologia empregada, Tavares aponta que os países subdesenvolvidos fizeram uso de uma tecnologia produzida a partir de um desenvolvimento histórico próprio aos países centrais, dada a incapacidade de gerar técnicas adequadas à realidade periférica. Assim, aponta que “...a quantidade de capital exigida é muito grande e o emprego gerado relativamente pequeno” (Tavares, 1963, p. 50) – exigindo uma elevada acumulação de capital e com uma débil absorção da força de trabalho, o que limitaria a capacidade do sistema de gerar diversificação e integração produtiva.

Por fim, em relação à constelação de recursos produtivos, configura-se uma relação conflituosa entre as funções de produção frutíferas à realidade das economias periféricas e as efetivamente empregadas. Ocorre que “a par de uma abundância relativa de recursos naturais e de mão-de-obra não qualificada, coexiste a escassez de mão de obra qualificada e de capital”. A desproporção tenderia a se agravar com avanço do processo, mantendo ociosas reservas – potencialmente - produtivas e aprofundando o desemprego estrutural de mão de obra não qualificada. Soma-se a este problema, a necessidade de expansão agrícola e a oferta de matérias primas para abastecimento das indústrias de bens de consumo, de modo que, não sendo atendidas por oferta interna, representariam, na medida em que o processo avança, novas restrições ao seu prolongamento.

A partir de sua interpretação da dinâmica substitutiva na América Latina, em que foram marcas do processo a baixa absorção de mão de obra, mercados pouco competitivos com altos custos de produção e uma profunda desigualdade na distribuição da Renda, Tavares tece uma série de críticas ao que foi a Industrialização latino-americana. Antes de adentrar em suas críticas, Tavares pondera que as análises históricas sobre a industrialização têm muitas especificidades segundo a economia de que se está tratando, como a seguinte passagem deixa evidente: “...esses fatores condicionantes, atrás analisados, podem atuar de maneira distinta para vários países, sendo favoráveis ou restritivos de acordo com as condições objetivas de cada

um e o período histórico em que tenham lugar as várias etapas do seu desenvolvimento” (TAVARES, 1963, p.53)

Em seu argumento central, Tavares defende que o Modelo de substituição de importações, tal qual empregado na América Latina, não poderia ter obtido resultados substancialmente diferentes dos observados. Desse modo, para melhor compreender os problemas, a autora divide sua crítica em três níveis: o problema dos altos custos e da falta de competição, o problema do emprego e o problema da falta de planejamento.

Do problema dos altos custos, diferentemente do usualmente posto, Tavares não o analisa tendo em vista uma ausência de competição, na realidade, pondera que “...afirmar que a falta de competição é responsável pelos altos custos internos, e que estes, por sua vez, impedem a entrada de nossos produtos manufaturados no mercado internacional, parece-nos uma colocação bastante insatisfatória do problema” (TAVARES, 1963, pp. 54-55)..

Assim, para a autora, o cerne do problema residiria em 3 grandes questões: o desperdício de recursos escassos, o mau aproveitamento dos recursos abundantes, e sobretudo, problemas de escala. Argumenta, inclusive, que em determinados setores, seria benéfico um maior grau de concentração, até mesmo monopólio.

Em relação ao problema do emprego, em que vigoram características de preservação e/ou aumento do desemprego estrutural. Tavares defende que tal situação poderia ser combatida por uma maior absorção no setor de serviços ou através de obras públicas. De fato, em alguma medida o desemprego estrutural foi amenizado por alguma absorção no setor de serviços, porém insuficiente e inadequadamente, com proliferação do trabalho informal. Sobre a persistência do problema, Tavares é clara:

a menos que o investimento governamental se oriente decisivamente no sentido do emprego de mão de obra e que no setor primário, onde se encontra grande parcela de nossa população, se realize uma reforma agrária que conjugue abundantemente o fator terra com o fator trabalho, não antevemos possibilidades de melhorar decisivamente a situação. (TAVARES 1963, pp 57)

Por fim, do problema da falta de planejamento, Tavares dá seu tratamento a ele tendo em vista que o modelo de substituição de importações foi gerado com relativa ‘espontaneidade’

a partir dos entraves ao crescimento. Ou seja, o modelo supracitado não fora produzido a partir de um projeto planejador, mas espontaneamente, como desdobramento histórico da crise do modelo agrário-exportador. Isto, porém, não nega a necessidade de planejamento com o objetivo de solucionar as tensões e desequilíbrios gerados ao longo das décadas em que o crescimento apoiado em um processo de substituição de importações foi o motor econômico, até porque na medida em que avança, e, que portanto, como já explanado, se avolumam as restrições, a coordenação se faz cada vez mais necessária.

A ausência de planejamento constitui, então, na visão de Tavares, uma crítica às décadas analisadas, tendo em vista a exigência de assegurar uma coordenação de investimentos públicos e privados, garantindo: uma irradiação por todo o sistema dos avanços no setor secundário; uma adequada absorção da mão de obra e freio à concentração de riqueza inerente ao modo como se desenvolviam as forças produtivas na América Latina até aquele momento.

A partir da esquematização acima apresentada, Tavares interpretou os movimentos da economia brasileira, como melhor veremos a seguir. Sobre a crise pela qual passava o país, propunha uma interpretação original e tornava evidente muitas das preocupações que a acompanhariam durante toda a sua trajetória - notadamente a questão do subdesenvolvimento. Como bem destaca Bielschowsky (2010b):

A perspectiva histórica permitiu sustentar a ideia de que a recessão não teria determinantes apenas conjunturais, e de que havia um componente estrutural fundamental, a do esgotamento do processo substitutivo de importações. Ao mesmo tempo, o ensaio inaugurava a trajetória das ideias da autora na década e meia subsequente porque continha as inquietações analíticas que iriam movê-la nos trabalhos que se seguiram.

1.4. O Caso brasileiro

Em sua pesquisa sobre as particularidades do caso brasileiro, a autora desce de um elevado grau de abstração, à reunião de uma série de dados que dão suporte a sua visão. Como o objetivo central desta monografia é analisar a obra de Tavares, destacando seus movimentos de continuidade e ruptura, não repetiremos o detalhamento de dados apresentado pela autora, apenas apresentando aqui uma síntese do que é por ela exposto.

1.4.1 Particularidades na transição entre os modelos

Tal qual as outras economias latino-americanas, a brasileira se desenvolveu como uma economia primário-exportadora, dependente do centro dinâmico do sistema. De maneira semelhante, também viu ruir o modelo tradicional exportador pós crise de 1929. Dessa forma, o longo período de insuficiência na capacidade para importar levou ao início de um vigoroso processo de substituição de importações, que se perpetuou ao longo de décadas, sendo responsável por elevadas taxas de crescimento e diversificação produtiva no país.

Com foco na realidade brasileira, a autora nos mostra que o país teve “...condições relativamente mais favoráveis do que a maioria dos países da região sobretudo no que diz respeito às variáveis internas do início do processo e às variáveis externas no período de pós guerra”. (TAVARES, 1963, p.59)

Isto foi possível pois, na interpretação da autora, em consonância com as teses de Furtado (1959), o setor primário exportador no Brasil conseguiu um considerável efeito difusor, de modo a produzir, no interior do sistema, “...um vigoroso processo de urbanização acompanhado da implantação de uma infraestrutura de serviços básicos e do desenvolvimento de uma série de industriais ‘tradicionais’ ”. (TAVARES, 1963, p.60). Assim, ao ascender da crise, o país já possuía mercado interno robusto e uma estrutura industrial relativamente diversificada.

Além disso, em relação ao restante da América Latina, o Brasil possuía uma reserva de mercado vantajosa para a implantação de indústrias substitutivas. Ambas as condições, portanto, foram vantajosas para o movimento de fomento à industrialização pelo governo brasileiro, o que, com continuidade por um longo período, possibilitou a manutenção dos níveis de renda, demanda interna e um contínuo estímulo à diversificação produtiva.

No desenvolvimento histórico brasileiro, o modelo tradicional produziu uma grande concentração na região centro-sul, permitindo o surgimento de “... um processo cumulativo de expansão e diversificação que iria permitir transitar mais facilmente do que em vários países latino-americanos para um outro tipo de desenvolvimento, ao surgir a crise do setor exportador.” (TAVARES, 1963, p.99).

Ademais, ao passo da passagem entre os modelos, Tavares destaca a “coincidência espacial” dos setores dinâmicos de ambos os modelos de desenvolvimento – o setor exportador no modelo tradicional e o setor secundário no modelo por substituição de importações. Isto é, quando da crise do café, a presença no mesmo espaço econômico facilitou a transferência de recursos para o novo setor dinâmico. Teria havido, igualmente, destacada “sensibilidade empresarial” dos fazendeiros de café que se tornaram, também, industriais. Estas peculiaridades foram vantajosas para a expansão do processo substitutivo.

No que diz respeito à estrutura de mercado, o diferencial brasileiro residia no setor de bens de consumo industriais, no qual “...o grau de atendimento pela própria capacidade produtiva interna era bastante superior ao da maioria dos países latino-americanos”. (TAVARES, 1963, p.99).

Por fim, a autora argumenta que as variáveis externas tiveram um comportamento cíclico favorável à industrialização. Isto é, um período de estrangulamento absoluto não excessivamente prolongado seguido de um período de “abrandamento” que permita avançar para etapas seguintes do processo. Tavares adiciona, ainda, a importância da entrada de investimentos estrangeiros que “... no caso do capital oficial se dirigiu para setores estratégicos da economia e, no caso do capital privado, para aqueles em que as perspectivas de substituição de importações eram mais dinâmicas”. (TAVARES, 1963, p.103)

1.4.2. As transformações econômico-sociais do novo modelo

A ascensão do novo modelo dinâmico garantiu à economia brasileira elevadas taxas de crescimento e um substantivo processo de diversificação produtiva. Entretanto, ao longo de seu desenvolvimento, o processo foi “estruturalmente desequilibrado, em três níveis convergentes: setorial, regional e social”. (TAVARES, 1963, p.103)

Em relação ao primeiro, Tavares destaca que a ênfase do processo se deu no setor secundário, que concentrou os investimentos e crescimento - é verdade que o setor terciário se beneficiou das inversões em infraestrutura, transportes e energia, mas, segundo Tavares, sua taxa de crescimento foi comparativamente baixa. O setor agrícola, por sua vez, apesar das taxas de crescimento significativas, permaneceu estruturalmente pouco alterado, com baixa absorção de progresso técnico. A seguinte passagem elucida bem a ideia: “Com efeito, o crescimento da

agricultura entre 1950 e 1960 deveu-se menos em termos ao aumento dos rendimentos médios dos cultivos do que à incorporação de novas áreas”. (TAVARES, 1963, p.104).

Em função destas assimetrias, ocorreu um processo de evasão do campo para as concentradas regiões urbanas, dando lugar a desequilíbrios sociais importantes, como destaca a autora:

o que deve ter-se passado é simplesmente um fenômeno de migração do campo para as cidades, de populações desempregadas do campo para as cidades, de populações desempregadas ou em busca de oportunidades, que aumento concomitante das populações marginais, caracterizado por um desemprego disfarçado (TAVARES, 1963, p.105).

Com a evolução da marcha industrializante, aprofundou-se o problema do desequilíbrio regional que, segundo a autora, “corresponde a uma tendência natural de concentração da atividade em torno da região polarizada do sistema”. (TAVARES, 1963, p.106). Em suma, um processo de transferências de renda da periferia para o centro do sistema.

A baixa ou insuficiente irradiação sistêmica dos ganhos da industrialização, na medida em que nem mesmo o mais alto ritmo de crescimento do setor secundário era suficiente para absorver a grande oferta de mão de obra, agravava o problema dos desequilíbrios regionais. A isto somavam-se insólitos gastos sociais, que pouco atingiam as populações rurais.

Avançando em sua tese, Tavares conclui, então, que “...o modelo de desenvolvimento recente conduziu a economia brasileira a um dos tipos mais acabados de economia dual dentro da própria América Latina”. (TAVARES 1963 p.110). Modelo este caracterizado, nas palavras da autora, pela

(...) existência de um ‘setor’ capitalista dinâmico que cresce rapidamente empregando relativamente pouca gente com alto nível comparativo de produtividade, e de um “setor” subdesenvolvido no qual se concentra a maior parte da população que se mantém praticamente à margem do processo de desenvolvimento. (TAVARES, 1963, p.110).

Para Tavares, o modelo de desenvolvimento acima descrito não foi capaz de frear uma má distribuição da renda, ao contrário, reforçou o seu caráter concentrador. Isto é, na medida em que as ondas substitutivas avançavam, para setores mais intensivos em capital, o topo da pirâmide tendia a se descolar do resto, diferentemente do ocorrido em países centrais, nos quais, o aumento produtividade se irradiava pelo sistema, garantindo uma melhor absorção da mão de

obra agrícola e ganhos de renda em todos os setores. Sobre o formato da distribuição da renda no Brasil, conclui:

A cúpula dessa pirâmide representa o grande mercado consumidor para o polo capitalista cujo poder de compra foi suficiente para garantir mercado às indústrias de bens de consumo duráveis. A faixa intermediária esta constituída por aquela parcela de população que gravita na periferia do polo dinâmico e cuja renda média corresponde à própria média brasileira que, por ser extremamente baixa, não representa um poder de compra considerável a não ser daqueles bens industriais de consumo universal. Finalmente, a base da pirâmide, em que está compreendida metade da população, está praticamente à margem do mercado capitalista. (TAVARES, 1963, pp.111).

Por fim, mesmo reconhecendo que o modelo por substituições de importações engendrou uma série de tensões inflacionárias, Tavares atenta para o desequilíbrio financeiro e a sua relação com a aceleração inflacionária. Por desequilíbrio financeiro entende: “...que as mudanças na estrutura produtiva, isto é, o surgimento de novos setores dinâmicos nos setores públicos e privados, não foram acompanhados de um ajustamento concomitante do aparelho financeiro” (TAVARES, 1963, pp.114).

Com isso, a precária organização do mercado de capitais e bancário, insuficientes para suprir as exigências de uma economia com elevadas taxas de crescimento, cada vez mais intensiva em capital e com grande participação de inversões estatais, tanto era agravada pelas tensões inflacionárias - inerentes ao modelo, quanto, da mesma forma, as agravava.

Sobre a questão do financiamento, embora já presente em “*auge e declínio do processo de substituição de importações*”, como acima sintetizado, é somente após sua reavaliação teórica, em que rompe parcialmente com as teses cepalinas tradicionais, que Tavares concentra seus esforços teóricos na questão.

1.5. Perspectivas

A partir da constatação de que o crescimento via substituição de importações se esgotou, Tavares analisa a necessidade de se caminhar em direção a um novo modelo de desenvolvimento que fosse realmente autônomo (endogenamente determinado) e capaz de solucionar os desequilíbrios e problemas observados nos anos de vigor do modelo anterior.

Ao lançar seus esforços para compreender o empasse na economia brasileira ante o esgotamento do modelo de substituição de importações, Tavares advoga em prol de particularidades no caso brasileiro. Como já foi anteriormente exposto, no Brasil, “o processo de substituição de importações avançou consideravelmente mais do que em outros países da região” (TAVARES, 1963, p.116). Assim, o país já possuía uma substantiva diversificação produtiva, atingindo faixas consideráveis de bens de capital.

Dessa forma, a questão brasileira residia, diferentemente de muitos países da América Latina, menos nas possibilidades de substituição e mais nos determinantes e nos resultados das possíveis substituições. De um lado, os coeficientes de importações apresentavam-se bastante baixos, restando poucas camadas em que o processo pudesse avançar. Além disso, estas exigiriam grandes investimentos, acima, inclusive do historicamente observado, e uma elevada relação capital-produto – acarretando em rendimentos decrescentes.

Do ponto de vista da demanda, com o afunilamento das ondas substitutivas, os resquícios passíveis de substituição eram bens de capital, matérias primas ou materiais para investimento, de tal modo que já não havia as reservas de mercado interno que “induziam” o processo, inclusive com a desaceleração da expansão de bens de consumo – que passou a se dar em torno do crescimento da renda. Tavares então conclui:

(...) a continuidade do processo de crescimento em condições de estrangulamento externo repousa basicamente numa demanda autônoma por bens de capital...Essa demanda autônoma tem, por outro lado, uma função de curto prazo importante: a de impedir que o efeito desacelerador capaz de mergulhar o setor capitalista em depressão. (TAVARES, 1963, p.118)

Para a transição ao novo modelo, dada problemática aqui exposta, Tavares coloca o investimento público como a variável central para a contrapor as tendências negativas fruto do esgotamento da capacidade indutiva dos estrangulamentos externos. A ação governamental teria, além do papel anticíclico, a responsabilidade de orientar estrategicamente o sistema no longo prazo. Com isto em mente, Tavares ilustra quatro cenários para o futuro próximo da economia brasileira que evidenciam a necessidade da liderança do Estado.

No primeiro, Tavares supõe a continuação do estrangulamento externo e a manutenção da estrutura de mercado. Nele, dado que as possibilidades inversões estariam basicamente atreladas ao crescimento da renda, não haveria impulso suficiente capaz de manter as altas taxas

de crescimento, de tal modo que o investimento público seria o grande motor para mantê-las. Nesta hipótese, a expansão se concentraria no “pólo capitalista” em duas linhas de ação: Melhoria das desconexões intrasetorial e avanço do processo substitutivo nas indústrias intermediárias. A distribuição da renda, considerando a baixa absorção de mão de obra, permaneceria tendendo à concentração.

No segundo cenário, mantém-se o estrangulamento, incorporando possibilidades de mudança na composição estrutural dos mercados, “visando atenuar a dualidade básica do sistema” (TAVARES, 1963, p.121). Aqui, a ação governamental se daria através de grandes investimentos no setor primário e o estímulo aos setores mais atrasados, melhorando a absorção de mão de obra e a produtividade – busca por uma maior homogeneidade entre os setores.

Ao aproveitar melhor a capacidade da indústria nacional e ao mudar a composição dos investimentos (públicos e privados), seria possível diminuir as importações de bens de capital não produzidos internamente. A isto se devia que, período de transição, as indústrias de equipamentos, por terem capacidade produtiva mais flexível, receberiam considerável estímulo. Além disso, seriam beneficiadas pelo aumento do gasto e do emprego no setor atrasado em função da expansão das indústrias tradicionais. Aqui, entrar-se-ia em um modelo autônomo de fato, com a retomada da indústria e a transferência populacional do setor primário para o secundário.

No penúltimo cenário, a premissa é a melhoria das condições do setor externo, mantendo-se constante a questão da estrutura interna dos mercados. Assim, como destaca Tavares, “a expansão da capacidade para importar que daria uma maior flexibilidade ao setor industrial, além de aproveitar recursos abundantes no setor primário”. O impacto sobre a composição interna dos mercados dependeria da distribuição de renda sistêmica e, também, dentro do próprio setor tradicional. Em relação ao governo, aumentaria a sua capacidade de expansão de gastos, possibilitando o financiamento de infraestrutura. Este cenário, porém, dado as experiências anteriores, certamente representaria um fôlego passageiro, sem a capacidade de realmente transitar com vigor a um modelo autônomo.

Por fim, “a abertura do setor externo se realizaria através da diversificação de exportações, sobretudo originárias do setor industrial”. (TAVARES, 1963, p.122). Isto significaria impulsos ao setor industrial, agregando uma demanda externa extra à cúpula da

pirâmide. Posto desta forma, porém, o processo agravaria a dualidade existente entre os setores, não sendo capaz de irradiar os ganhos por todo o sistema.

Avançando em sua teorização, Tavares observa que os quatro cenários não são mutuamente excludentes. Para a autora, a formatação mais dinâmica seria uma combinação das mudanças estruturais contidas na segunda alternativa com a melhora do setor externo e o avanço para outros mercados. De um lado, a demanda externa estimularia o setor capitalista, de outro, o governo poderia colocar em prática um plano de investimentos em infraestrutura e serviços básicos e um maior aporte nos setores mais atrasados – de modo a enfrentar o problema da heterogeneidade estrutural.

Como a própria autora argumenta, o país atravessava uma conjuntura “...em que numerosos e agudos problemas de curto prazo obscurecem as perspectivas de mais largo termo” (TAVARES, 1963, p.124). Isto reforça a importância de “*auge e de declínio do processo de substituição de importações*”, pois se trata de um trabalho capaz de jogar luz sobre a problemática do desenvolvimento brasileiro no longo prazo.

Nele, “(...) tratando das perspectivas para o novo período antecipou problemáticas e desdobramentos posteriormente verificados”, como demonstra Lessa (1972, p.12). Outro ponto relevante é que, além de revelar a necessidade de transição para um novo modelo de desenvolvimento, Tavares arquitetou estratégias que realmente pudessem contribuir para superar o atraso da economia brasileira – finalidade até então não alcançada.

Além disso, as reflexões de Tavares “...aportavam algumas das inquietações básicas e dos elementos conceituais que estariam presentes na trajetória de reflexão de Conceição na década e meia subsequente, abordando os determinantes e o padrão de crescimento econômico no Brasil.”, como bem destaca Bielschowsky (2010b, p.14).

CAPÍTULO 2 - ALÉM DA ESTAGNAÇÃO: ESTILOS DE DESENVOLVIMENTO E UMA PRIMEIRA INCURSÃO NOS DETERMINANTES ENDÓGENOS DO CRESCIMENTO

As profundas mudanças vivenciadas pelo Brasil nos anos 60 - a crise econômica seguida de uma ruptura política e um “milagre econômico”, exigiram da autora uma reavaliação teórica das interpretações para o período, incluindo as suas próprias, como as contidas em “Auge e Declínio do processo de substituição de importações”. No trabalho, Tavares defendeu o esgotamento do modelo substitutivo e a necessidade de transição a um novo modelo “verdadeiramente autônomo” (TAVARES, 1963, p. 115). A chegada do Milagre econômico, porém, exigiu da autora importantes reformulações analíticas.

Neste artigo de 1971, escrito conjuntamente com José Serra, Tavares “daria lugar a uma interpretação mais crítica ao esquema dinâmico interno-externo de análise cepalino” (ROBILLOTTI, 2016, p.223). Nele, desloca seu enfoque para os aspectos internos da economia brasileira, notadamente os problemas de acumulação de Capital.

A principal contribuição do artigo é, em suas palavras, “mostrar como, infelizmente, o crescimento do período do chamado ‘milagre’ se fazia de forma perversa, com concentração de renda, e como a perversidade era funcional para a modalidade de crescimento que estava ocorrendo.” (BIELSCHOWSKY, 2010b, p.17) É possível afirmar que, em sua análise, Tavares utiliza como fio condutor analítico a perspectiva de “Estilos de Desenvolvimento”, sendo considerada, de acordo com Bielschowsky (1999, p.50), “uma das peças inaugurais da nova linha analítica Cepalina, de estilos”. Dada a importância deste conceito para a apreensão da análise de Tavares e Serra, iniciaremos nossas considerações debruçando-nos sobre ele.

A partir de Bielschowsky (2010b p. 17), outra consideração preliminar necessária é a do duplo sentido do título “Além da Estagnação”, que tanto significava a superação das interpretações estagnacionistas quanto a análise da superação do quadro recessivo da década de 1960. O texto “Além da estagnação” se insere no contexto do histórico debate sobre a crise dos anos 60. O ensaio rejeita as teses estagnacionistas, criticando especificamente o modelo desenvolvido por Celso Furtado. Além da crítica, apresenta, também, uma reinterpretação da crise e do período de expansão subsequente. Nesse sentido, apresentaremos o modelo de Celso Furtado e a crítica feita por Tavares e Serra, analisando brevemente os contornos do debate.

Por fim, analisaremos o pensamento da autora sobre a construção do Estilo de Desenvolvimento adotado pelo governo autoritário pós 1964, pontuando suas novidades analíticas e dando também algum destaque à preocupação desenvolvida por ela sobre o sistema financeiro nacional, desde 1967, quando publicou o ensaio "Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento – o caso do Brasil" (TAVARES, 1967)

2.1. Do conceito de “Estilos de Desenvolvimento”

A partir de meados dos anos 60 a América Latina ingressou em anos de bonança e crescimento, indo de encontro às teses estagnacionistas. O período de crescimento somente seria revertido entre 1973 e 1974 com o choque do petróleo, provando “a possibilidade de que se apresentem dinâmicas diferenciadas, correspondendo a padrões distributivos diferentes.” (RODRIGUEZ 2009 p.313).

Em síntese, de acordo com Bielschowsky (1999 p.51), quatro influências serviram de estímulo à abordagem de “estilos”. Primeiramente, a recuperação econômica, que deixou evidente que a reforma agrária e uma redistribuição de renda não eram a via única na superação da crise. Em segundo lugar, a influência da ONU a partir da promoção de debates sobre a temática. Em terceiro lugar, as críticas dos próprios Cepalinos à forma como se desenvolvia o debate promovido pela ONU, entendendo que era demasiado normativo, faltando o componente político sobre a viabilização de um crescimento integrado à distribuição de renda. Por último, a crise de 1973/74 e o posterior maior endividamento dos países “reforçaram a ênfase na necessidade de reorientar a ‘modalidade’ ou ‘estilo’ de industrialização de maneira a combinar os estímulos de mercado interno às virtudes da orientação pró-exportações de bens industriais” (BIELSCHOWSKY, 1999, p.47)

É possível, ainda, afirmar que os anos 70 foram um período relativamente heterogêneo à América Latina, pois, embora tivesse sido possível manter taxas de crescimento satisfatórias, de cerca 5,1% entre 1974 e 1980¹, os países experimentaram experiências políticas e econômicas diferenciadas. Com o olhar sobre as agudas crises políticas e as experiências

¹ Retirado de Bielschowsky (1999 p.45)

econômicas distintas² - inclusive o comportamento díspar das taxas de inflação³, estas novas abordagens desenvolvidas pela CEPAL representaram uma resposta aos desafios do período.

Como visto em Bastos e D’vila (2007, p. 176), a trajetória das discussões sobre o subdesenvolvimento não se deu de maneira linear, sendo marcada por autocriticas e reavaliações teóricas. Neste sentido, a abordagem de “estilos de desenvolvimento” inaugura uma nova etapa do pensamento Cepalino, em que “permaneceu resguardado o interesse central pelas análises de médio e longo prazo e, nele, a discussão de ‘estilos’ ”(BIELSCHOWSKY 1999 p.45). Em suma, “tal ampliação se configura como um enriquecimento do marco teórico geral do estruturalismo latino-americano”. (RODRIGUEZ 2009 p.341)

É possível afirmar que a introdução e evolução da abordagem de estilos de desenvolvimento está intimamente relacionada com as discussões acerca do crescimento e do subdesenvolvimento nos anos 1960. Não será objeto deste trabalho, porém, analisar as origens e a evolução do conceito na literatura cepalina⁴, a ênfase dada será sobre a obra de Anibal Pinto, em função da grande influência que exerceu sobre o trabalho de Tavares e Serra, conforme relata Bielschowsky (1999, p. 46). Além disso, segundo Rodriguez (2009, p. 313), esta foi “a de maior difusão e ressonância durante o período em que este enfoque manteve um peso significativo no contexto do estruturalismo latino-americano”.

Uma boa definição inicial para estilos de desenvolvimento é dada por Graciarena ([1976] 1999, p.703), segundo o qual estilo seria “a modalidade concreta e dinâmica adotada por um sistema, num âmbito definido e num momento histórico determinado”. Pinto (1976 p. 617) complementa, argumentando que, “entendida essa acepção geral, vislumbram-se várias possibilidades quanto à amplitude e ao conteúdo das proposições sobre os estilos”.

O objetivo central de Anibal Pinto naqueles textos publicados no primeiro número da Revista da CEPAL, em 1976, residia claramente na criação de critérios capazes de analisar e

² Enquanto alguns países, como os casos de Brasil e México, deram continuidade à estratégia de industrialização. Outros países do Cone-Sul como Argentina, Uruguai e Chile optaram por uma via de liberalização e abertura de mercados, tal qual demonstrado por Bielschowsky (1999 p.45).

³ Como mostra Bértola e Ocampo (2015), enquanto a média simples da taxa de inflação entre 1971 e 1980 foi de 14,2% para os países da América Latina, excluindo Brasil e Cone Sul, muitos países “inauguraram” a era da inflação de três dígitos.

⁴ Sobre o tema, ver, por exemplo Bielschowsky (1999); Medeiros (2019); Rodriguez (2009); Villamil (1979),

diferenciar as experiências nacionais do ponto de vista do modelo econômico adotado. Para tanto, o autor propõe pensá-lo a partir da interação entre dois elementos: sistema e estrutura.

No que tange ao sistema, enuncia: “associaremos com as duas formas principais de organização que coexistem e convivem na realidade contemporânea: a capitalista e a socialista (PINTO, 1976, p.614). Pinto entende também que as formações desenvolvidas e subdesenvolvidas representam estruturas “de funcionamento e de colocação e relações (de dominação ou subordinação) no esquema mundial.” (PINTO, 1976, p.615). A interação entre estas duas categorias permite a definição da seguinte tipologia: de quatro enquadramentos que básicos: (i) capitalistas industriais, (ii) capitalistas subdesenvolvidos, (iii) socialistas industrializados e (iv) socialistas subdesenvolvidos.

A taxonomia acima, porém, não admite tratar de maneira homogênea cada um dos enquadramentos. O autor reconhece e incorpora a existência de múltiplos fatores dentro de um sistema e uma estrutura, como: a sua formação histórica, grau de industrialização, culturas, diferentes institucionalidades, fronteira técnica, etc. Com isso, o enfoque de estilos ganha particular importância na medida em que se propõe justamente a captar e dar um sentido econômico a esta multiplicidade. Em suma:

Visto por um ângulo estritamente econômico, poderíamos entender por estilo de desenvolvimento a maneira como, *dentro de um determinado sistema*, os recursos humanos e materiais são organizados e distribuídos, com o objetivo de resolver as indagações sobre o que, para quem e como produzir bens e serviços (PINTO, 1976, p. 619 *itálico no original*)

Com isso, o enfoque de estilos ajuda a compreender a dinâmica e os movimentos de longo prazo, ao permitir identificar qualitativamente os diferentes elementos que concediam dinamismo, bem como os que eram privilegiados e preteridos dentro do funcionamento de um estilo.

Como revela RODRIGUEZ (2009 p. 322), o enfoque de estilos encontra “forte apoio no conceito de heterogeneidade estrutural” a partir do qual “as ideias de Pinto sobre estilo evoluem”⁵. Assim, à vista disso, Aníbal Pinto considera dois fatores centrais. Primeiramente, a estrutura, que representa a forma como está organizado o sistema produtivo, condicionante da

⁵ Rodriguez (2009) bem observa que o conceito de heterogeneidade estrutural pode se referir à estrutura produtiva ou à estrutura ocupacional.

composição da oferta de bens e serviços. Em segundo lugar, os “fatores dinâmicos”, condicionados pela estrutura, mas que, também, atuam diretamente no movimento do sistema econômico - destacadamente o nível e a composição da demanda.

Na relação de interdependência entre estes dois fatores reside o núcleo do enfoque de estilos de Aníbal Pinto. Sinteticamente: A estrutura produtiva vincula-se a um determinado grau de heterogeneidade estrutural, a qual define a estrutura ocupacional. Com isso, esta estrutura de oferta se traduz numa certa distribuição de renda, condicionada ao mercado de trabalho e que, ao mesmo tempo, afeta a composição da demanda. É possível perceber, portanto, como interagem entre si as estruturas de oferta e de demanda. Para Pinto (1976), na América Latina, isto representou a constituição de uma demanda de elite que garante impulso a um estilo de desenvolvimento que se alimenta da concentração de renda – e portanto, engendrando um crescimento perverso e não uma tendência à estagnação.

2.2. A tendência à estagnação por Celso Furtado

A obra *Subsdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, de 1966, se insere em um contexto bastante difícil do continente latino-americano. Além da crise econômica e dos anos de baixo crescimento, vivia-se um período altamente instável politicamente, incluindo um golpe militar no Brasil, que levaria Furtado ao exílio⁶.

Basicamente, “o livro tem por objetivo identificar as forças que pressionavam negativamente a taxa de crescimento econômico da periferia, especialmente nos países que alcançaram uma diversificação maior de suas estruturais econômicas” (ROBILLOTI, 2016 p.65). A partir do método histórico-estrutural, Furtado realiza análise dos resultados do processo de industrialização em curso e da possibilidade de que o mesmo continue a alimentar taxas seguras e satisfatórias de crescimento.

Em seu esforço teórico, Furtado resgata inicialmente a evolução socioeconômica sob a dinâmica do modelo agroexportador. O modelo agrícola anterior a 1930 apresentado em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, não se divide apenas em dois setores

⁶ O primeiro Ato Institucional, publicado três dias depois do golpe militar, cassou seus direitos políticos por uma década.

(exportador e subsistência), mas em três setores: P1,P2 e P3 – setor de subsistência, setor exportador e setor provedor de capacidade produtiva para o setor exportador, respectivamente.

Além da adição de um terceiro setor, segundo Coutinho (2015 p.456), o trabalho apresenta outras duas inovações. A primeira delas é, a inclusão da relação produto/capital⁷. A segunda delas é a análise da formação de investimento (entre os que dependem de poupança prévia e os que desviam investimentos de outros setores).

O ponto de partida de Furtado é o impulso ao setor exportador fruto de um efeito dinâmico do comércio internacional, que estimulava a utilização de recursos ociosos, como terra e capital, “provocava um aumento na produtividade global da economia, pela simples transferência de mão de obra de um setor de baixíssima produtividade (o de subsistência a outro de produtividade mais elevada” (COUTINHO, 2015, p.457). Assim, a expansão dos setores P2 e P3 ocorre com transferência de mão de obra de P1, ou seja, dos setores de baixa produtividade em direção aos de alta produtividade, e portanto, tendo como resultado a elevação da produtividade a nível global.

Nos setores P2 e P3, a remuneração também é superior ao setor de subsistência, embora, os salários não cresçam na proporção da produtividade. Isto ocorre em função da grande oferta de mão de obra subutilizada, levando a um processo de concentração de renda dado que a “massa de salários tende a crescer abaixo da massa de lucros” (ROBILLOTI 2016 p.69). Nas palavras de Furtado:

Desta forma, se considerarmos o conjunto da agricultura, na fase de expansão das exportações comprovamos que a elevação de produtividade do trabalho e a elevação média do trabalhador ocorrem paralelamente com uma redução da participação do trabalho na renda global gerada na agricultura, ou seja, com uma maior concentração da renda nas mãos da classe proprietária-capitalista. (FURTADO, 1966, p.66)

A expansão da capacidade produtiva em P2, decorrente do impulso de demanda internacional, faz com que ocorra também uma expansão de P3, setor que atua como produtor de bens de capital e que, portanto, está “submetido a um mecanismo de aceleração toda vez que se expande a demanda dos bens produzidos com os referidos equipamentos” (Furtado 1966, p. 66)

⁷ Conforme Robilloti (2016 p.66) e Coutinho (2015 p. 457) o autor utiliza amplamente elementos dos modelos de crescimento econômico dos anos 1940 e 1950, especialmente dos de Harrod-Domar, como a incorporação da relação produto/capital, variável central deste modelo.

Desta forma, se a demanda de café, cacau ou outro produto semelhante aumenta, o setor P_3 dedicado à instalação de novas plantações tende a absorver uma grande quantidade de mão-de-obra retirando-a do setor pré-capitalista. A absorção dessa mão-de-obra requer uma certa mobilização de poupança gerada em período produtivo anterior ΔK , a qual, conforme indicamos, admite-se seja igual, por trabalhador, à requerida para ocupar uma pessoa em P_2 . (FURTADO, 1966, p 66)

Assim, quanto maior for a taxa de crescimento do setor agrícola capitalista (P_2 e P_3), maior será a relação produto/capital agregada e a participação de P_3 , representando um aumento dos investimentos, e portanto, da taxa de poupança.

O mérito de Furtado foi o de mostrar que os lucros de P_2 , longe de inteiramente ‘consumidos ou exportados’, são necessariamente incorporados ao aumento da capacidade produtiva (P_3) – de modo que seu maior crescimento relativo significa um aumento da taxa de poupança da economia (ROBILLOTI 2016, p.70).

Dado o grande excedente de mão de obra subutilizado e a menor produtividade do setor-pré-capitalista (P_1), ocorre uma menor apropriação da renda do setor pelos trabalhadores, e nesse sentido, uma tendência à concentração de renda. Entretanto, conforme Coutinho (2015 p.459) “A virtude do modelo agroexportador é que parte dos lucros fica necessariamente represada para acumulação, sem poder ser consumida pelas classes proprietárias”. Isto garante um mecanismo de retroalimentação, “uma vez que a manutenção da taxa de crescimento requer poupança em níveis elevados, algo automaticamente assegurado pela própria composição da demanda” (COUTINHO, 2015, p.459).

Em suma, há uma compatibilidade entre a concentração de renda e a manutenção do crescimento. Este processo só é interrompido com o declínio das exportações. “Nessas condições, enquanto houver transferência de mão de obra do setor de subsistência para os demais, crescerão a produtividade do trabalho e a remuneração do trabalhador” (Coutinho 2015 p.460). O esgotamento do impulso à expansão leva a uma redução de P_3 , gerando desemprego, cuja mão de obra não será inteiramente absorvida pelo setor P_2 e retornará ao setor P_1 , e redução da taxa de poupança. Como consequência, encerra-se o período virtuoso de crescimento, com queda das taxas de poupança, da relação produto/capital e produtividade média.

Observando o sistema econômico em seu conjunto, vemos que, a partir do momento em que se contrai a demanda externa, o setor P_3 , responsável pelo aumento da capacidade produtiva na agricultura, entra em rápido colapso, o que acarreta declínio na relação produto-capital e queda da taxa de lucro na agricultura capitalista ($P_2 + P_3$), mesmo que se evite redução do nível de

atividade em P2 , mediante compra de excedentes pelo governo. (FURTADO, 1966, p. 75)

A persistência de uma crise do comércio internacional confere impulso a uma industrialização via substituição de importações, oferecendo uma relação produto/capital superior e atraindo recursos financeiros de outros setores. “ (...) a crise do setor exportador pode dar origem a um processo de modificação na estrutura produtiva mediante a expansão das atividades industriais” (COUTINHO, 2015, p.460).

De início, o avanço se dá sobre a indústria de bens de consumo não duráveis, que passa a ocupar o papel de setor dinâmico da economia, em decorrência do “encarecimento relativo dos produtos importados, provocado pela desvalorização das moedas locais e pela imposição de barreiras tarifárias (...)”. (COUTINHO, 2015, p.461). Este novo setor de manufatura, Furtado chama de P4.

Em P4, o processo de formação de capital se dá de maneira peculiar, pois depende de formação prévia de poupança em grau superior ao do setor agrícola capitalista (P2 + P3). De início, é de se esperar uma menor relação produto/capital na indústria, fazendo com que o crescimento deste setor seja inferior ao da agricultura a uma determinada taxa de poupança (definida como a renda gerada no período anterior e não consumida). Entretanto, a mudança dos preços relativos em favor da indústria, cuja produtividade do trabalho é elevada, em condições de salários reais contidos em função da coexistência de amplo setor de subsistência, produz uma taxa de lucro bruto superior à agrícola, permitindo que P4⁸ se torne atrativo em termos de investimentos. (FURTADO, 1966, pp.76-77; Coutinho, 2015, p.462)

O crescimento econômico é mantido graças a uma espécie de *trade-off*, pelo qual a perda das virtudes dinâmicas da agricultura de exportação é, de certo modo, compensada por dois movimentos: em um momento inicial, pela utilização de capacidade instalada e decorrente elevação da relação produto/capital marginal e média da indústria, sem novos investimentos; e posteriormente por uma margem sobre os custos salariais capaz de compensar, via taxa de lucro, a provável redução da eficiência do capital, garantindo, assim, a poupança compatível com os investimentos que asseguram a expansão da renda *per capita*. (COUTINHO, 2015, p.462 *itálico no original*).

A expansão da indústria é assegurada por três elementos: mudança nos preços relativos em favor de seu produto final, acesso a câmbio para expansão da capacidade produtiva,

⁸ Importante notar que, ao longo da vigência do modelo agrário-exportador, o Brasil conseguiu atingir algum grau de diversificação produtiva, o que possibilitou a existência de capacidade ociosa no setor manufatureiro.

crescimento do mercado interno. Isto, porém, conforme avança o processo substitutivo, tende a corroer rentabilidade dos investimentos, propiciando a formação de um novo setor produtivo (P5), de bens de capital e consumo duráveis⁹ altamente intensivo em capital. (COUTINHO, 2015, p. 462; ROBILLOTI, 2016, p. 73)

A industrialização nas condições referidas requer um esforço de adaptação do sistema econômico a reduções progressivas da participação das importações na oferta global. É evidente que, uma vez esgotadas as possibilidades de substituições de bens de consumo não duráveis, particularmente no que diz respeito à fase final de manufatura desses bens, toda tentativa de manutenção da taxa de investimento terá que acarretar pressão crescente sobre a balança de pagamentos, devendo os preços relativos dos bens duráveis de consumo e dos equipamentos elevar-se ainda mais intensamente que na fase anterior. Como o encarecimento dos equipamentos tende a afetar negativamente a taxa de investimento, a economia somente manterá a taxa de crescimento se iniciar a fase de substituição dos bens duráveis de consumo e dos próprios equipamentos. (FURTADO, 1966, p.78).

Com o avanço do processo substitutivo, chega-se a fases cada vez mais problemáticas, notadamente o processo substitutivo de bens intermediários e de capital. É justamente sobre este ponto que Furtado deposita boa parte de suas preocupações, atentando para a elevadíssima relação capital/produto e para a conseqüente dificuldade de manter a diversificação produtiva sem sacrificar o crescimento econômico. “A rigor, o impacto negativo é duplo: encarecimento do capital e elevação da relação capital/produto ‘técnica’ (...)” (COUTINHO, 2015, p. 463). A necessidade de um grande contingente de investimento e escala esbarra na insuficiente formação de poupança e dimensões reduzidas do mercado interno (em função da elevada concentração de renda). Assim, operando abaixo da escala mínima eficiente, a taxa de lucro de P5 cai e o sistema tende à estagnação.

Dada a preexistência de um amplo setor de baixa produtividade (de subsistência), a elevada relação capital/produto impede que se acelere o ritmo de transferência de população dos setores de subsistência para a indústria. Além disso, a perda de dinamismo da agricultura moderna reduz sua capacidade de absorção de mão de obra. “No limite, a estagnação é um subproduto da moderna indústria, na qual a dotação de capital por trabalhador e a escala mínima eficiente são gigantescas” (COUTINHO 2015 p.464)¹⁰

⁹ Vale notar que este é um consumo muito particular às classes altas.

¹⁰ Furtado busca ratificar sua tese ao contrastar o caso geral (descrito nesta seção) com o caso particular, como a Argentina, em que o setor pré-capitalista foi eliminado ainda na fase primário-exportadora. Como Tavares e Serra (1972) centram sua análise no caso geral, no qual o Brasil se insere, não exploraremos o caso particular. Sobre o contraste entre os dois casos ver: Furtado (1966, p. 81-87).

Surge, assim, um processo cumulativo circular pelo qual as transformações na composição da demanda global determinam modificações na estrutura da oferta que, ao concretizar-se, acarretam: a) elevação na relação capital-trabalho do conjunto do sistema econômico (K/L), b) declínio na transferência de mão-de-obra dos setores de baixa para os de mais alta produtividade, e c) aumento na relação capital-produto da economia como um todo (K/P). (FURTADO, 1966, pp. 80-81).

Outro ponto importante na análise do autor é o de que, no Brasil, a existência de uma grande população, com grande excedente de mão de obras e crescente urbanização, garantiram que o processo substitutivo avançasse mais do que em outros países da América Latina. (COUTINHO, 2015, p.465).

(...) as dimensões mais amplas do mercado, conjugadas com uma importância relativa maior do setor pré-capitalista, criaram condições por um lado, para que fosse alcançada maior eficiência da indústria de bens de capital, por outro, para que o processo de concentração de renda avançasse o suficiente para produzir na plenitude as suas consequências econômicas e sociais. Dessa forma, o êxito que no Brasil teve o processo substitutivo constitui o reverso do fato de que foi nesse país que o desenvolvimento beneficiou a uma menor parcela da população e criou as mais agudas tensões sociais. Essas tensões, alcançando um ponto crítico teriam que afetar adversamente o processo de crescimento. (FURTADO, 1966, p.85)

Para além do crescimento, a reflexão de Furtado relaciona estagnação e desenvolvimento, como a tendência à persistência do subemprego no longo prazo e da concentração de renda. Para superar este enclive, seria necessário um novo estilo de desenvolvimento, que incluiria inevitavelmente planejamento estatal e “ um processo de desconcentração da renda que alterasse o perfil da demanda final e, conseqüentemente, permitisse uma recomposição do perfil da demanda final (...)” (BIELSCHOWSKY, 2010b, p.16) .

Sendo assim, cabe indagar se uma política capaz de deter a tendência a longo prazo para a estagnação não terá que assumir a forma de ação consciente e deliberada visando a criar relações estruturais e a condicionar formas de comportamento capazes de engendrar um processo social no qual o desenvolvimento econômico seja componente necessário. (FURTADO, 1966, p. 89)

O que Furtado faz em seu livro é integrar, por um lado, estrutura produtiva e, por outro, estrutura distributiva. Conclui, erradamente, que a má distribuição de renda e a falta de escalas produtivas levariam à estagnação, uma tese que a aceleração do crescimento a partir de 1968 refutaria empiricamente. Isso significou que sua tese da tendência à estagnação terminou por ofuscar “ (...) o brilho contido na busca, por Furtado, de uma integração analítica entre os fenômenos de crescimento e os da distribuição de renda no Brasil e na América Latina.

(BIELSCHOWSKY, 2010b, pp.16-17). O fato concreto, porém, é que, em *subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Furtado “mais ou menos simultaneamente com Maria da Conceição Tavares e Anibal Pinto, inaugurava o debate brasileiro e latino-americano sobre padrões de crescimento e de distribuição de renda”.(BIELSCHOWSKY, 2006, p.186)

2.3. Crítica ao Modelo de Celso Furtado

O ponto de partida da análise dos autores – para diagnosticar da crise dos anos 60 – é o mesmo de Celso Furtado (1966) e de Tavares (1963): os limites do processo de substituição de importações como modelo dinâmico e indutor de crescimento econômico. Porém, diferentemente da visão de Furtado, Tavares e Serra veem na crise dos anos 60 um período de transição a um novo estilo de desenvolvimento capitalista, estilo este cujo dinamismo parecia se nutrir da própria exclusão das massas ao mercado (de consumo e de trabalho) e, portanto, da concentração da renda.

O artigo, “Além da Estagnação”, divide-se em duas partes. Na primeira, os autores buscam refutar a ideia de estagnação econômica na América Latina e produzem uma “breve interpretação do processo de crise e recuperação da economia brasileira” (TAVARES E SERRA, 1972, p.156). Na segunda parte, buscam “caracterizar alguns elementos que dão forma ao estilo do recente desenvolvimento econômico no Brasil” (TAVARES E SERRA, 1972, p.156).

Para os autores, foi possível caminhar para um novo esquema de desenvolvimento, com retomada do crescimento e, simultaneamente, manter grande parte da população marginalizada, reforçando muitos traços do subdesenvolvimento. Os autores contestam o modelo de Furtado com base em três críticas centrais, as quais analisaremos separadamente: o equívoco da ênfase na relação produto/capital, desconsiderando os efeitos líquidos do progresso técnico, a capacidade ociosa, o problema da igualação da taxa de lucro entre os setores; e a desconsideração, por parte de Furtado, dos efeitos líquidos do progresso técnico.

Tavares e Serra iniciam sua crítica analisando a ênfase dada por Furtado à relação produto/capital. Para Furtado, como mostrado na seção anterior, o baque das taxas de investimento provinham da queda da relação produto/capital, mantendo-se insuficientes a

absorção interna e o nível de poupança. Diferentemente, Tavares e Serra consideram que “esta categoria seja mais propriamente um resultado do processo econômico” (TAVARES E SERRA, 1972, p.161).

Assim, a fim de mostrar como esta é uma variável determinada ex-post, os autores argumentam que, “ao tomar suas decisões de investimento, o empresário está preocupado com a taxa de lucro que poderá obter, ou seja, o fundamental será o lucro esperado sobre o investimento que virá a realizar”. (TAVARES E SERRA, 1972 p.161). Sinteticamente, uma redução da expectativa futura de lucro afeta negativamente a taxa de investimento, o que por sua vez, reduz as taxas de lucro efetivo e crescimento¹¹. Nas palavras dos autores: “A relação produto-capital não faz parte dos cálculos empresariais e constitui, melhor dizendo, um parâmetro tecnológico em termos físicos e um *resultado* em termos de valor para cada setor ou atividade em operação.” (TAVARES E SERRA, 1972, pp.161-162 *itálico no original*).

Após realizarem as ponderações sobre o papel da relação produto/capital na dinâmica capitalista, os autores partem para a análise do “núcleo do modelo de Furtado”¹². O ponto central é a crítica à afirmação de que, dado um aumento na relação capital-trabalho, necessariamente há queda na relação produto-capital. Tavares e Serra sustentam que Furtado “não leva em consideração os efeitos do progresso técnico poupador de capital vinculado à acumulação de capital.” (TAVARES E SERRA, 1972, p.165)

Nesse sentido, se o progresso técnico é poupador de capital, haverá uma menor demanda de insumos de capital por unidade de produto, o que tende a frear os possíveis efeitos negativos da acumulação sobre a relação produto-capital. Não obstante, no entendimento de Furtado, o caso mais comum é aquele em que o progresso técnico poupa mão-de-obra. Mas ainda nessa circunstância a relação produto-capital só cairá se o aumento relativo da produtividade do trabalho for menor do que o aumento relativo da dotação de capital por trabalhador. (TAVARES E SERRA, 1972, p. 165).

Ainda que seja possível um efeito líquido negativo sobre a relação produto-capital, os autores destacam como continua a ser possível compensar a rentabilidade do capital, por exemplo via aumento da taxa de mais-valia que compensem novos investimentos. Nesse sentido, “a possibilidade de compensar os efeitos da baixa da relação produto-capital sobre a

¹¹ Para contestar a relação causal em Furtado, os autores lançam mão de uma interpretação keynesiana para mostrar como as expectativas dos empresários afetam a eficiência marginal do capital. Segundo Keynes (1936) “...a eficiência marginal do capital é definida aqui em termos da expectativa da renda e do preço de oferta corrente do bem de capital”.. (KEYNES, 1936, p. 115)

¹² Tavares e Serra (1972, p.162).

taxa de crescimento dependerá desse excedente se transformar ou não em investimento”. (TAVARES E SERRA, 1972, p. 165-166).¹³

Quando por razões de menor expectativa cai o investimento, surge capacidade ociosa e se confirma queda de rentabilidade. Isto significa quem em um contexto de crise econômica, a queda da relação produto/capital é fruto da contração da demanda corrente que provoca o aumento das margens de capacidade ociosa e a sua conseqüente redução. (TAVARES E SERRA, 1972, p.167). Nesse sentido, a queda da relação capital produto é resultado da dinâmica econômica.

Por fim, os autores criticam a hipótese de igualação da taxa de lucro entre os setores. Tavares e Serra argumentam que em condições de estruturas de mercados acentuadamente imperfeitos não há razão para se admitir a possibilidade que se igualem as taxas de lucro. Na verdade, nos setores mais modernos, justamente os que têm menor relação produto/capital, as taxas de lucro são maiores. Isso se deve ao fato de que maior produtividade destes setores não é acompanhada por um aumento condizente da massa de salários e nem com redução de preços. (TAVARES E SERRA, 1972, pp.162-163)

À guisa de conclusão, Tavares e Serra ponderam que “uma análise mais detalhada do modelo de Celso Furtado sugere, de maneira paradoxal, que se as categorias com que trabalha fossem as mais pertinentes, dificilmente se poderia concluir que a estagnação fosse inevitável no tipo de economia por ele estudada”. Dessa maneira, afirmam que “Furtado parece ter vestido a ‘camisa de força’ de um modelo neoclássico de equilíbrio geral – elegante mas ineficaz para explicar a dinâmica de uma economia capitalista” (TAVARES E SERRA, 1972, p.167).

2.4. A construção do Novo Estilo de Desenvolvimento

Para além da crítica ao modelo de Furtado, Tavares e Serra consideram que a ampla aceitação das teses estagnacionistas e a conseqüente “convicção de que o capitalismo não avança ou que, muito em breve, deixará de fazê-lo leva ao desinteresse pelas análises de sua operação e expansão”. (TAVARES E SERRA, 1972 p.159). Assim, os autores buscam

¹³ Para uma discussão mais profunda sobre a relação produto/capital, ver Scherer (2007 p.150-151) e Pinkulsfeld e D’ávila (2009 p. 183-184)

qualificar o novo estilo de desenvolvimento para o qual a economia brasileira transitou – e como, portanto, foi possível obter elevadas taxas de crescimento. O enfoque nos rendimentos marginais decrescentes¹⁴ “daria lugar (..) a uma análise sobre o crescente diferencial entre a estrutura de demanda e de oferta da economia” (ROBILLOTI, 2016. p. 227).

Para os autores, não havia problema de estagnação por má distribuição, ao contrário, o modelo era dinâmico na medida em que a concentração assumia um caráter funcional. O que estava ocorrendo era um “milagre perverso” - como seria chamado pelas oposições à ditadura na década de 1970 - conduzido por núcleos solidários de expansão entre setores de empresas multinacionais e setores de empresas estatais e governos. O modelo de crescimento era perverso.

O processo capitalista no Brasil, em especial, embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, incorporando e excluindo setores da população e estratos econômicos, levando a aprofundar uma série de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permitiu autogerar fontes internas de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo. Neste sentido, pode-se dizer que enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, *devido* ao dinamismo do sistema ou, melhor, ao tipo de dinamismo que o anima. (TAVARES E SERRA, 1972, p.158)

Passemos à análise dos autores sobre a crise e a recuperação.

A interpretação dos autores sobre a fase de baixo crescimento da economia brasileira na década de 1960, que consideram “cíclica”, e não um período em que se revelava uma “tendência à estagnação” se concentra em três frentes diferentes: a dinâmica dos investimentos; a questão da absorção de demanda; e a questão da fragilidade da estrutura financeira. (TAVARES E SERRA, 1972, p.168)

No ponto inicial de análise da crise os autores apontam para o efeito cíclico das inversões¹⁵ - com o esgotamento do processo de substituição de importações, o investimento assume papel central na dinâmica da economia brasileira. Para os autores, dado o maior grau de industrialização e diversificação da economia brasileira, o movimento econômico nacional passou a ser determinado pela dinâmica do capital industrial, deixando de lado o seu caráter apenas “reflexivo” dos rumos da economia global.

¹⁴ Presente em Tavares (1963) e Furtado (1966).

¹⁵ Como mostra Robilloti (2016 pp.128-30) esta é uma aproximação a Rangel (1963).

A economia havia esvaziado um ‘pacote’ de investimentos complementares — fundamentalmente em bens de consumo duráveis e de produção — que havia utilizado as reservas de mercado preexistentes, propiciando uma expansão da renda e uma diversificação do consumo. Passou, então, a necessitar de um conjunto de projetos para novos investimentos que pudesse ser introduzido numa sequência temporal adequada, ou seja, depois de amadurecidos os investimentos do “Plano de Metas” correspondente ao governo Juscelino Kubitschek (1956/60). O novo ‘pacote’ de investimentos deveria, neste sentido, cumprir, um papel semelhante ao da onda de inovações de Schumpeter, a qual não ocorrendo regularmente no tempo tende a provocar profundas flutuações no desenvolvimento capitalista. (TAVARES E SERRA, 1972, p. 168)

A introdução do investimento como variável cíclica representa uma ruptura com os esquemas cepalinos tradicionais, “que seria mais aprofundada em 1974”, abrindo “caminho para uma série de considerações sobre os aspectos endógenos da dinâmica econômica”. (ROBILOTTI, 2016 p.228). Nesse sentido, a insuficiência de investimentos capazes de impulsionar o crescimento não estaria propriamente relacionada à estrutura produtiva, mas aos “problemas relacionados com a estrutura de demanda e com o financiamento” (TAVARES E SERRA, 1972, p.168).

Neste segundo ponto, os autores mantêm a preocupação com o elevado grau de concentração da renda no Brasil, que impunha à economia estas duas grandes restrições: de demanda e de financiamento. De um lado, a distribuição concentrada da renda limitava a difusão de um consumo diversificado para camadas médias, “exatamente o tipo de consumo que permitiria um melhor aproveitamento da capacidade industrial instalada, com importantes efeitos de indução sobre a economia” (TAVARES E SERRA, 1972, p.168). Quanto ao financiamento, “os investimentos privados estavam limitados pela evolução da relação excedente-salários e os investimentos públicos pela relação gastos-carga fiscal”. (TAVARES E SERRA, 1972, p.168)

Com isto, se solidificou uma situação de baixos recursos para financiar novos investimentos e uma demanda insuficiente para torná-los rentáveis. Além disso, havia um problema quanto à forma de realização dos investimentos, dado que o papel inflacionário que permitia taxas ilusórias de lucro (e com isto atenuava as tensões entre lucros e salários) se esgotou. Em suma, “o declínio da rentabilidade esperada dos investimentos, o fim dos lucros ilusórios e a redução do volume de recursos para o investimento levaram a uma forte redução

das taxas de investimento global, tanto público quanto privado”. (TAVARES E SERRA, 1972, p.169).

Na caracterização da crise, Tavares e Serra dividem-na em duas fases. A primeira fase, de 1962 a 1964, é marcada por tentativas de solução para a crise que, na realidade, aprofundaram-na. Nesta fase, dois movimentos são particularmente importantes: a tentativa frustrada de redistribuição da renda em favor dos assalariados, via uma política de salários e preços, e a contenção da inflação, através da redução do gasto público, do crédito privado e da contração monetária. Estas políticas tiveram um impacto recessivo, pois,

a redução do investimento público e o ataque direto ao capital estrangeiro (lei de restrição e controle das remessas de lucro) detiveram os planos de investimento nos setores mais dinâmicos, bem como em novos setores visados pelas corporações multinacionais (mineração, aço, petroquímico e equipamentos pesados), eliminando-se, desse modo, componentes autônomos que poderiam ter contrabalanceado os efeitos da crise de demanda corrente (TAVARES E SERRA, 1972, p.170).

A segunda fase da crise tem início com a ruptura política, em 1964, e perdura até 1966, momento em que se dá início a um novo período de acelerado crescimento, o chamado “milagre econômico” (“perverso”, como veremos adiante). Apesar do novo regime político, o panorama econômico pouco se alterou, ao contrário, ocorreu um aprofundamento da crise, na medida em que o esquema de financiamento que vigorava desse os anos 50 foi interrompido.

A carga fiscal se tornou bem mais pesada, foram feitos cortes no gasto público e restringiu-se novamente o crédito. Juntamente com estas se instituiu uma drástica política de compressão salarial cujos efeitos sobre a economia foram ambivalentes – se, de um lado, aliviou as empresas no que se refere aos custos, de outro, reduziu a demanda corrente (TAVARES E SERRA, 1972, p.171).

As mudanças de ordem econômica acima explicitadas, introduzidas pelo Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), ainda que depressivas, foram “funcionais” para a transição a um novo estilo de desenvolvimento e demarcaram a nova compactação de forças políticas relativas à escalada autoritária. Do ponto de vista da constelação produtiva, uma série de empresas de menor porte ou solidez financeira não resistiu à depressão, “limpando o campo para uma reconcentração da atividade industrial e comercial.” . (TAVARES E SERRA, 1972, p.171). Além disso, esta reorganização teve “efeito positivo sobre a eficiência produtiva, pelo menos em efeitos dinâmicos” (TAVARES E SERRA, 1972, p.171) visto que eliminou parte da capacidade ociosa.

A compreensão salarial, que tal qual demonstrado teve efeito ambivalente, alterou a distribuição em favor dos lucros, e conjuntamente a medidas de socorro financeiro possibilitou a recuperação e expansão produtiva. Ademais, duas importantes reformas – a tributária e a financeira - tiveram como objetivo preparar terreno para reorganizar os financiamentos público e privado no Brasil. ¹⁶

Com a instrução n°289 ¹⁷, o governo militar pôde elevar a taxa de investimento público e atrair capital externo a curto prazo, isto solidificou uma estreita associação entre Estado e capital estrangeiro no desenvolvimento dos setores estratégicos: petroquímica, mineração, siderurgia, energia elétrica, transportes e comunicações. Como destacam os autores: “Ao analisarmos os países da América Latina, podemos dizer que um dos fatores-chave que determinou suas possibilidades de expansão foi, precisamente, o grau de maior ou menor solidariedade de suas economias com o capitalismo internacional”. (TAVARES E SERRA, 1972, p. 176)

Diferentemente de outros países latino-americanos, por se tratar de uma economia com elevado grau desenvolvimento industrial, o Brasil possuía condições para transitar a um novo período de expansão determinado endogenamente. Entretanto é importante assinalar que isto não significou um afrouxamento da dependência, mas ao contrário, seu aprofundamento.

Dadas as condições materiais, este novo esquema impunha, no nível econômico, reajustes pelo lado da estrutura da demanda, maior acumulação de recursos para investimento, definição de projetos rentáveis e complementares à capacidade produtiva preexistente, bem como algumas “correções” da estrutura produtiva através da eliminação de atividades sob a proteção da inflação e que não faziam sentido para o novo esquema de expansão. Esse quadro de soluções só poderia ser viável a partir de uma reordenação da política econômica pública no que diz respeito a financiamento, distribuição da renda, orientação dos gastos e assinação de recursos, exigindo, ainda, uma rearticulação do sistema monetário-financeiro em outras bases. (TAVARES E SERRA, 1972, p.172)

A segunda fase da crise configurou-se, então, como um período de reorganização da constelação produtiva e de suas institucionalidades, tal qual o financiamento e a relação entre Estado e capital estrangeiro, que demarcaram a transição a um novo estilo de desenvolvimento,

¹⁶ Sobre isto ver Hermann (2005 p. 53-58)

¹⁷ A Instrução n° 289 permitiu a contratação de empréstimos externos para capital de giro diretamente entre empresas do exterior e empresas que operavam no país, sujeita à autorização do Banco Central. Os termos da instrução asseguravam a remessa de juros para o exterior, correndo o risco de câmbio.

melhor representado pelo crescimento acelerado do chamado “Milagre Econômico”. Isto, “poria por terra as teses estagnacionistas de Celso Furtado.” (ROBILOTTI, 2016 p. 229)

No caso do Brasil, pode-se dizer que a crise econômica de meados da década passada expressa também uma transição, não a uma nova economia, mas a um novo estilo de desenvolvimento capitalista que supõe (...) um novo esquema de concentração do poder e da renda, bem como novos mecanismos de estímulo, adequados a outra etapa de integração com o capitalismo internacional. Cremos que os transtornos verificados nessa economia não correspondem ao fenômeno da estagnação em sua acepção comum, apesar da redução da taxa global de crescimento verificada entre 1962-1967. (TAVARES E SERRA, 1972, pp. 175-6)

No caso da América Latina, Tavares e Serra destacam dois fatores-chave para a expansão: o grau de solidariedades das economias com o capitalismo internacional e o peso relativo dos setores dinâmicos na estrutura global. O Brasil, caso interesse do ensaio, as particularidades se apresentavam em relação à própria América latina: “(...) o maior peso e complementariedade de seus setores de ponta, em relação aos demais países da região. Observa-se também uma maior solidariedade orgânica entre o Estado e o capitalismo internacional (...)” (TAVARES E SERRA, 1972 p.177). Acrescenta-se, ainda, o fato de que o Estado e o capital estrangeiro atuaram concomitantemente como os agentes líderes da expansão.

No desenho do novo estilo de desenvolvimento, coube ao Estado brasileiro o papel de atender ao mercado interno no abastecimento de insumos baratos e de economias externas “que são evidentemente, aproveitadas pelas empresas internacionais para se expandirem internamente e até para exportar, explorando oportunidades de comércio internacional que ela mesma pode controlar.” (Tavares e Serra p.178). Ao capital privado nacional coube um papel relativamente secundário nessa dinâmica.

No que tange ao processo de acumulação de capital, para Tavares e Serra, o capitalismo brasileiro, ainda que industrializado, assemelha-se a uma forma de “acumulação primitiva”, sustentada em três modalidades: aumento da exploração via disparidade entre salários e produtividade, subsídios e incentivos do setor público e a acumulação financeira¹⁸. (TAVARES E SERRA, 1972, p.180).

¹⁸ Como os próprios autores destacam, a despeito de sempre ter estado presente, a importância desta modalidade passa a ser crescente, com a ascensão de uma série de agências financeiras nacionais e internacionais que permitiram uma desvinculação entre a acumulação de lucro e a produção de excedente real. (Tavares e Serra 1972 pp.180-81)

Ao longo do desenvolvimento no Brasil, coexistiram traços atrasados e “modernos”. De um lado “a acumulação extrabancária e a especulação da bolsa poderiam sugerir uma caricatura do velho capitalismo financeiro dos anos vinte nos Estados Unidos”. (TAVARES E SERRA, 1972 p.181). De outro, uma ordem altamente excludente, como demonstrada pela forte queda do salário real em oposição à confecção de um mercado interno de consumo de massas – tal qual no capitalismo central. Assim,

Poder-se-ia dizer (...) que o capitalismo brasileiro combina o pior dos mundos: ao mesmo tempo que é socialmente excludente, apresenta problemas típicos de capitalismo maduro. (...) No capitalismo brasileiro existem, simultaneamente, excesso e escassez de excedente, dado o caráter polarizado de sua acumulação que determina a existência de problemas internos de escassez de oportunidades de investimento – “excesso de poupança – frente às possibilidades de investimento rentável. (TAVARES E SERRA, 1972, p. 181).

Dessa forma, a economia brasileira reúne particularidades que permitem a continuação da acumulação primitiva de capital concomitantemente à acumulação nos setores estratégicos nacionais e estrangeiros, garantida pelo “processo de abertura de novas áreas geográficas para a exploração de recursos naturais, o desenvolvimento agropecuário e de outras atividades primárias e secundárias (...)” (TAVARES E SERRA, 1972 pp.181-82). A isto se somava o já destacado arrocho salarial, aumentando a taxa de exploração.

Em acordo com as teses de Anibal Pinto¹⁹ sobre persistência da heterogeneidade estrutural no longo prazo, Tavares e Serra mostram como os ganhos de progresso técnico se limitaram aos setores dinamizadores e associados ao capitalismo internacional. Dessa forma, diferentemente do ocorrido nos países centrais, no capitalismo brasileiro a irradiação e incorporação de progresso técnico por todo o sistema se deu de maneira muito limitada, reforçando uma tendência à “heterogeneização”. Este processo esteve presente desde a fase primário-exportadora, passando pelo modelo de substituição de importação e permanecendo como característica do crescimento “perverso” do modelo autoritário.

A partir do esquema trissetorial presente em Pinto (1970) e Vuskovic (1970)²⁰, os autores chamam a atenção para o fato de que:

¹⁹ Para Pinto (1970 p.44-46), a estrutura produtiva na América Latina se dividiu em três estratos: o setor primitivo, de níveis de produtividade semelhantes à era colonial; um setor intermediário, de produtividade semelhante à média nacional e um setor moderno, de nível de produtividade elevado e semelhante aos países centrais..

²⁰ Sobre isto ver Robilotti (2016 p.123)

Atividades, setores ou áreas que foram dinâmicos e modernos num momento passado, ficam relegados a um estrato intermediário ou poderiam, até, numa perspectiva de longa duração, assimilar-se ao chamado primitivo, pelo menos no que se refere aos contrastes nos níveis de produtividade no interior do sistema econômico. Isso implica que o processo tenda a acentuar a heterogeneidade estrutural do sistema e também a modificar as condições concretas em que ela se apresenta.” (TAVARES E SERRA, 1972 pp.183-84)

Na contramão dessa tendência, para que fosse possível generalizar a modernização da economia seria necessário que uma porção crescente do excedente se retraduzisse em investimentos nos setores não-modernos para reduzir as disparidades de produtividade. Entretanto, na contramão desta necessidade houve uma concentração dos investimentos. Nas palavras dos autores:

Esta concentração de investimentos privados e públicos e do consumo, bem como as facilidades institucionais criadas concentração de investimentos privados e públicos e do consumo (...) tendem a permitir que a acumulação do excedente gerado no polo moderno se mantenha em condições de certa rentabilidade (TAVARES E SERRA, 1972, p 186)

Sobre este processo os autores denominaram “Esquema de acumulação polarizada”, o qual apresentava um crescente montante de excedente e uma grande concentração da renda. Assim, configura-se implicitamente uma contradição permanente entre a geração de um montante rapidamente crescente de excedente e as possibilidades de sua realização no restrito marco de sua circulação” (TAVARES E SERRA, 1972, pp.186-87)

Como solução o sistema encontrou “um processo de permanente desconcentração e reconcentração da renda que lhe permite sucessivas ampliações do mercado de acordo com as características de cada etapa de expansão” (TAVARES E SERRA, 1972, p. 187). Como defende Robilloti (2016 p.233), esta foi uma contribuição do ensaio em relação à Pinto (1965) e Vuskovic (1970). Nas palavras do autor:

Na verdade, os autores, apesar de aderirem firmemente às teses de Pinto, procuram discutir algumas nuances no processo histórico do desenvolvimento capitalista nacional, isto é, propõem um refinamento conceitual sobre as teses da persistência da heterogeneidade estrutural. (ROBILLOTI 2016, p.233).

Os autores argumentam, então, esta contradição apresentada gera *ciclos de modernização*, em que, ao se esgotar o período de expansão do setor moderno, parte de seu excedente consegue ser escoado para setores tradicionais ou com produtividades intermediárias, mas de maneira muito restrita. Isto se deve, primordialmente a dois fatores: a baixa elasticidade renda-demanda de alimentos dos privilegiados que enfraquece o investimento voltado à

agricultura de mercado interno, e a economia de insumos pouco elaborados – em segmentos de elevada densidade de trabalhador - ou sua substituição por produtos industrializados em função do avanço do progresso técnico. (TAVARES E SERRA 1972, p.187) (dúvida, qual a relação entre alimentos e ciclos, Guilherme, aqui nada tem a ver com ciclos).

Assim, a modernização apresenta uma propensão a destruir parcialmente a fração de setores tradicionais com os quais detêm relações interindustriais. Isto garante ao polo moderno “receber uma renda diferencial na etapa de expansão e proteger sua taxa de lucro em períodos de crise” (TAVARES E SERRA, 1972, p.188).

A introdução da ideia de ciclos de modernização para analisar a evolução da heterogeneidade estrutural representa uma dissociação das tradicionais ideias dualistas, na medida em que apresenta “uma contínua alteração de posições das diferentes atividades que acompanham o processo de expansão e modernização cíclicas. Assim, a ‘composição’ dos diversos estratos não é um absoluto constante” (TAVARES E SERRA, 1972 p.190). Dessa forma, os autores mostram como a forte relação entre os diferentes setores aprofunda a heterogeneidade estrutural, dando sustentação a dois traços marcantes do desenvolvimento capitalista no Brasil: as tendências à marginalização e à concentração.

Em relação à marginalização, ocorre que o progresso técnico tem efeito ambivalente sobre a absorção de mão-de-obra, tanto exclui quanto abre novas incorporações. Na América Latina os efeitos líquidos são de exclusão, o que implica em uma tendência à marginalização. Para analisar este fenômeno, diferentemente do ocorrido em Tavares (1963), em que se dá ênfase à tecnologia importada, os autores dão enfoque à orientação dos investimentos.

Na realidade, a forma de utilização do excedente, bem como de seus sucessivos incrementos, nos indica claramente qual o caráter do processo de modernização. Quando se fala da natureza concentrada da incorporação do progresso técnico e da apropriação de seus frutos, ou da circulação do excedente predominante no interior do setor moderno – setor que se expande espasmodicamente, dando lugar a um processo concentrado de acumulação de capital e da renda – está-se pensando precisamente na forma como é utilizado o excedente gerado pela força de trabalho e suas consequências sobre o perfil da evolução econômica. (TAVARES E SERRA, 1972, p.191).

Assim, “a incorporação e expulsão passam a ser duas tendências simultâneas e contraditórias do processo de expansão e modernização que assume, então, em sua plenitude, um caráter desigual e combinado” (TAVARES E SERRA, 1972, p.192).

Sobre a tendência à concentração, os autores argumentam que este não é um processo isolado, mas

é acompanhado de perto por outro de desconcentração e reconcentração e o resultado pode ou não representar um aumento do coeficiente global de concentração; não obstante, durante o mesmo mudam significativamente as relações e a composição interna dos diferentes estratos produtivos, de propriedade, de tamanho da empresa e da renda. Em consequência, reorganiza-se o mercado e o funcionamento do sistema. Tudo isto sem que, necessariamente, aumente a concentração global (absoluta) (TAVARES E SERRA, 1972, p. 195)

Assim, é possível notar como os autores estão propondo uma visão não-linear do processo de concentração, com enfoque na dinâmica entre as macro e microempresas e, também, uma outra perspectiva para o processo de concentração pessoal da renda.

No que tange à dinâmica de mercado, os autores se opõem àqueles que argumentam de que existe tendência ao desaparecimento da pequena e média empresa, como fator explicativo básico para a tendência à concentração. Tavares e Serra defendem que a reordenação dos estratos produtivos, ao mesmo tempo em que pode levar a destruição de pequenas e médias empresas tradicionais, fomenta o surgimento de pequenas e médias empresas no setor moderno, atreladas à grande empresa, ao que se soma a ampliação das produções artesanais de luxo próprias a um padrão de consumo crescentemente urbano. “Na realidade, não existem grandes empresas finais isoladas, mas sim macromoléculas com empresas dominantes e uma constelação renovada de pequenas e médias empresas complementares.” (TAVARES E SERRA, 1972, pp. 194-95).

Neste ponto do ensaio, Tavares e Serra introduzem a figura dos conglomerado um tipo de empresa singular que ganhou crescente importância no desenvolvimento do capitalismo global, tendo efeito particular – e perverso, sobre o capitalismo subdesenvolvido, em especial à questão da heterogeneidade estrutural.

Sobre o processo de concentração pessoal da renda, os autores também o inserem na ideia de ciclos:

No que diz respeito ao processo de concentração da renda pessoal, ocorre algo semelhante em matéria de desconcentração e reorientação periódicas. A distribuição da renda não pode tender inexoravelmente à concentração

exclusiva numa pequena cúpula (por exemplo, o último 1%), deixando o resto da população sem participação nos incrementos da renda. Se isso acontecesse, o sistema estaria condenado a viver numa permanente crise de realização. Na realidade, o que se observa é uma tendência a uma contínua redistribuição ou reconcentração da renda, em que se solidariza a ampliação do consumo de certos estratos sociais com a geração do excedente necessária. (TAVARES E SERRA, 1972, pp. 197-98)

Na última parte do ensaio, intitulada “Contradições e Crise”, Tavares e Serra traçam um panorama geral sobre o período recente do capitalismo no Brasil. Nela, se encontra uma série de indicativos e indagações que Tavares empregaria em suas obras subsequentes, sendo objeto de maior aprofundamento. São eles:

- i. A tendência de limitação à modernização fruto da coexistência de segmentos de empresas atrasadas e dinâmicas em um mesmo mercado, garantindo ao setor moderno a persistência de sobrelucro;
- ii. Os problemas de realização pela crescente retenção de excedente no circuito do setor moderno;
- iii. A ideia de que as economias latinas, em função da incapacidade de gerar e controlar a incorporação de progresso técnico endogenamente, possuem possibilidades limitadas de inserção no mercado internacional, garantindo uma inserção dependente.

2.5.A Questão Financeira na Transição dos Estilos

A questão financeira e dos esquemas de financiamento do crescimento brasileiro – bem como, a relação destes com o processo de acumulação - obtiveram papel relevante na obra de Tavares ²¹. Conforme Bielschowsky (2010a, p. 196, a propósito do tratamento da questão no caso brasileiro, “A discussão pelo lado financeiro está distribuída em três textos: um de 1967, um segundo de 1971 e um último de 1978.” Como nesta seção do trabalho a preocupação é compreender a análise de Tavares sobre a transição entre estilos de desenvolvimento, apenas trataremos brevemente dos dois primeiros artigos. O terceiro artigo, de 1978, intitulado “O sistema financeiro e o ciclo de expansão recente”, será abordado na próxima seção do trabalho.

²¹ Conforme relata a própria autora em sua cinebiografia, “Livre Pensar”, Ignácio Rangel foi pioneiro ao chamar atenção de Tavares para a questão financeira.

No primeiro ensaio, *Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento — o caso do Brasil*”, de 1967, Tavares critica uma visão que considera “estática”, ou seja, a de que o baixo nível de renda, e conseqüentemente uma insuficiente taxa de poupança interna, gerariam a necessidade de complementação com poupança externa. Tavares propõe uma análise dinâmica da questão:

O problema principal se desloca, portanto, para as formas de mobilização desse crescente potencial. Ou seja, importa menos o volume de poupança *ex-ante* que as possibilidades de torna-lo efetivo, mediante a criação de instrumentos e mecanismos institucionais capazes de captar e realizar os recursos reais e financeiros, transferindo-os dos “setores” onde há um superávit potencial aos setores efetivamente deficitários ou aos que são capazes de gerar maior dinamismo, o que nem sempre coincide com os anteriores. (TAVARES, 1967, p.128-29)

No ensaio, *“natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente”*, de 1971, Tavares centra suas preocupações nas transformações dos esquemas de financiamento da economia, atentando para o processo de centralização do sistema financeiro nacional. É possível notar preocupações da autora quanto a um descolamento entre o setor financeiro e a esfera “real” da produção. Nele, analisa mais detalhadamente o processo inflacionário.

As intensas transformações produtivas, fruto de uma vigorosa expansão industrial, impuseram um “aumento da demanda de recursos financeiros (de curto, médio e longo prazo) num ritmo em geral superior ao da demanda final de bens e serviços” em três níveis: “o financiamento da produção corrente, o do consumo e o da formação de capital” (TAVARES, 1971, p.132). Assim, na ausência de mecanismo de financiamento, como um robusto mercado de capitais e crédito, a inflação ganhou destaque no processo de acumulação, induzindo uma poupança forçada para a expansão industrial. Entretanto, como bem sintetiza Moura (2013 p.66), “esta mesma inflação semeava o terreno para uma nova modalidade de acumulação: a acumulação financeira”.

Além disso, a inflação se configurava como um mecanismo frágil de financiamento, pois a partir de um certo patamar, inviabiliza a possibilidade de superávits financeiros, gerando uma reação em cadeia em que “os agentes econômicos e sociais (...) passam a antecipar e extrapolar conjuntamente a tendência inflacionária” (TAVARES 1971.p 131). Dessa forma, engendrava uma espiral de retroalimentação com efeitos negativos sobre o endividamento do sistema e, conseqüentemente, sobre a atividade produtiva.

Com o esgotamento do modelo substituição de importações, a inflação deixou de ser um agente financiador da expansão, e passou a ter duas funções. Primeiro, o tratamento de inflação de demanda, . provoca políticas de estabilização tradicionais que forçam as empresas a se defenderem via recursos de financeiras privadas, reconversão de recursos e fusões, tendo como efeito um aprofundamento do capital financeiro e o aumento da desnacionalização. Segundo, levam as famílias a preferencia por antecipar consumo, atenuando ciclos recessivos (Tavares 1971, p.152-152)

Tudo indica que o reinado do capitalismo financeiro está a caminhando para permitir ao sistema um maior grau de flexibilização na utilização intra e intersetorial de seus recursos; até lá, a inflação, agora devidamente sob controle, é ainda o grande mecanismo de defesa contra a estagnação. (TAVARES, 1971, p.152)

No ensaio, “*natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente*”, de 1971, Tavares centra suas preocupações nas transformações dos esquemas de financiamento da economia, atentando para o processo de centralização do sistema financeiro nacional. É possível notar preocupações da autora quanto a um descolamento entre o setor financeiro e a esfera “real” da produção.

No Brasil “substitui-se um esquema inflacionário aberto e um endividamento externo ligado a graves problemas no balanço de pagamentos, por uma inflação controlada e uma nova etapa de endividamento externo ligado, sobretudo, a movimentos autônomos do mercado de capitais”. (TAVARES, 1971 p.217). Este novo esquema não se deu de maneira espontânea, mas veio à reboque de uma série de mudanças institucionais e operacionais que tiveram como resultado: modernização operativa, diversificação financeira, centralização administrativa, reorganização do mercado de crédito.

Nesse ensaio, a autora mostra como o as mudanças no setor financeiro ao longo da década de 60, embora representassem a transição a um novo esquema de financiamento de um crescimento acelerado, estavam recheados de contradições, inclusive por um sentido de descolamento entre o lado real da economia e seu lado financeiro.

(...) a órbita financeira está ganhando uma autonomia relativa, que põe em risco a manutenção de uma taxa de acumulação, sem haver contribuído até o momento, de forma decisiva para um aumento da taxa global de poupança interna da economia. (TAVARES, 1971, p.233).

Os mercados de capitais estiveram, assim, mais voltados à especulação financeira, resguardando pouca relação com o aumento da poupança interna o que representou “uma valorização excessiva dos títulos que pode dar lugar a perturbações graves no mercado de capitais...” (TAVARES, 1971, p.233). A relação entre expansão produtiva e financeira, esteve reduzida à redinamização do “consumo restringido e de uma euforia especulativa (...)”. (TAVARES, 1971, p. 233).

O problema fundamental reside na redistribuição do excedente do lado real em direção à esfera financeira, o que notadamente representa uma enorme instabilidade sistêmica. A generalização do “capital fictício” significa, para os capitalistas, a possibilidade de aumentar sua rentabilidade sem o correspondente no excedente produtivo. No longo prazo, a persistência destas perturbações causa problemas à acumulação de capital na esfera produtiva, e conseqüentemente, se torna uma fonte potencial de crises.

A constatação de dois movimentos, do impacto da acumulação financeira no investimento real e da disputa por hegemonia no processo decisório entre a órbita financeira e produtiva leva Tavares a evocar o papel determinante do Estado na resolução destes distúrbios. A autora argumenta em defesa do combate à especulação em que o Estado, ao assumir um papel “ de mediador entre os interesses dos grupos nacionais e internacionais, será o verdadeiro articulador que promoverá um maior entrosamento entre as órbitas real e financeira” (TAVARES 1971 p.217)

Ao comparar o surgimento do capitalismo financeiro nos países centrais com o Brasil conclui que, nos países centrais, o capitalismo financeiro significou uma etapa avançada do desenvolvimento das forças produtivas. No Brasil, porém, traduziu-se em uma nova etapa de dependência, em que a estrutura oligopolizada interna se ajustou ao novo padrão de acumulação internacional.

Nas atuais condições de desenvolvimento dependente, e mantido o caráter concentrador do modelo, é difícil ao Estado brasileiro afirmar uma hegemonia que resolva em termos "nacionais" os grandes interesses em jogo (...) "O próprio caráter competitivo dos vários grupos internacionais e a situação de crise econômica, podem dar, por algum tempo, a impressão de que o capitalismo de Estado seria hegemônico nas negociações para abertura de novas oportunidades de investimento. A forma de organizar a produção em grande escala e o controle dos mercados externos continuam porém, dependentes de decisões fora do controle do Estado brasileiro" (TAVARES, 1971, p.263)

A partir da introdução destas novas acepções analíticas e indagações, Tavares aprofunda sua crítica aos esquemas clássicos da Cepal, dando enfoque aos determinantes endógenos no Brasil. Entretanto, isto não significa um rompimento com esta escola cepalina, pois continua a partilhar parte substancial de seu arcabouço teórico, notadamente o método histórico estrutural, a questão da heterogeneidade estrutural e a concepção centro-periferia. Na realidade, podemos dizer que se trata de um enriquecimento da dimensão estruturalista no debate desenvolvimentista no Brasil.

CAPÍTULO 3 - A INTERPRETAÇÃO DOS CICLOS ENDÓGENOS DE CRESCIMENTO

Neste capítulo serão examinados os três trabalhos com que Tavares conclui a trajetória de análises sobre a dinâmica do crescimento brasileiro que realizou no período 1963-1978, ou seja, as duas teses, de 1974 e 1978²², em que se debruça sobre a ideia de dinâmica cíclica, precedidas por um ensaio de 1973²³, em que examina as relações entre distribuição de renda e padrões de acumulação.

Segundo Bielschowsky (2010b, p. 20),

A motivação intelectual para esses trabalhos já era encontrada nos textos das etapas anteriores, ou seja, a necessidade de conta com um esquema analítico capaz de descrever o processo endógeno de acumulação de capital no Brasil. A etapa trouxe, uma vez mais, análises originais e instigantes. Para oferecer uma explicação desse processo, Conceição procura realizar uma integração “micro-macro” por meio de fundamentação teórica baseada em dois campos complementares, ou seja, na teoria do ciclo de kalecki e nas teorias de oligópolio de autores como Steindl, Sylos-Labini e Bain. (...) A incursão teórica desempenha duas funções. Primeiro, permite à autora explicitar as referências teóricas universais para fundamentar a explicação da dinâmica da acumulação de capital no Brasil; e, segundo, permite-lhe realizar uma adaptação dessas teorias ao caso brasileiro.

Em sua reinterpretação, dá atenção especial aos diferentes padrões de acumulação, que “(...) representavam formas alternativas de crescimento, que compatibilizariam taxas diferenciadas de crescimento dos diversos setores da economia e formas de competição neles vigentes com uma distribuição de renda particular” (POSSAS, 2001, p.391).

Entretanto, isto não significa que o setor externo fosse irrelevante

Ainda que a autonomia dos fatores internos seja relativa e não absoluta em relação ao movimento internacional do capitalismo, a análise deve partir destes fatores – isto é, primeiramente deve-se tê-los como referência para posteriormente analisar se eles se enquadram ou não de modo favorável dentro da dinâmica global do sistema. (ROBILLOTI, 2016, pp. 247-48).

²² Acumulação de capital e industrialização no Brasil (1974) e Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira (1978)

²³ Distribuição de renda acumulação e padrões de industrialização (1973)

É importante destacar que Tavares reconhece que “o desenvolvimento capitalista plenamente atingido (com a implantação do setor produtor de bens de capital) não implica em superação das ‘condições de subdesenvolvimento’ ”. (ROBILLOTI, 2016, p.248). Nesse sentido, trata-se de um enriquecimento do debate desenvolvimentista no Brasil, em que a autora permanece dentro da tradição estruturalista, ainda que guarde importantes distinções. Nas palavras da autora:

Parte desta tese é uma revisão crítica de certos aspectos fundamentais na concepção teórica cepalina tradicional, na qual me formei como economista profissional. Como toda revisão crítica, mantém alguns enfoques comuns à visão inicial (por exemplo, a visão de Centro e Periferia) e tenta em simultâneo afastar-se radicalmente dela (por exemplo, na visão interna dos problemas de acumulação). (TAVARES, 1974, p.14-15)

Neste capítulo, analisaremos a reinterpretação da autora sobre a dinâmica industrial no Brasil. Para tanto, percorreremos, nas cinco primeiras seções, os elementos chave dessa formulação original, para, na sequência, apresentar a interpretação de Tavares sobre a dinâmica cíclica da economia brasileira.

3.1. Dinâmica Capitalista: Keynes, Kalecki e Schumpeter

A partir de Keynes, Kalecki e Schumpeter, Tavares extrai elementos para sustentar sua visão sobre a dinâmica do sistema, inclusive sua impossibilidade de auto regulação. Em primeiro lugar, de Keynes extrai a noção da economia capitalista como uma economia monetária, em que a incerteza assume papel central no processo de decisão. A existência da incerteza tem implicações na conduta econômica, que afeta eficiência marginal do capital, que influencia, junto com a taxa de juros, o montante de investimento. Assim, a sensibilidade às mudanças bruscas e repentinas torna as economias capitalistas potencialmente instáveis.

Para Tavares, então, o elemento central da dinâmica capitalista, é o papel dual do investimento. De um lado é determinante da demanda agregada, isto é, como variável de gasto determina as variáveis de renda. De outro, é variável instabilizadora chave, pois seus fatores determinantes são inerentemente instáveis, impedindo que se garanta ao sistema uma trajetória estável. Sobre o papel dual do investimento:

É fundamentalmente uma categoria dinâmica, é o instrumento da expansão da capacidade produtiva, da acumulação de capital, é o elemento cíclico por sua própria natureza. Se crescer demais, não pode se manter, porque termina por gerar capacidade ociosa, que deprime a taxa de rentabilidade do capital, tanto a esperada como a efetiva. Se cresce de menos, tão pouco pode manter-se, porque não gera renda suficiente para comprar a própria produção ampliada (TAVARES, 1978, p.31).

Assim, Tavares também refuta a ideia de insuficiência de poupança como determinante de trajetória. Silva (2008 p.29) resume bem esta questão:

O desenvolvimento do sistema de crédito, ao exercer papel fundamental no financiamento do investimento, faz com que a poupança, entendida como um não-gasto, não seja determinante para a realização do investimento. Assim, em uma economia capitalista, quanto maiores os gastos, maior a base para as operações de crédito, que, portanto, não estão limitadas pela poupança dos agentes. A poupança, de acordo com Keynes e Kalecki, deve ser compreendida como um resíduo ex-post da renda não-gasta, mantendo apenas uma identidade contábil com o investimento. A relação causal, ao contrário do que diz a análise neoclássica, parte do investimento para a poupança, e não o contrário. (SILVA, 2008, p.29)

Em relação especificamente à Kalecki, Tavares partilha da visão de que a compreensão das economias capitalistas passa especificamente pelo estudo de suas flutuações cíclicas. Neste aspecto, além do princípio da demanda efetiva (e o efeito dual do investimento), Tavares incorpora em seu referencial analítico os esquemas trissetoriais de Kalecki.²⁴ O modelo construído por este autor é baseado na diferenciação de três setores: DI (bens de capital); DII (bens de consumo capitalista) e DIII (bens de consumo assalariado). A renda gerada em cada departamento é composta por lucros e salários.

No modelo, dado um determinável nível a distribuição de renda, são os investimentos e o consumo capitalista que determinam o lucro. A distribuição de renda expressa a participação dos salários na renda. Dessa forma, para que cresça a massa salarial é preciso que cresçam os lucros dos capitalistas através do consumo e do investimentos destes. “Ou seja, o crescimento de uns envolve o crescimento dos outros, mas o sentido da determinação é do investimento para o consumo dos trabalhadores. (TAVARES, 1978, p. 23)

Um crescimento em maior magnitude dos setores DI e DII em relação à DIII, faz com que os lucros cresçam mais que salários, “o que se traduz em uma expansão da capacidade produtiva em ritmo maior que o crescimento da produção e da renda corrente.” (SILVA, 2008, p.31). O aumento da capacidade ociosa corresponde à evidência de “superacumulação” e

²⁴ Superioridade do modelo de Kalecki para Tavares

determina queda da taxa de investimento com repercussões negativas sobre a taxa de crescimento do produto. Ou seja, a autora assinala a assimetria temporal entre o efeito do investimento sobre a demanda e o efeito sobre a ampliação da capacidade produtiva como base dos ciclos.

A ampliação do DI tende a parar, ao produzir-se um aumento da capacidade ociosa, a qual freia os novos projetos de investimento por reduzir a taxa de rentabilidade esperada. É a queda no nível de investimento que determina a queda na taxa de lucro efetiva e não o contrário. O consumo dos capitalistas, que vai crescendo com os lucros, atrás do investimento, tende também a ser freado junto com ele. O nível de consumo capitalista pode sustentar-se, porém, graças às rendas capitalistas acumuladas, o que não ocorre com parte do consumo dos trabalhadores. A mão de obra empregada na construção de nova capacidade produtiva é despedida; diminui a demanda do DIII, que por sua vez também tende a despedir trabalhadores, caindo em consequência o nível geral de emprego e a massa de salários. O excesso de capacidade que se gerou com a desaceleração do investimento generaliza-se para toda economia (TAVARES, 1978, pp. 28-29).

Tavares chama atenção também para a repercussão da fase cíclica de retorno do crescimento sobre a distribuição da renda:

O aumento da renda pela ocupação da capacidade ociosa não se transformará necessariamente na melhoria de distribuição de renda, nem talvez numa elevação da taxa média de salário real, mas num aumento da massa global de salários e de lucros. A taxa média de salário crescerá, ou não, conforme o movimento de preços relativos dos bens da cesta básica de consumo dos trabalhadores. Isto é, dependendo do padrão setorial da concorrência, em particular da organização monopolística do setor produtor de bens-salários. (TAVARES, 1978, p. 27)

Em relação a Schumpeter, Tavares extrai o papel da inovação como propulsor do desenvolvimento capitalista, isto é, “o processo de transformação econômica e institucional que periodicamente tem lugar nas economias capitalistas, em diferentes graus de intensidade e abrangência, sob o impacto das inovações tecnológicas”. (Possas, 1989, p.158). A destruição criativa como elemento dinamizador do sistema econômico, leia-se, a concorrência não como um mecanismo estático, mas como um processo disruptivo chave da dinâmica capitalista. Schumpeter mostra que as decisões de investimento, notadamente as que têm efeito inovativo e de diferenciação, são capazes de alterar as estruturas econômicas de competição, impactando as trajetórias de longo prazo. Dessa maneira, “o sistema se move por uma série de desequilíbrios” (Tavares, 1974, p.28).

3.2. Acumulação de Capital e a teoria do valor

Em “Um Contraponto à Visão da Auto-Regulação da Produção Capitalista”, segundo capítulo de Tavares (1978), a autora realiza uma reinterpretação da teoria do valor de Marx para compreender os movimentos gerais do capitalismo contemporâneo. Em contraponto à visão do excedente²⁵, Tavares parte da ideia de lucro, isto é, “parte do capital enquanto sujeito de relações sociais de dominação, e não do capital apenas como um simples fator de produção – o que representa uma mudança radical em relação à abordagem cepalina” (ROBILLOTTI, 2016, p.159). Para fins de síntese, utilizaremos como apoio “A transfiguração da crítica”, capítulo dois da tese de Belluzzo (1975).²⁶

Um ponto central do esforço de Tavares é analisar o capital enquanto “uma contradição em processo”, que tende “lógica” e historicamente para o seu “conceito”, para sua “forma mais geral e aparente” que se afasta cada vez mais de sua “origem”, o valor-trabalho.” (Tavares, 1978, p.58). A constituição do lucro e do capital como unidade contraditória dando engendrando um processo de acumulação no tempo passa pela compreensão de três movimentos: a apropriação do trabalho abstrato pelo capital; sua transformação em preços de produção; e a metamorfose do capital na forma dinheiro.

A “separação” entre a órbita da produção onde se “gera a mais-valia” –, a órbita da circulação de mercadorias – o “mercado” onde se realiza a “mais-valia” – e a órbita da circulação do capital-dinheiro – onde o capital se converte em sua forma mais “aparente” – são separações muito perigosas, que só podem ser feitas com intuítos analíticos claros. (...) A “separação” das órbitas equivale, portanto, ao movimento de abstração que permite, posteriormente (como um movimento lógico), empalmar a articulação concreta, sem a qual seria ininteligível o lucro. (TAVARES, 1978, pp. 54-55)

O lucro como resultado do processo de reprodução ampliada do capital assume centralidade na acumulação capitalista

O lucro é inerente ao processo de produção capitalista completo, e como tal não pode ser “deduzido” da “mais-valia” ou do “excedente”, nem contabilizado pelo número de horas do “sobretalho”. A “conversão” “sobretalho” em mais-valia decorre, porém, de uma relação social de produção, o “capital”, que converte o trabalho em assalariado, o que lhe

²⁵ Sobre isto ver: Serrano (2007).

²⁶ Sobre a tese de Belluzzo (1975), Tavares (1978 p.49) destaca: “Devo-lhe, porém a apreensão de vários pontos analíticos centrais, através do debate fraternal e do cuidado com que prepara seus seminários”. Tavares explicitamente assume “compartilhar com ele de sua visão da Teoria do Valor (...)”. Isto permite a utilização do trabalho de Belluzzo (1975) como suporte analítico nesta seção.

permite apropriar privadamente os frutos da produtividade social do trabalho. O lucro é inerente ao processo de produção capitalista completo, e como tal não pode ser “deduzido” da “mais-valia” ou do “excedente”, nem contabilizado pelo número de horas do “sobretabalho”. A “conversão” “sobretabalho” em mais-valia decorre, porém, de uma relação social de produção, o “capital”, que converte o trabalho em assalariado, o que lhe permite apropriar privadamente os frutos da produtividade social do trabalho. Essa apropriação da mais-valia sob a forma de lucro não se dá, porém, num esquema “abstrato de produção” separado da acumulação de capital, da concorrência capitalista, e da valorização em dinheiro dos “elementos constitutivos do capital”. Sem reprodução ampliada do capital não há lucro no sentido capitalista, no sentido do processo de valorização contínua do capital. (TAVARES 1978 p. 55)

Para Tavares (1978 p.53), “ o capital comanda o processo social de trabalho”. Isto significa que no “(...) regime capitalista de produção não é o trabalho que usa os meios de produção, mas são os meios de produção que usam o trabalho. A redução de todo o trabalho a trabalho abstrato (...)”.(BELLUZZO, 1975, p.56). A extração de massa de mais-valor é chave para compreender a acumulação de capital, porém o lucro só pode ser compreendido com base na reprodução ampliada do capital, no sentido do processo de valorização contínua do capital.

Desse modo, não há necessariamente uma equivalência entre lucro e massa de mais valia, “depende do que ocorrer na concorrência entre os vários capitais e de como eles se distribuem nas várias orbitas produtivas e improdutivas. Depende, também, do que ocorre na circulação do capital-dinheiro. Depende, enfim de como o capital valoriza a si mesmo”. (TAVARES, 1978, p.158). No capitalismo, a produção de valor significa produção de mais-valia, sua realização enquanto valor de troca, porém, “não está pré-estabelecido de antemão pelo esforço de cada produtor, mas é determinado posteriormente às flutuações, marchas e contramarchas do processo de troca” (BELLUZZO, 1975, p.51)

O trabalho vivo só aparece como meio de valorização dos valores existentes. “É o trabalho acumulado, materializado nos meios de produção que agindo como capital se conserva e se acrescenta sugando trabalho vivo, trabalho que se valoriza”. (BELLUZZO, 1975, p.56). O desenvolvimento das forças produtivas tende a diminuir a necessidade de trabalho “vivo” e a baratear trabalho “morto”, tornando necessário expansão contínua de mercados, controles monopolísticos para evitar a conversão de valores de troca em valores de uso. Isto é o que Tavares chama de “contradição em processo”, pois “o capital tende a sobrepassar as possibilidades sociais de sua realização e reprodução em escala ampliada (...) devido ao

crescimento das escalas de produção, da expansão de sua capacidade técnica e de sua concentração” (ROBILLOTTI, 2016, p.169)

Entretanto, Tavares não enxerga uma tendência a queda da taxa de lucro como lei inexorável. A concorrência intercapitalista estimula inovações constantes do progresso técnico, a produção, a acumulação máxima, é que guia o processo produtivo. “a acumulação de capital para por si mesma (...) O capital é o limite de si mesmo”. (TAVARES, 1978, p.30-31).²⁷ “os preços relativos (...) movem-se pela lei de ‘valorização’ do capital em seu movimento geral de concorrência no ‘mercado internacional’.” (TAVARES, 1978, p.64). Entretanto, o avanço relativo da composição orgânica de capital é antagônico ao trabalhador ao prescindir crescentemente de trabalho vivo. Esta contradição em processo, permite que o capital se afaste continuamente de sua determinação conceitual (valor-trabalho). “Isso não significa, entretanto, o abandono da ‘lei do valor’, mas sim a sua própria realização enquanto ‘lei de valorização’.”(Silva, 2008, p.25).

A metamorfose do capital na forma dinheiro e a sua tendência à forma “mais geral e aparente” tentam livrar-se do trabalho, “apenas para encontrar prisioneiro de si mesmo”. Assim, “os dois extremos D-D’, tendem a aproximar-se inexoravelmente no fim de cada ciclo de expansão do capital produtivo e se destroem em grande crise financeira. E se destroem só para começar de novo, cada vez mais fetichizados.” (TAVARES, 1978, p.65). Esta passagem, deixam duas questões bastantes claras: a preocupação de Tavares com a valorização financeiro (do dinheiro pelo dinheiro) sobrepondo-se ao lado real da economia e a tendência à crises periódica no capitalismo, ou seja, sua instabilidade inerente. ²⁸

O desenvolvimento das relações de crédito e a invenção periódica de novas "instituições" financeiras, que permitem a "capitalização", isto é, a valorização contábil do dinheiro pelo dinheiro, só encontra paralelo com o próprio desenvolvimento inexorável da técnica na direção de tornar "inútil" o trabalho produtivo. A parte 'ativa' do dinheiro, que entra na circulação de mercadorias requeridas pelo processo produtivo, vai diminuindo, e o capital financeiro fictício se toma, cada vez mais "ativamente", **passivo**. A parcela do trabalho vivo requerida pelo desenvolvimento tecnológico vai diminuindo em face das

²⁷ “É bastante evidente a ponte entre Kalecki e Marx estabelecida por Tavares: o consumo fundamental no capitalismo é o de máquinas e equipamentos, de modo que a manifestação das crises de superacumulação de mercados é, essencialmente, uma crise de superacumulação de capitais” (Robillotti, 2016, p.172)

²⁸ Tavares (1978, p.57) destaca a função ativa do dinheiro na compreensão da acumulação de capital. Sobre isto, afirma Robillotti (2016, p.168) “a preferência pela liquidez se dará em decorrência dos cálculos e das preferências dos próprios capitalistas (...) neste sentido, a autora procura estabelecer um paralelo entre Marx e Keynes”

escalas gigantescas de produção e o capital pode tomar-se **produtivo**, sugando cada vez menos trabalho direto. (TAVARES,1978, p.66, negrito no original)

Assim, cria-se uma valorização do dinheiro dentro apenas da terceira orbita, da circulação do dinheiro, que tende a superar a valorização na esfera produtiva. Dessa maneira, Tavares mostra que o capital “caminhou historicamente sobre duas pernas, duas mercadorias “especiais” - o trabalho assalariado e o dinheiro (...)” (TAVARES, 1978, p.65). O movimento de negação do trabalho e afirmação do capital-dinheiro, porém, não é permanente.

Ambos param juntos nas crises. O progresso técnico freado em seu avanço e o capital financeiro levando à precariedade e à ruptura as instituições financeiras. Ambos vão repor-se adiante na corrida do próximo ciclo. Mas as instituições financeiras têm de ser arrumadas e “reinventadas” antes, para só depois se iniciar o fluxo de inovação tecnológica, acompanhando como uma “sombra magnificada” a reprodução ampliada de capital. (TAVARES, 1978, p. 66)

A acumulação de capital encontra, dessa maneira, limites em si mesma, isto é, no próprio processo de valorização do capital. Assim, o capitalismo é um sistema endogenamente instável e impossível de ser autorregulado. Isto fica claro na metáfora sobre o movimento do sol. O capital

(...) no seu movimento de auto-expansão e valorização permanente termina por encontrar-se prisioneiro de si mesmo: o dinheiro tentando valorizar o dinheiro. Assim, a lei do valor não é apenas a lei que permite determinar a “taxa média de lucro” que manteria a produção técnica e social girando em torno do Sol – O Capital – como num Sistema Copernicano aproximando-se e afastando-se dele, no seu movimento autorregulado. É uma lei mais profunda e dialética, como as “leis modernas” da física e da energia, da expansão do universo, que transformam o próprio “Sol” por dentro, que fazem explodir os sóis, que fazem do “universo” um sistema em expansão cheio de “buracos”. (TAVARES, 1978, p. 68)

3.3. Padrão de acumulação: uma integração micro/macrodinâmica

Para analisar a fase atual do capitalismo, isto é, buscar sua especificidade histórica enquanto “realidade viva e contraditória”²⁹, Tavares, em *Distribuição de renda acumulação e padrões de industrialização, de 1973*, retoma a relação entre estrutura produtiva e distribuição de renda, tal qual na concepção de estilos de desenvolvimento, mas dando ênfase ao papel da acumulação de capital fundamentada nas relações intersetoriais. Assim como no enfoque de

²⁹ Tavares (1973 p.39)

estilos, o sentido de causalidade é da estrutura de produção para a distribuição de renda, embora, evidentemente, haja uma interdependência, um processo de ajustamento de uma em relação à outra.

Com o enfoque de Padrões de acumulação, Tavares realiza uma integração das visões micro e macroeconomias, em suas palavras: *é necessário identificar as relações básicas entre estrutura da produção e repartição da renda que são inerentes ao próprio processo de acumulação e o modo pelo qual as condições de reprodução do sistema repõem ou modificam essa articulação básica da estrutura produtiva.* (TAVARES, 1973, p.36 – itálico no original)

Para Tavares, o Princípio da Demanda Efetiva (PDE) e funciona como “lei geral da dinâmica do sistema capitalista”. Tavares e Belluzo (1981 p. 110) exprimem a interpretação da autora sobre o Princípio da Demanda Efetiva, sublinhando três proposições centrais: a renda é criada pelo gasto capitalista na produção de bens de investimento e bens de consumo; os gastos de consumo dependem do montante da renda e o investimento é a variável determinante do ajustamento da renda.

Keynes parte daí para construir o princípio da demanda efetiva como uma *lei geral da dinâmica do sistema capitalista* e que afirma seu caráter intrinsecamente instável. E essa instabilidade ‘sistêmica’ decorre das ‘repentinas e amplas flutuações do investimento’. As razões das amplas e repentinas flutuações do investimento, por sua vez, nascem da própria natureza anárquica das decisões *como um todo* a avaliações problemáticas – para a estabilidade do sistema - quanto ao valor presente de seu capital e quanto à forma desejada de posse da riqueza. A relação entre taxa de juros e o rendimento provável dos bens de capital recém-produzidos pode ser tal que indique ao conjunto da classe capitalista que tanto a taxa máxima, remuneração do capital produtivo, quanto a forma mais segura (...) sejam, na verdade, incompatíveis com o ritmo vigente do investimento e, portanto, com nível atual da renda e do emprego. (TAVARES E BELLUZZO, 1981, p.111, itálico no original)

Dos esquemas de reprodução marxistas (a autora utiliza o modelo trissetorial de Kalecki), Tavares extrai as características básicas de articulação endógena entre distribuição de renda e acumulação em distintos padrões históricos de acumulação” (TAVARES, 1973, p.37). O esquema elaborado por Tavares, diferentemente de Marx, se faz em preços de mercado, permitindo-a “visualizar a redistribuição intersetorial de lucros (transferência de mais-valia) tanto pela via de modificação nos preços relativos entre Departamentos como pela via das transferências de capital” (TAVARES 1973, pp.37-48).³⁰

³⁰ A partir das críticas de Joan Robinson à Rosa Luxemburgo, Tavares pondera que “a transferência de valor só pode ser entendida na esfera da circulação de mercadorias entre Departamentos, isto é, via preços, ou então no

Assim, faz-se necessário, por outro lado, compreender o “movimento de acumulação à escala mundial em condições de competição oligopólica e com forte intervenção dos Estados Nacionais” (TAVARES, 1973, p.40). Isto é, introduzir na análise da acumulação macroeconômica, a dinâmica microeconômica em sua configuração global e seus efeitos sobre a acumulação. Robillotti (2016 pp. 190-191), “ à luz de Tavares (1973), Tavares (1974) e Tavares (1978)”, sintetiza a visão da autora em três níveis de análise combinados: dinâmica industrial, isto é, o ritmo de expansão da capacidade produtiva e a estrutura setorial de crescimento da produção; estrutura industrial, os encadeamentos para trás e para frente dos setores líderes; e a organização industrial, a forma de concorrência intercapitalista de cada setor.

Grosso modo, acreditamos que um padrão de acumulação se refere a uma determinada fase de desenvolvimento capitalista. Mas também se refere a um modelo teórico construído pela autora para tratar integradamente os problemas de acumulação de capital e distribuição de renda, em uma análise original e desafiadora, pois Conceição Tavares consegue trabalhar simultaneamente no plano teórico (integrando a economia política, a microeconomia e a macroeconomia) e no plano histórico. Melhor dizendo, a autora resgata as ideias centrais dos grandes economistas (identificando virtudes), mas aponta fundamentalmente os limites das suas análises à luz dos desdobramentos da história, dando sua própria contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista. (ROBILLOTTI, 2016, p.191)

Nesse sentido, para Tavares, como mostra D´avila (2006 p.95)

o processo de oligopolização representa uma tendência de longo prazo em que várias formas estruturais de organização monopólica constituem-se, de tal forma que podemos ter como dominante o oligopólio puro ou concentrado (Steindl, Bain: barreiras à entrada e economias de escala), a competição intercapitalista (Schumpeter: inovações tecnológicas), a articulação oligopólica com hegemonia do capital financeiro (Hilferding), ou o oligopólio diferenciado (Labini: diferenciação de produtos e conquista de novos mercados). (D´Avila 2006 p.95)

Em síntese, a partir de (Robillotti, 2016, pp.199-200; D´avila, 2006, pp.93-94; Tavares 1974, pp. 72-78)

- I- Oligopólio competitivo: Composto por indústrias de bens de consumo não duráveis, com tamanho de empresas bastante heterogênea, padrão de concorrência admite introdução de progresso técnico e alguma flexibilidade de margem, competição via

Ambito da circulação do capital, via transferências de capitais (direitos de propriedade)” (TAVARES, 1973, p.37 – nota 2)

preços e diferenciação, com baixa barreira à entrada. Não é considerado um setor de liderança da expansão.

- II- Oligopólio concentrado: Representa a parcela dos setores de insumos básicos que têm produtos homogêneos. As barreiras à entrada são altas, com exigência de economias de escala e o progresso técnico intensivo em capital. Tem papel relevante o controle de recursos naturais e tecnologia e o acesso diferenciado à financiamento.
- III- Oligopólio diferenciado-concentrado: São basicamente de bens de consumo, sua expansão, em âmbito nacional, é condicionada pelos limites do consumo de massas do país, pela taxa de lucro interna e capacidade ociosa planejada. Em nível global, pela demanda global. Tem como empresas dominantes, filiais de empresas transnacionais, de modo que servem para acelerar a taxa de acumulação e a expansão do mercado mundial. Forte concorrência via diferenciação de produto, com empresas estrangeiras tendo maior controle horizontal e vertical do mercado. No limite, tem concorrência via preços, de o que implica possível queda da margem de lucro global. Assim, como “solução” surgem as conglomerações.
- IV- Conglomeração financeira: São empresas altamente inovadoras, com estruturação interna articulando acumulação via produção e via finanças.

3.4. Breves considerações sobre o Capitalismo Tardio e a reinterpretação da industrialização no Brasil

Como já explicitado, a partir de Tavares (1972) e Tavares (1973), a autora inicia um processo de ruptura com esquemas clássicos da CEPAL, aprofundado em Tavares (1974) e Tavares (1978). O processo de reinterpretação do desenvolvimento capitalista no Brasil esteve alinhado a um esforço coletivo de vários autores da chamada “Escola de Campinas, dentre os quais destacam-se: Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Cardoso de Mello, Wilson Cano, Carlos Lessa, entre outros. A “nova” abordagem passa a dar ênfase aos determinantes endógenos da economia e sua articulação com o capitalismo internacional. Isto é, “os processos internos têm autonomia relativa, mas sua autonomia é limitada pelo tipo de inserção internacional da economia brasileira, que não evolui apenas com base em determinações autônomas nacionais”. (ROBILLOTTI, 2016, p. 236).

Em Cardoso de Mello (1975) fica evidente a criticidade desta abordagem em relação às da CEPAL.

a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma ‘situação periférica’. (...) Na medida em que a Economia Política da CEPAL vê a industrialização como industrialização nacional, prescinde-se de qualquer esquema endógeno de acumulação, que poderia revelar outra oposição (basicamente a oposição salário/lucro). (MELLO, 1975, pp. 21-23)

Os autores são também críticos as teses da teoria da dependência, tal qual posta por Cardoso e Faletto (1970) e Frank (1970). Como mostra Mello (1975, p.24) a “primeira vertente da Dependência (...) consiste, de modo cristalino, numa mera reprodução radicalizada da problemática cepalina e, por isto, não apresenta maior interesse teórico”. Sobre o trabalho de Cardoso e Faletto, Mello pondera que estes autores chamaram a atenção para o fato de que a dinâmica social latino-americana, a partir do momento em que se estabelece um Estado Nacional, é determinada por fatores internos em primeiro lugar.

As implicações fundamentais deste estilo de análise proposto são bastante claras: 1) o desenvolvimento latino-americano não é um desenvolvimento qualquer, mas um desenvolvimento capitalista; 2) o desenvolvimento capitalista na América Latina é específico, porque realizado numa “situação periférica nacional (MELLO, 1975, p.26)

Mello (1975), porém, chama atenção para as limitações do trabalho destes autores.

Não se podendo arrancar de uma nova periodização correta, nem de esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade, a perspectiva integradora perdeu-se, em boa parte, dando a impressão de que passou, apenas, à introdução das classes sociais no corpo teórico cepalino. (MELLO, 1975, p. 27)

A revisão Teórica realizada pela Escola de Campinas representa, portanto, uma revisão crítica tanto da CEPAL quanto das teorias da dependência, buscando compreender os determinantes internos do capitalismo brasileiro ao longo do tempo. Assim,

os autores desta abordagem – com destaque para Conceição Tavares – não limitam suas análises a um mero esquema interpretativo de subordinação ao capitalismo internacional, mas antes procuram definir os traços distintivos da formação e desenvolvimento de um capitalismo tardio, o que exige uma nova periodização da industrialização. (ROBILLOTI, 2016, p. 238)

Em síntese, a periodização proposta é a seguinte: até 1808, “economia colonial”; de 1808 a 1888, “economia mercantil-escravista nacional”; de 1888 a 1933, “economia exportadora capitalista retardatária”, de 1933 a 1955, “industrialização restringida”, e de 1955 em diante, “industrialização pesada”.

Para Tavares, a industrialização esteve intimamente ligada ao processo de acumulação e diversificação do capital cafeeiro, em que a urbanização, dinamizadora da demanda por alimentos e bens manufaturados, foi anterior ao processo de industrialização. “O processo de acumulação de capital do complexo cafeeiro e sua diferenciação urbano-rural explicariam não somente o surgimento da indústria como também sua articulação com o movimento cíclico da própria economia cafeeira.” (TAVARES, 1974, p.123).

O ponto de partida é a caracterização da produção cafeeira e de seu processo de acumulação de capital, predominantemente mercantil (isto é, mais restrito à órbita de circulação)³¹. As possibilidades de aumento da acumulação se encontram na expansão do mercado interno, através da diversificação via demanda de alimentos e bens manufaturados de consumo. A própria urbanização, fruto da expansão do complexo cafeeira, tornava atrativa oportunidades de investimento industrial, ainda que sua rentabilidade pudesse ser inferior a do café. A diversificação do capital mercantil ocorria sempre que os lucros do café não “encontravam aplicação no núcleo básico” (TAVARES, 1974, p.124).

Apoiada neste mercado prévio, a industrialização não passa pelo processo clássico, de acumulação “originária” e transformação da manufatura em grande e indústria. Ao contrário, a industrialização é subordinada ao capital mercantil³². Com isso, a generalização do desenvolvimento industrial está travada, de tal maneira, que apenas prosperam as indústrias de bens de consumo assalariado e posteriormente as indústrias leves de bens de produção. “(...) exclui-se de partida, na divisão internacional do trabalho, o núcleo fundamental da indústria pesada de bens de produção”. (TAVARES, 1974, p.125)

A indústria de bens de consumo assalariado serve de suporte à reprodução do capital cafeeiro: de um lado garante o custo de reprodução da mão de obra do complexo cafeeiro, mesmo na etapa de declínio do ciclo do café e, de outro, mantém a taxa de acumulação global quando esta começa a declinar em função da desaceleração do ciclo de expansão do café. Dessa forma, “se estabelece uma interdependência entre café e indústria, dentro de um padrão de

³¹ Sobre a presença do Capital Mercantil no espaço urbano e rural, para Cano (2010, p.1) “ Quanto mais atrasado ou subdesenvolvido for um determinado espaço (rural ou urbano), tanto maior e nefasta será a presença do Capital Mercantil, que dominará a maior parte ou até mesmo a totalidade desse espaço econômico”.

³² Tavares (1974, p.125) procura se afastar da teoria da dependência, argumentando que “ essa submissão não é, porém, apenas (...) uma submissão ao capitalismo internacional, mas decorre da própria dinâmica interna de acumulação no café.”

reprodução do capital que corresponde a uma dinâmica intersetorial em que, (...) uma parte da reprodução ampliada do capital mercantil passa pelo setor industrial”. (TAVARES, 1974, p.126).

O setor industrial é duplamente dependente do capital cafeeiro:

primeiro lugar, para se expandir fisicamente, para repor e ampliar a sua capacidade produtiva, depende da capacidade para importar gerada no setor exportador, que substitui desta forma, pelo lado da demanda para trás, um verdadeiro departamento de bens de produção. Em segundo lugar, o setor industrial é incapaz de gerar endogenamente o seu próprio mercado, dependendo para sua expansão inicial de mercados prévios e “externos”, criados direta ou indiretamente pelo complexo exportador, mesmo que seja pela via do gasto público ou da expansão da urbanização. (TAVARES, 1974, p. 127)

A dependência do setor exportador é, portanto, decisiva para se entender porque não se realiza a transição ao capitalismo industrial, pois “não se geram, em simultâneo, forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir endogenamente, o conjunto do sistema” (TAVARES, 1974, p.127)

Tavares produz algumas reflexões sobre a ideia de substituição de importações, realizando um diálogo crítico com as teses clássicas da CEPAL, inclusive sua própria teorização, de 1963. Para isso, parte do conceito de industrialização, que se entendido como implementação de setor de produção industrial “surge muito antes de 1930, e não como resposta a uma crise do setor externo, mas sim num auge do capital cafeeiro.” (TAVARES, 1974, p.128). Entretanto, a industrialização entendida como a dominância do capital industrial no processo global de acumulação, somente é posta em prática na década de 50, através da atuação do Estado e das empresas transnacionais no Plano de Metas.

O padrão de acumulação, porém, não permanece inalterado entre 1889 a 1955. A partir de 1933 uma ruptura começa a se configurar, com a desvinculação da acumulação de capital e da arrecadação fiscal do governo da acumulação cafeeira e a submissão do desenvolvimento ao eixo urbano-industrial. Este período, entre os anos 30 e o começo da década 50, é o único que Tavares passa a designar por “substituição de importações”, “dado que, a partir de uma capacidade para importar que diminui em termos absolutos, conseguiu-se promover um intenso crescimento da produção industrial” (TAVARES, 1974, pp.128-129). Isto é, o único período que se consegue compreender através da “dinâmica contraditória dos estrangulamentos sucessivos do setor externo” (TAVARES, 1974, p.129)

Entretanto, Tavares chama atenção para a necessidade de se investigar a dinâmica industrial cíclica, que incorporam empresas nacionais, internacionais e públicas em seu movimento endógeno da acumulação de capital.³³

Com efeito, todas as teorias dinâmicas requerem algum esquema “endógeno” de movimento, como suporte analítico, a partir do qual o seu modo de funcionamento possa ser “aberto” ou expandido à totalidade do sistema, dependendo de a abordagem dos problemas ser feita do ponto de vista da periferia ou do centro. (TAVARES, 1974, pp. 128-9)

Assim, é a partir da articulação entre os determinantes internos e o setor externo que se pode compreender o caráter dependente da economia brasileira. “Trata-se (...) de analisar o potencial interno de acumulação e de diversificação da estrutura produtiva, e, a partir daí, ver como esta se articula com as relações internacionais”.(TAVARES, 1974, p.131).

Diferentemente da CEPAL, Tavares coloca como ano chave para a industrialização o de 1933, a partir do qual o movimento endógeno de acumulação passou a ser determinado pelo capital industrial. “Entretanto, os esquemas de sustentação deste crescimento industrial (o segmento urbano da renda) são insuficientes para implantar a grande indústria de base – que representaria a libertação da indústria de seus limitantes técnicos e financeiros” (Robillotti, 2016, p.242). Nesse sentido, o mercado internacional não determina exogenamente a dinâmica de acumulação, mas se articula com ela “acentuando as mudanças internas em curso na estrutura produtiva e no padrão histórico de acumulação” (TAVARES, 1974, p.132)

Este período, que se estende até 1955, Tavares chama de industrialização restringida, justamente pelo fato de que “(...) a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a autodeterminação do processo de desenvolvimento” (TAVARES, 1974, p. 131).

O ciclo de industrialização neste período se deu com o “desenvolvimento mais que proporcional do setor de bens de produção em relação ao todo”, porém a autora pondera como este ainda não era o setor dominante, em função de sua insuficiente capacidade para atender “às necessidades correntes de funcionamento da economia a uma taxa de acumulação mais alta” (TAVARES, 1974, p.132)

³³ Nesse sentido, “(...) as características parcial e fechada da industrialização no período não derivam da dinâmica “interna-externa” como quer Prebisch (1952 e 1963) e Tavares (1963)”. (ROBILLOTI, 2016, p. 241).

A dinâmica do crescimento continua, pois, a depender, basicamente, do crescimento do setor de bens de consumo assalariado previamente instalado, e se estende daí para o setor de bens de produção, ambos devidamente protegidos da competição externa pelo estancamento da capacidade para importar que se manteve até o fim da Segunda Guerra Mundial (TAVARES, 1974, pp.132-133)

Nesse sentido que a autora admite a utilização do termo substituição de importações, embora se afaste da ideia da industrialização como reflexo de movimentos exógenos. Para Tavares, mesmo no período de industrialização restringida, é preciso compreender o movimento endógeno de acumulação, perfeitamente descrito nesta passagem:

O importante, porém, não é o caráter substitutivo da produção industrial, que permite atender inicialmente a uma demanda cativa e a partir daí expandir-se. O ponto central é que este incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação. Assim, são as relações internas entre os dois setores industriais básicos, o de bens de consumo e o de bens de produção, que determinam tanto o crescimento de um proletariado urbano industrial, como, em simultâneo, a expansão das margens brutas de lucro e de sua acumulação dentro das empresas industriais. Essas margens de lucro, bem como sua taxa relativa sobre o capital industrial global, dependem, por um lado, do caráter pouco competitivo da estrutura industrial, instalada ao amparo de uma elevada proteção externa, e, por outro, dos custos reais e monetários da mão-de-obra direta. (TAVARES, 1974, p. 133)

Entretanto, na visão da autora há uma prematura concentração de capital e industrial. “Do ponto de vista monetário, as margens de lucro são elásticas para cima, como se se tratasse de um oligopólio avançado, em condições em que nem a estrutura técnica do capital, nem a correspondente produtividade da mão-de-obra são ‘avançadas’.” (TAVARES, 1974, p. 133)

O excedente de mão de obra do campo impede que a elevação do salário nominal acompanhe os ganhos de produtividade, em favor de margens crescentes de lucro. O salário real, por sua vez, “se modifica de acordo com os custos relativos de reprodução da mão de obra e do capital industrial”. Nesse sentido, tanto o custo real de mão de obra, quanto os custos de insumos da produção industrial são amplamente influenciados pelos preços agrícolas. Percebe-se como Tavares, ao focar os mecanismos de formação de preços, retira importância da questão da rigidez da oferta agrícola, em mais um movimento de afastamento das interpretações cepalinas. (ROBILLOTI, 2016, p.245)

As condições descritas até agora não indicam, pois, a rigidez da oferta agrícola como causa básica da subida de preços, senão que (estas) propiciam condições de surgimento ou afiançamento de oligopsônios mercantis que funcionam como poderosos intermediários entre o mercado rural e o urbano e permitem a manutenção de preços altos dos produtos agrícolas. Isso porém não prejudica a taxa de acumulação urbana, apenas acentua a queda no poder de compra dos salários. O aumento das margens de comercialização apenas faz subir as margens brutas de lucro no setor urbano em seu conjunto, isto é, modifica os preços relativos em favor da acumulação de capital. Do ponto de vista da reprodução do capital industrial, o componente importado também pressiona os custos para cima, mas a indústria se defende, graças à proteção externa que lhe garante a elasticidade para cima das margens brutas de lucro. (TAVARES, 1974, p. 135)

Em 1943, com a introdução da Legislação trabalhista por Getúlio Vargas, houve a fixação do salário mínimo urbano. Isto teve efeito positivo sobre a expansão industrial por duas vias: garantia a realização da demanda dos setores produtores de bens de consumo-salário, evitando quedas acentuadas do poder de compra; funcionava como barreira às possíveis pressões da classe trabalhadora organizada por aumento de salário. Dessa maneira, “os elementos de custo e de demanda se complementam, em vez de excluírem-se, sempre que se leve em conta a dinâmica contraditória da oposição salários-lucros, num processo de expansão com características inflacionárias. (TAVARES, 1974, p.137)

Ao analisar as características internas do processo de industrialização restringida, Tavares destaca seu caráter aparentemente autônomo ao capital estrangeiro, mas admite que, na realidade, o que ocorria naquele período era apenas fruto da “impossibilidade de articular o processo de acumulação interna com a entrada de capital estrangeiro privado novo” (TAVARES, 1974, p.137). E assinala que, no âmbito interno, tanto as empresas nacionais quanto as estrangeiras já possuíam alta capacidade de obter elevadas margens de lucro e de reinvestir no setor industrial, o que torna possível descartar a hipótese de insuficiência de capital privado.

Do ponto de vista do setor externo, o bloqueio à implementação do setor de bens de capital se dava em função de dois fatores. Em primeiro lugar, a orientação da expansão do capitalismo mundial ‘intercentros’ no imediato pós-guerra, que não estava particularmente interessado nem requeria uma nova onda de expansão para a periferia.” Tavares, destaca que para as estruturas oligopólicas e a concorrência intercapitalista internacional, “a periferia não era ainda um mercado, senão marginal, para a aplicação de novos capitais industriais.” (TAVARES, 1974, p. 143). Em segundo lugar, a dinâmica interna de expansão não requeria

a entrada de capital estrangeiro, pois as filiais estrangeiras possuíam retenção interna suficiente para manter o reinvestimento, além de seu acesso diferenciado ao endividamento interempresas e no setor financeiro, o que

era suficiente para manter a sua liderança naqueles setores em que se constituíam na cabeça visível de um oligopólio competitivo. Isso dava margem para a expansão absoluta do capital nacional industrial e para sua diferenciação em setores de bens de produção nos quais já estava instalado, com escalas reduzidas de produção, há muito tempo. (TAVARES, 1974, p. 143)

De acordo com Tavares, a restrição à industrialização se dava pela ausência de participação do Estado. A autora defende que a maior parte dos países de “industrialização retardatária” apenas conseguiu implementar indústria de bens de capital através do apoio estatal. Com isso, a autora reconhece a incapacidade do Estado Novo de liderar a implementação da indústria pesada, dado que estava articulado em um esquema de acumulação insuficiente, sem escala nacional.

A partir de meados da década de 50, o Estado brasileiro começa a reunir condições para liderar a implementação do setor de bens de capital, no chamado período de “industrialização pesada”. Como sintetiza Robilloti (2016, p.248)

as novas condições endógenas do movimento da acumulação, bem como a dinâmica global do sistema darão origem a um novo padrão de acumulação, marcado pela implantação da indústria pesada, o que tornou o desenvolvimento capitalista (do ponto de vista técnico) plenamente acabado no Brasil. Robilloti (2016, p.248)

3.5 Aspectos gerais do ciclo endógeno nas economias semi-industrializadas latino-americanas

Em primeiro lugar, deve-se destacar o papel do investimento público. Nas palavras da autora: (...) trata-se sobretudo de esclarecer o chamado ‘caráter autônomo’ do investimento do governo e sua capacidade de estabilizar um ciclo de expansão comandado pelo crescimento acelerado das demandas setoriais das grandes empresas oligopólicas, sobretudo as estrangeiras. (TAVARES, 1974, pp. 99-100)

Para Tavares, a manutenção (ou aceleração) das taxas de crescimento exige participação crescente dos investimentos públicos. Entretanto, o gasto do Estado é também subordinado à dinâmica cíclica, de tal maneira que apresenta um caráter desestabilizador.

numa etapa de expansão econômica acelerada, o investimento público está obrigado a aumentar mais que proporcionalmente seus gastos em infraestrutura e na indústria pesada de insumos básicos, para romper estrangulamentos existentes, que se agravam com a expansão, e para evitar bloqueios futuros ao crescimento. (TAVARES, 1974, p.100)

Dessa maneira, torna-se difícil manter o “peso relativo dos investimentos públicos sem criar pressões inflacionárias fortes, como também os frequentes erros de previsão a longo prazo para uma série de setores estratégicos, que deveriam crescer na frente da demanda. (TAVARES, 1974, p.100). Ademais, é necessário que os investimentos se concentrem, igualmente de maneira crescente, em setores estratégicos (como energia, transporte e em capital social que funciona como “economia externa” para a indústria). Evidentemente, isto eleva o caráter desequilibrado do crescimento, pois reforça os setores com maior potencial de acumulação.

Além disso, engendra problemas para a estabilidade da taxa de crescimento global: a mobilização dos recursos reais e o financiamento tendem a gerar pressões inflacionárias, e o investimento público “acelera” o crescimento em cada nova fase de expansão, o que torna difícil a estabilização via política fiscal. Na realidade, o que ocorre, para Tavares, é que a política fiscal não assume papel anticíclico. Ao contrário, na fase declinante, em que os investimentos privados desaceleram, torna-se difícil manter um aumento do gasto público em função das pressões inflacionárias. D’Avila (2006, p.102) sintetiza esta questão:

As receitas fiscais são elásticas em relação à taxa de crescimento do produto, pois a carga fiscal apoia-se na expansão diferenciada da renda urbana. Mas, quando a demanda corrente tem seu crescimento reduzido, a carga fiscal não é compensada pois, em geral, os impostos são inelásticos às margens brutas de lucro e ao crescimento do patrimônio. (D’Avila 2006 p.102)

A concessão de incentivos, utilizados para forçar ou acelerar a expansão, também é pró-cíclica. “ Se forem retirados quando esta é freada, agregam um desestabilizador automático, desta vez pelo lado das rendas de capital. Se forem mantidos, diminuirão ainda mais a receita fiscal, sem provocar estímulos adicionais à demanda global.” (TAVARES, 1974, p. 102).

A capacidade de endividamento externo caminha em mesmo sentido, aumenta na etapa expansiva e cai na etapa declinante. Como consequência da desaceleração do ritmo de expansão das filiais e de seus capitais associados, diminui a entrada líquida de capitais e aumenta a pressão sobre o balanço de pagamento (agravado pelo peso financeiro das dívidas externas e

privadas acumuladas). O aprofundamento das pressões inflacionárias pelos mecanismos elencados, “defasam a capacidade de gasto, em termos reais, do setor público vis-à-vis a alta dos preços correntes e que perturbam a execução financeira do gasto público, mesmo quando este se encontra aparentemente equilibrado em termos fiscais”. (TAVARES, 1974, p.103)

Com as crescentes pressões inflacionárias, embora se aumente (a já elevada) participação relativa do investimento público, torna-se muito difícil o crescimento de níveis absolutos de gastos. De fato, o investimento público, na fase declinante, acaba por apenas “evitar uma estagnação prolongada e ajuda a manter uma taxa de crescimento mínima, mesmo em períodos de depressão” (TAVARES, 1974, p. 103). Além disso, o gasto público possui um efeito desacelerador e reversor dos ciclos - agravado pela implementação de medidas ortodoxas para conter a inflação.

Na etapa expansiva do ciclo, a demanda pública por bens de capital atua como superacelerador, “que se traduz em uma violenta pressão tanto sobre o balanço de pagamentos quanto sobre a demanda interna de bens de capital” (TAVARES, 1974, p.104) e tende a ocasionar aumentos na capacidade ociosa planejada das grandes empresas deste setor. Na fase de estabilização, ou em períodos que se diminui a participação absoluta da demanda pública, os efeitos sobre o setor de bens de capital, tanto para empresas públicas quanto privadas, é bastante significativo. Assim, “(...) se houver redução no níveis de encomendas, as margens de capacidade ociosa involuntária e as margens de lucro rígidas – dada a política de preços administrados” (TAVARES, 1974, p.104), ocorre uma propagação em cadeia dos efeitos desaceleradores, o que impacta negativamente as taxas de acumulação e de crescimento do emprego e da produção das estruturas oligopólicas concentradas.

Tavares ressalta que, em relação ao restante da América Latina, o Brasil possui maior vulnerabilidade ao efeito desacelerador do gasto público. Isto ocorre porque no caso brasileiro o setor de bens de capital possui comparativamente maior porte e uma estrutura de demanda muito atrelada ao investimento público. Como sintetiza D`Avila (2006, p.103), a “maior participação do setor público no setor de bens de produção, de acordo com Tavares, não resolve o problema, isto é, não impede o ciclo, mas tem como efeito uma taxa de crescimento mínima maior e também maior potencial de crescimento a longo prazo”.

Tanto uma maior diversificação produtiva, quanto um aumento da participação do governo no capital das empresas privadas não são suficientes para frear o efeito desacelerador. Na realidade:

(...) o problema do acelerador, em termos de dinâmica macroeconômica, reside em que a própria expansão mais que proporcional do setor de bens de capital em conjunto é quem determina as flutuações do ritmo de crescimento da demanda corrente. Como diria Kalecki, mesmo nas hipóteses de plena capacidade, o problema do investimento é de que ele cria seus próprios problemas de realização dinâmica ao criar capacidade produtiva adicional. (TAVARES, 1974, p. 106)

Com isso, mesmo o papel da demanda ajustada e programada do governo sobre o setor de bens de capital não impediria os problemas de crescimento desproporcional dos três setores: o de bens de consumo-salário, o de bens de consumo capitalista e o de bens de produção. Além disso, há limites para a expansão da taxa de investimento público, que se soma a um difícil controle das taxas de crescimento de investimento do setor privado, em que se inserem justamente os setores que movem o processo de acumulação.

A crítica específica que se pode fazer aos setores públicos latino-americanos não reside, pois, na sua falta de capacidade de controlar a taxa de crescimento global. A crítica cabível seria a que concerne à estrutura dos investimentos e do gasto público, que, ao se submeter à dinâmica induzida pelo crescimento das grandes empresas estrangeiras de ponta, perde “autonomia relativa” no que se refere à alocação de recursos. (TAVARES, 1974, p.107)

Sobre os problemas de abertura externa, em termos de balanço de pagamentos, o problema principal “é de que uma parte do excedente se filtra para o exterior, pela remessa de lucros e demais serviços de capital das próprias filiais estrangeiras” (TAVARES, 1974, p.109). Este movimento, que permanece como tendência de longo prazo, é menor em períodos de reinvestimento acelerado e se acentua em momentos de desaceleração do investimento estrangeiro. Do ponto de vista da dívida líquida, “a situação de longo prazo apresenta-se, pois, com uma tendência permanente contra os balanços de pagamentos dos países subdesenvolvidos, agravada por força dos pagamentos dos serviços acumulados da dívida global, voluntária ou compulsória.” (TAVARES, 1974, p. 110)

No curto prazo, a questão central para o Estado é da “administração da dívida” em que “prazos de amortização, taxas de juros renegociáveis em cada prazo de pagamento e condições das novas entradas são decisivas para manter uma estabilidade mínima num processo

cumulativo de dívida externa” (TAVARES, 1974, p.110-111). A fim de resolver os problemas de longo prazo, porém, os países latino americanos apresentaram duas estratégias: diversificação produtiva e expansão das exportações.

As exportações primárias tendem a acompanhar as flutuações internacionais, de tal maneira que na etapa do boom, o mercado interno tende a acompanhá-las. Isto tem impacto sobre o poder de compra dos salários, no custo de matérias primarias e desloca a alocação de recursos para setores dos produtos de maior rentabilidade do setor externo. Como consequência, ocorre a tendência a desestabilização da “relação de preços internos/ externos, com pressões inflacionárias fortes, além de provocar flutuações intensas no programa de cultivos e de expansão da agricultura” (TAVARES, 1974, p. 112)³⁴.

A exportação de manufaturas e a estratégia de diversificação, orientadas pela estrutura interna de investimentos estrangeiros, não podem se sobrepor às condições globais de operação da matriz no mercado mundial e tendem a entregar às empresas estrangeiras e suas filias o controle da produção interna interdependente (tanto a integração horizontal quanto vertical). Isto, representa um grande limitante à diversificação e integração para os países América Latina.

Para Tavares, a capacidade do capital estrangeiro gerar mais excedentes do que é capaz de exportar no período corrente da produção está presente desde o modelo primário exportador. A questão que se apresenta, para a autora, é o significado da crescente internacionalização do capital nacional. De um lado, Tavares argumenta como a estratégia de desinvestimento para exportar lucros acumulados no mesmo período de produto parece inconsistente no longo prazo, dado o caráter permanente das filiais. De outro, a expansão do poder de compras das exportações num ritmo acima da acumulação interna parece pouco compatível com as tendências e perspectivas de curto e médio prazo do mercado mundial, sobretudo se levarmos em conta que “(..) existem dezenas de países com estratégias de exportação semelhantes.” (TAVARES, 1974, p.119)

Em relação à inflação, para Tavares, “a inflação surge como um mecanismo contraditório de expansão que, ao mesmo tempo, amplia a etapa expansiva do ciclo e precipita,

³⁴ Tavares observa que se assemelha a uma caricatura da destruição criadora de Schumpeter, porque os movimentos especulativos e a destruição de recursos superam, de longe, a disciplina da “máquina de crescimento” de uma estrutura oligopólica industrial, ainda que de propriedade estrangeira. (TAVARES, 1974, p.113)

por sua própria dinâmica, uma etapa depressiva “saneadora.” (TAVARES, 1974, p. 184). Na etapa de expansão, a inflação aumenta as margens de lucros monetário em estruturas oligopólicas e diminui a taxa real de juros de empréstimos, o que faz com que “o princípio do risco crescente deixa de funcionar como regulador das decisões de investir (TAVARES, 1974, p.81). Em decorrência, formam-se taxas de lucro ilusórias que sustentam taxas potenciais de acumulação interna e endividamento além da capacidade de absorção da demanda efetiva real.

Isso dá lugar a uma tendência ao superinvestimento nos setores de mais alta taxa de rentabilidade aparente, que vai produzindo margens crescentes de capacidade ociosa e termina por deprimir a taxa de lucro esperada diante de uma dada taxa de inflação. Tanto por esse fato como porque as empresas oligopólicas têm possibilidades reais de *mark-up* sobre seus custos diretos de produção, tendem a acelerar a taxa de inflação. (TAVARES, 1974, pp.184-85. *itálico no original*)

A acumulação inflacionária tende a aumentar as taxas de inflação e de endividamento necessárias para manter o ritmo de expansão. Além disso, a capacidade redistributiva, em termos de setores, empresas e estratos sociais vai se deteriorando de modo que aos “problemas de setores com excesso de capacidade produtiva e de renda se contrapõem problemas adicionais de financiamento e de renda corrente dos setores mais débeis.” (TAVARES, 1974, p. 185). Como resposta às perdas reais, os setores produtores de insumos básicos, os assalariados e o gasto público tendem a reagir (com, no máximo, algum sucesso parcial), ampliando “os mecanismos clássicos de propagação inflacionária, da espiral preços-salários e dos déficits públicos crescentes.” (TAVARES, 1974, p.185)

Tende, pois, a produzir uma “insuficiência de demanda efetiva” em termos dinâmicos, com suas manifestações simultâneas de aumento na capacidade ociosa indesejada e no endividamento crescente dos setores mais débeis, bem como uma elevação dos custos e uma queda na taxa de lucro aparente. Isso acaba por atingir os próprios setores oligopólicos, não necessariamente nas suas margens de lucro corrente, mas sim em suas expectativas e decisões de investimento. (TAVARES, 1974, p.185-86)

Em relação ao balanço de pagamentos, os problemas são agravados no período de aceleração inflacionária. A desvalorização cambial, que funciona como mecanismo de propagação interna de alta de preços importados, não é suficiente para compensar o aumento da inflação, o que tende a manter ou agravar a sobrevalorização. Com isso, cai o coeficiente marginal exportado por unidade de produto não tradicional e aumenta o coeficiente importado

de insumos e de bens de capital, para uma mesma taxa de crescimento. (TAVARES, 1974, p.186).

Nesse sentido, são gerados problemas de financiamento externo que se juntam aos já destacados problemas de financiamento interno. Para Tavares, porém, a centralidade do problema não é o problema de balanço de pagamentos, estes “são apenas um elo na cadeia da superacumulação inflacionária e, uma vez freados por uma crise de estabilização, tendem não só a diminuir, como eventualmente desaparecer do ponto de vista real”. (TAVARES, 1974, p.186-87)

Na etapa depressiva, diferentemente do que ocorre em “economias abertas competitivas”, “a inflação não tende a desaparecer e tampouco se verifica uma reversão prolongada do ciclo.” (TAVARES, 1974, p.188)

(..) o coeficiente de abertura da economia se modifica menos em termos do montante final do déficit de balanço de pagamentos do que de sua estrutura em ambas as contas. Os déficits na balança comercial e de pagamentos correntes tendem a diminuir, pelo aumento dos excedentes exportáveis, a um dado nível de renda, e pela diminuição do coeficiente de importações de equipamentos e matérias-primas. Aumenta, em compensação, o déficit na conta de capital, por uma saída mais que proporcional de capitais privados e de pagamentos acumulados de dívidas anteriores. (TAVARES, 1974, p. 188)

A importante posição do gasto público e a possibilidade de a impossibilidade de desinvestimento das grandes empresas oligopólicas freiam a destruição maciça de capitais, atuando como um “componente autônomo”. Uma vez estabilizada a inflação, “começam a ser reabsorvidas e o processo de recuperação segue uma trajetória mais ou menos normal.” (TAVARES, 1974, p. 189)

Uma vez alcançada uma estabilidade razoável na taxa de inflação e nos seus mecanismos de propagação, criam-se condições para permitir uma redistribuição paulatina em favor do setor público e dos setores privados de mais altas rendas, sem despertar reações tão fortes nos setores prejudicados pelas políticas de estabilização. A demanda urbana de um conjunto de bens e serviços de alta elasticidade de renda torna-se novamente dinâmica, dando lugar a um aumento da taxa de lucro e de acumulação, em termos diferenciados, que favorece os setores oligopólicos. O processo de diferenciação de lucros e de transferências intersetoriais de excedente, a partir de modificações nos preços relativos, já foi descrito razoavelmente. O setor público também aumenta sua participação no gasto na medida em que sua estrutura fiscal de rendas se apoia numa carga fiscal elástica ao crescimento da demanda privada em expansão (TAVARES, 1974, p.190)

Para que o ciclo não volte a ser desestabilizante, algumas condições são necessárias: controle social dos preços, para que não haja reação dos setores e classes prejudicados com as

políticas estabilização; a taxa de desconto ou de cálculo antecipado dos empréstimos para a dívida acumulada e a rentabilidade esperada não pode ser alterada bruscamente, de modo que a relação entre taxa de acumulação de curto prazo e a taxa de inflação se mantenha estável.

A distribuição da renda concentrada, assim como apresentada em Tavares e Serra (1972), continua a ter caráter funcional para o crescimento. Tavares rejeita o problema das “escolhas de técnicas”³⁵. Argumenta que o “problema está na escolha dos produtos e, por derivação, na modificação da estrutura da produção que afeta e diferencia a demanda” (TAVARES, 1974, p. 84). Para a autora, a estrutura produtiva determina se monta de acordo com uma intereação dinâmica com a estrutura de demanda, e impõe a escolha de técnicas. A análise possui, como se vê, afinidade com a abordagem de estilos. Segundo Tavares (1974, p. 84): “A interação de ambas as estruturas modifica os preços relativos numa direção que não corresponde a qualquer noção de ‘preço de escassez relativa’ ou ‘custo de oportunidade dos fatores’, bem como a qualquer ideia de ‘bem-estar social’.”

Tavares pondera que o dilema das técnicas só tem sentido, em política econômica, caso o Estado possa planejar e produzir o que deseja, isto é, consiga “influir na estrutura tecnológica, na estrutura de consumo e na estrutura de preços relativos e, portanto, na distribuição social da renda.” (TAVARES, 1974, p. 84). Isto, porém não ocorre.

(...) a introdução de novos produtos na economia não é em geral controlada pelo Estado; é, ao contrário, parte essencial da dinâmica de acumulação de um oligopólio diferenciado. Não existe na sua lógica interna qualquer razão para que as empresas apliquem “critérios sociais” na seleção de produtos, como tampouco o fazem na seleção de técnicas. (TAVARES, 1974, pp.84-85)

3.6. A dinâmica cíclica no período de Industrialização Pesada

A partir do Plano de Metas, o Brasil entra em um novo período de industrialização, conhecido como “industrialização pesada”. Nele, parte das características do ciclo anterior se mantém, mas o “processo de acumulação passou a estar basicamente determinado pela expansão e diversificação do setor industrial” (TAVARES, 1974, p. 148). Assim, “rompem-se os limites à reprodução em escala ampliada do capital, de modo que, em seu movimento

³⁵ Está análise está presente em Tavares (1963)

autodeterminado, as flutuações cíclicas da economia brasileira (...) ocorrem como em qualquer outra economia capitalista” (ROBILLOTI, 2016, p. 253). Isto, porém, não significa a superação do subdesenvolvimento, tampouco uma menor dependência.

A passagem, em “condições de subdesenvolvimento”, a uma etapa de industrialização propriamente dita requer a demonstração prévia das limitações e possibilidades internas de que a reprodução ampliada do capital industrial se torne não só endógena como também dominante; apesar de que alcançar essa etapa de acumulação especificamente capitalista possa significar para os países periféricos um grau acentuado de ‘subdesenvolvimento’ de uma parcela considerável de suas ‘forças produtivas’, e também uma maior ‘dependência’ em termos financeiros, tecnológicos e, eventualmente, políticos, em relação ao capital internacional. (TAVARES, 1974, pp.240-241)

Durante o período de industrialização restringida, o Estado brasileiro passou por profundas transformações institucionais, que tornaram-no capaz liderar o processo de industrialização pesada a partir de meados da década de 50. Dentre estas transformações, a título de exemplificação, pode-se destacar: a criação, em 1936, do Conselho Federal do Serviço Público Civil, que deu origem, em 1938 ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), cuja tarefa era planejar a carreira do funcionalismo público e organizar a estrutura administrativa; a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 1945; elaboração de comissões para tratar de problemas e projetar diretrizes no setor industrial; a criação pelo DASP, em 1939, do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional; a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, e da Petrobrás em 1953.

Dessa maneira, o Estado brasileiro fortificou suas capacidades de ação, o que tornou possível a implementação do Plano de Metas, “um conjunto integrado de investimentos (...) assegurando as condições mínimas de financiamento e dando suporte não só na área de infraestrutura como na área de insumos fundamentais, através das empresas estatais”. (D’Avila, 2006, pp.80-81). Em discordância com seu texto clássico sobre substituição de importações (TAVARES,1963), a autora, em “Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil” não insere este período como apenas mais uma etapa do modelo de substituição de importações. O investimento, possuía um novo perfil, atrelado a uma estrutura financeira e técnica radicalmente diferente da fase restringida e exigiu a liderança do Estado e do Capital internacional em um processo em que “a instalação da capacidade produtiva esteve superdimensionada em relação à demanda” (ROBILLOTI, 2016, p.254)

Daí termos abandonado a designação de “substituição de importações”, por considerá-la completamente inadequada do ponto de vista analítico, ainda que **formalmente** ela possa ser adotada na medida em que o coeficiente importado da oferta final de bens industriais esteve caindo, mesmo para as indústrias de bens de consumo duráveis, que esgotam a reserva de mercado preexistente em seu primeiro e curto período de expansão. (TAVARES, 1974, p. 145 **negrito no original**)

3.6.1. O Plano de Metas e a fase expansiva do ciclo: 1957/1962

A partir de Tavares (1974), é possível sintetizar as características do ciclo de expansão fruto do Plano de Metas, entre 1957 e 1962, de modo a assimilar a sua “especificidade histórica” (Tavares, 1974, p.151).

- (1) O bloco de investimentos não carecia de demanda previa, de modo que se exigia, no início do processo, mudanças pelo lado da estrutura de demanda. “A escala dos novos projetos de investimento supera, em geral, a demanda corrente no início do período de expansão (TAVARES, 1974, p.151). Dessa forma, “altera muito mais dramaticamente a estrutura da capacidade produtiva industrial do que a estrutura de demanda. (TAVARES, 1974, p.152)
- (2) O grosso do investimento não se distribui pelos setores industriais já existentes, mas representa, “além de um salto tecnológico, um salto na capacidade produtiva existente (TAVARES, 1974, p.151). Basicamente, o “boom” de investimento ficou concentrado nos seguintes segmentos: material de transporte, material elétrico e metal-mecânica. Estes, embora possuíssem pouco peso relativo na estrutura produtiva eram marcados por elevados efeitos de encadeamento intersetorial.
- (3) Nesta etapa, houve uma concentração relativa em favor das grandes empresas nacionais, públicas e privadas nos setores que não competiam com as estrangeiras em preço ou em diferenciação de produto – no caso os setores mais pesados da indústria de bens de capital e insumos estratégicos. Assim, não se configurou um processo de concentração absoluta a favor das grandes empresas, pois a solidariedade entre capital nacional e estrangeiro possibilitou que a expansão se estendesse às pequenas e médias empresas nacionais, evitando sua expulsão do mercado.

Em síntese, o período se caracterizou mais pela diferenciação e diversificação produtiva, do que pela concentração de capital e da renda em termos absolutos. A desnacionalização também não foi um fenômeno marcante, “verificando-se antes uma internacionalização de

capital com uma expansão mais que proporcional de certos setores estrangeiros”. (TAVARES, 1974, p.152)

A estrutura de demanda sofreu menos alterações, pois o padrão de consumo das classes altas se manteve do após guerra até 1954, fruto de uma elevada capacidade para importar. A elevação do salário real até 1954 e sua manutenção até 1959, aliados ao processo de urbanização, permitiram um crescimento da demanda urbana para o setor de bens industriais de consumo tradicional já existente. “Tudo isso explica uma mudança menor na estrutura urbana de consumo do que ocorreria se esta houvesse crescido fundamentalmente por força da expansão de novos setores”. (TAVARES, 1974, p.153)

A introdução do novo padrão de investimento produziu um potente efeito acelerador sobre a renda urbana e a capacidade produtiva do setor de bens de capital. “Esse efeito se acentua pelo alto grau de complementariedade tecnológica dos projetos de investimento, com efeitos dinâmicos, em cadeia, sobre as demandas intersetoriais dentro do próprio complexo industrial em expansão.” (TAVARES, 1974, p.153). Com isso, o efeito multiplicador da renda e do emprego urbano foi superior ao esperado em relação às taxas de investimento.

Sobre a questão do emprego na década de 50, as taxas se mantiveram baixas em função da mudança tecnológica nos setores tradicionais (têxtil e alimentos). Estes setores, que empregavam muito no começo da década, deram lugar a novos setores, que apesar de mais intensos em capital, geraram efeitos positivos sobre o emprego, direta e indiretamente (como no “terciário funcional”). Ao longo da década de 50, no que tange à estrutura industrial, ocorreu um aumento das escalas produtivas e mudanças tecnológicas nas indústrias tradicionais de bens de consumo, com a ampliação das importações. Como resultado houve um rápido desaparecimento de pequenas e médias industriais semiartesanais urbanas, a quebra de empresas regionais e as grandes empresas nacionais tiveram que conviver com a concorrência estrangeira, sendo obrigadas a modernizar-se e ampliar suas escalas.

As novas pequenas e médias empresas instalaram-se “no contexto de um mercado industrial de bens de consumo relativamente unificado e competitivo do tipo oligopólico” (TAVARES, 1974, p.155). Em função de uma aceleração da taxa de crescimento da produção industrial, foi possível manter um ritmo alto de acumulação global no setor, a despeito de uma estrutura de preços relativos favorável aos bens de consumo de luxo e aos bens de produção agrícola.

A estrutura oligopólica competitiva permitia às grandes empresas auferirem uma lucratividade diferenciada, isto é, quando aumenta a demanda do setor há uma tendência a uma sobre acumulação. Esse processo é compatível com a expansão de empresas menores na fase de crescimento, mas na de desaceleração “(..) entra-se numa etapa de concentração absoluta, em que a taxa de lucro e de expansão das grandes empresas só se pode manter à custa das pequenas empresas, e ao mesmo tempo aumento o grau de desnacionalização das industriais tradicionais” (TAVARES, 1974, p.156)

Para analisar o desajuste entre as estruturas de oferta e demanda industriais e compreender a dinâmica cíclica da economia brasileira, Tavares adapta os esquemas trissetoriais Kaleckianos.

O primeiro setor investigado é o de bens de produção. Este setor, embora seja o mais decisivo para a expansão endógena, é o que enfrenta maiores problemas pelo lado da demanda induzida, o que acentua o caráter cíclico global. Em muitos de seus ramos, especialmente aqueles que surgiram através do Plano de Metas, como os segmentos da metalurgia e o metal-mecânico, existe uma articulação vertical, isto é, uma forte organicidade entre grande e pequena/média empresa de caráter nacional. Estas últimas, não competem com aquelas, e “se modernizam e expandem aproveitando a demanda derivada da grande empresa estrangeira” (TAVARES, 1974, p.156)

A estrutura de mercado é de oligopólio diferenciado, “articulado horizontal e verticalmente, que dá lugar a uma estrutura industrial em estrela, em que cada empresa tem um cordão de pequenas e médias, tanto fornecedoras, quanto distribuidoras” (TAVARES, 1974, p.157). Em função do elevado grau de complementariedade, atuando a reboque da estratégia da grande empresa, faz com que a pequena/média empresa atue como “aprofundador do efeito acelerador ou desacelerador do ritmo de investimento (...)” (TAVARES, 1974, p.157)

Em contrapartida, as pequenas e médias empresas subsidiárias permitiram a queda dos custos primários das grandes empresas, que na condição de oligopsônios de compra, puderam aumentar seus lucros extraordinários na etapa expansiva. Assim verifica-se “uma tendência à sobreacumulação e a um crescimento da capacidade a um ritmo superior ao crescimento da demanda” (TAVARES, 1974, p.157). Quando o aumento da capacidade ociosa produz uma queda no ritmo de investimento, o efeito desacelerador se propaga em cadeia. As pequenas

tendem a não sobreviver, reduzindo a possibilidade de transferência de lucro em direção à grande empresa, o que poderia atenuar os efeitos da baixa cíclica na empresa terminal. A grande empresa, geralmente filial de estrangeira, possui solidez financeira e não consegue eliminar a concorrência com competição via preços, o que repercute negativamente sobre sua taxa de acumulação interna, e, em função de seu papel decisivo do setor, de todo o sistema industrial. Segue-se, segundo a autora, um aumento na remessa de lucros para o exterior e uma redução na taxa de reinvestimento. E, posteriormente, “em pleno período de recessão, aumenta a competição diferenciada do oligopólio e se processam algumas fusões, com concentração absoluta de capital e de mercado em favor das empresas internacionais mais fortes”. (TAVARES, 1974, p.158)

O setor de bens de consumo duráveis, juntamente com o setor de bens de produção foi o que mais contribuiu para o *boom* industrial no Plano de Metas e igualmente a este, “tendia a desacelerar-se, uma vez esgotados os impactos do período de instalação e de crescimento inicial de mercado, particularmente se sua demanda ficasse restringida às camadas urbanas de mais altas rendas” (TAVARES, 1974, p. 168). A má distribuição da renda era funcional a este setor, pois, a despeito da baixa renda média, permitia a existência de um mercado consumidor ligado “ao consumo dos capitalistas e das reduzidas camadas de altos ordenados a elas associadas, que cresciam defasadas com a taxa de acumulação de lucros” (TAVARES, 1974, p.168). Os maiores representantes do setor eram as grandes empresas do setor automobilístico e as produtoras de eletroeletrônicos.

Após o período de instalação desta indústria, o ritmo de investimento tende a diminuir, ficando restrito à demanda das camadas altas. A diminuição da marcha de crescimento tinha implicações negativas sobre a demanda intersetorial, em especial sobre o setor de bens de produção nos ramos da metalurgia e da metal-mecânica e no terciário funcional – e, indiretamente “sobre a demanda do setor produtor de bens de consumo generalizado e de bens de produção” (TAVARES, 1974, p.170).

O setor de bens de consumo não duráveis, para Tavares, é o que reflete melhor as condições gerais do mercado de trabalho urbano, na medida em que “ (...) responde às taxas de crescimento do emprego e do poder de compra dos salários de base, por sua vez comandados pelas taxas de acumulação urbana” (TAVARES, 1974, p.173). A estrutura de mercado predominante é o oligopólio competitivo. Como anteriormente assinalado, ao longo da década

de 50, Tavares argumenta que este setor se modernizou tornando-se mais intensivo em capital. No período de expansão do ciclo, 1957-61, instalaram-se pequenas e média empresas. Nesta fase, há uma expansão generalizada no setor, porém desigual. A taxa de acumulação das grandes é superior as das pequenas e médias empresas, resultando em uma concentração relativa. O setor foi favorecido pela expansão industrial e manutenção do poder de compra dos salários, permitindo um crescimento acima da taxa de urbanização.

3.6.2. A fase depressiva do ciclo: 1963/66

A reversão do ciclo, a partir de 1962, e que se estende até 1966, decorreu, na visão de Tavares, da queda do investimento como resultado do característico efeito dual do investimento no tempo. Em função dos problemas de realização e financiamento de um potencial de acumulação crescente e do desajuste dinâmico entre a estrutura da demanda e a capacidade produtiva recém instalada, essa queda conduziu o Brasil a uma crise.

O ponto de partida é o fato de que “os novos setores implantados a partir de 1957 estavam, em geral, superdimensionados para atender à demanda corrente” (TAVARES, 1974, p.159). Isto decorria da necessidade de escalas mínimas para operação e da atração para um mesmo setor de várias empresas. Em se tratando de uma estrutura oligopólica com diferenciação por produto, caso fosse mantida a taxa de crescimento, com salários médios estáveis, escala não seria um problema, pois seria possível elevar taxas de lucro sem que isto representasse um desajuste microeconômico.

Do ponto de vista macroeconômico, porém, ao esgotarem-se as reservas de mercado

para manter a taxa global de acumulação e de expansão da indústria não basta manter elevadas margens de lucro (...) é necessário garantir uma estrutura de crescimento ‘equilibrado’ entre os distintos setores. (...) isto era extremamente difícil uma vez que o salto na nova capacidade instalada criava fortes desproporções entre a estrutura produtiva e a dinâmica de crescimento da demanda dos novos setores da economia (TAVARES, 1974, p.160).

Tavares, então, retoma a discussão sobre os três setores centrais da economia, atentando às categorias de demanda e os seus efeitos sobre a desaceleração. No caso do setor de bens de produção, foram três as principais razões: o elevado grau de ociosidade indesejada e o aumento das incertezas esgotaram as oportunidades rentáveis para o investimento no setor para as filiais internacionais; “a demanda por reposição estava limitada pela juventude de grande parte do

parque industrial” (TAVARES, 1974, p. 162)”, além disso, o baixo dinamismo do segmento de bens de consumo não duráveis, nos anos 60, atuava como desestímulo à modernização; findos os efeitos da implantação dos grandes projetos do complexo metal-mecânico, também havia se esgotado a demanda por ampliação de capacidade instalada para o setor privado nacional. Assim, restava apenas investimento público para atenuar o ciclo. Entretanto, este teve de recuar a partir de 1963, em função de “problemas financeiros internos e externos” (TAVARES, 1974, p. 164), o que intensificou a reversão cíclica.

O setor de bens de consumo duráveis, na reversão do ciclo, trazia efeitos negativos sobre o emprego em todos os demais setores. “Até 1963, as dificuldades deste setor são do tipo de desproporção dinâmica entre oferta e demanda, devido aos elevados níveis de ociosidade não planejada”. (ROBILLOTI, 2016, p. 258). Segundo Tavares, esta situação é comum às economias capitalistas, de modo que a recuperação se daria a uma taxa de expansão mais baixa, através da utilização da capacidade ociosa existente e da retomada da demanda por investimento. Entretanto, a crise vivida pelo setor a partir do primeiro semestre de 1963, foi fruto de uma política de estabilização com contração de crédito e de gasto público combinada com aumento de salários industriais “que resultou (...) de um agravamento brusco das contradições no financiamento corrente da produção, ou seja, no âmbito da circulação do excedente”. (TAVARES, 1974, p.170).

Após a superação desta conjuntura, a queda nos salários de base e o aumento da liquidez possibilitaram a retomada das margens de lucro, mas não a expansão da demanda, “freada por razões estruturais, tanto do lado do ritmo de crescimento diferenciado das rendas, como do financiamento aos consumidores”. (TAVARES, 1974, p.171). O problema do setor, dado que sua demanda estava garantida pelo consumo das classes altas³⁶, era de “(...) um desajuste potencial, em sentido dinâmico, entre o ritmo de expansão da demanda e a capacidade interna de produção e de acumulação” (TAVARES, 1974, p.171)

A recuperação do setor só foi possível pelas mudanças ocorridas na estrutura de demanda “mediante os novos esquemas de financiamento e uma redistribuição regressiva nas rendas do trabalho. “(...) Foi necessário um esquema de financiamento que permitisse margens de endividamento crescente das classes médias e, posteriormente uma diferenciação dos salários (...)” (TAVARES, 1974, pp.172-173)

³⁶ “ (...) sempre que se mantivesse a distribuição da renda e não ocorresse uma recessão econômica (TAVARES, 1974, p.172).

De acordo com Tavares, na reversão do ciclo, o setor de bens não duráveis acompanhou a desaceleração global da economia e a retração da renda real. Como mostrado anteriormente, estas industriais tendem a ser mais concorrenciais que as dos outros dois setores e apresentaram uma tendência à queda dos seus preços relativos. Na fase depressiva, houve concentração absoluta em favor das grandes empresas, que possuíam maior rigidez em suas margens em função da escala, e elas conseguiram níveis de vendas diferenciados através de diferenciação de produtos e integração vertical. Tais condições eram melhor reunidas pelas filias estrangeiras.

Tavares analisa os problemas de longo prazo, isto é, o crescente descompasso entre o potencial de acumulação e a taxa de demanda corrente. Grosso modo, com o aumento da taxa de lucro bruto global e das margens de capacidade ociosa, impulsionado pela disparidade de poder de acumulação das grandes empresas, seria necessário que a taxa real de acumulação e de crescimento se acelerasse para não ocorrer problemas de insuficiência dinâmica do ponto de vista da demanda global. A atualização dos rendimentos de escalas de novos investimentos e o aumento das economias externas e de aglomeração, fruto de investimentos em capital social básico e da concentração industrial em poucos polos urbanos, gerou uma tendência ao aumento da produtividade macroeconômica. Estes dois efeitos combinados geram uma redução dos custos (diminuição de K) mas, sem impulsionar a demanda, não têm como aumentar a produção (P). Assim, “tanto as economias de escala como as externas, ao se atualizarem, aumentam o rendimento global da capacidade produtiva existente (relação P/K), mas não determinam por si mesmas nenhum impulso expansivo da demanda de bens e serviços privados”. (TAVARES, 1974, p.178)

O caráter oligopólico da economia, não concorrencial em termos de preços, mas fortemente concorrencial no mercado de trabalho, impulsiona o problema de sobre acumulação das grandes empresas, pois o “aumento da produtividade conjunta do capital e do trabalho não se transfere de forma proporcional nem aos preços, nem aos salários (...)” (TAVARES, 1974, p.178). Em comparação com as economias maduras, nas economias subdesenvolvidas o problema se agrava pelo maior poder desigual entre os distintos setores produtivos e entre as empresas e sindicatos.

O elevado excedente de mão de obra não qualificada, o baixo grau de sindicalização, a relativamente baixa oferta de emprego industrial fazem com que haja um afastamento crescente

entre produtividade e salários, “sem que se revolta revolta ? necessariamente o problema da taxa global de acumulação e de emprego no longo prazo. (...) essas tendências se agravam com a nova política salarial e as condições da recuperação ainda mais desequilibradoras das estruturas de crescimento” (TAVARES, 1974, p.179)

Dessa forma, ocorre uma tendência contraditória na economia entre os níveis micro e macro.

Bielschowsky (2010b, p.22), resume bem a questão: “Ou seja, a precipitação da reversão cíclica não se deve apenas às desproporções dinâmicas entre a estrutura da demanda e a capacidade de produção subutilizada, mas também à desproporção entre lucros e oportunidades de investimento” . Em outras palavras, dado o excesso de ociosidade não planejado, mesmo com o caráter crescente da participação dos lucros na renda, a aceleração do investimento para garantir a realização do excedente era inviável.³⁷

O potencial de acumulação não afetou os determinantes do investimento, ao contrário das tendências da taxa de lucros dos investimentos presentes e futuros, vis-à-vis as margens desejadas de capacidade ociosa. (...) Assim, mesmo quando houvessem aumentado as margens de lucro real (ou inclusive quando elas estivessem superestimadas pelos lucros ilusórios da inflação) e, portanto, as expectativas continuassem favoráveis, isso não era suficiente para mudar e acelerar o ritmo de acumulação efetiva (TAVARES, 1974, p. 180).

Em consequência, a desaceleração implicava em desemprego, queda da renda e falência de empresas marginais – em especial para o setor de bens não duráveis³⁸. Em muitos setores, o processo de falência em estruturas oligopólicas levava à concentração dos mercados com a sobrevivência das empresas mais eficientes (aqueles com menores custos, geralmente oligopólios internacionais) embora em seu conjunto a taxa de acumulação e lucro médio caísse. Nesse sentido, houve um processo de concentração e desnacionalização industrial.

3.6.3. A recuperação rumo ao novo ciclo de crescimento: 1967/70

A recuperação da atividade se deu através de setores capazes de estimular simultaneamente demanda efetiva e taxa de acumulação. A reforma Fiscal/financeira deu fôlego

³⁷ Segundo Robillotti (2016, p.261) “ (...) apoiando-se no modelo steindliano de acumulação oligopólica”.

³⁸ Vale lembrar que, no período entre 1964 e 1968, a queda dos salários reais agravou os problemas de demanda para os setores tradicionais.

para o financiamento do gasto público e possibilitou a retomada dos investimentos tradicionais ligados à construção civil. “ (...) a elevação e a reestruturação dos preços dos serviços de utilidade pública e a negociação externa deslançaram o programa de energia elétrica, reanimando o setor de material elétrico, garantindo demanda firme aos grandes construtores e às firmas de engenharia”. (TAVARES, 1978, p. 91). A operação do sistema institucional de crédito ao consumidor proporcionou a retomada do crédito, o que “permitiu reanimar a demanda da indústria automobilística e de outros bens duráveis de consumo mais difundido (...) O Sistema Financeiro de Habitação, por sua vez, reanima e ativa a construção civil residencial” (TAVARES, 1978, p. 91)

A política salarial redistribuiu a renda “(...) contra assalariados de base e em favor do setor público e do consumo capitalista (...)” (TAVARES, 1974, p.182). A autora reafirma o caráter funcional para o crescimento da concentração da renda, assim como em Serra e Tavares (1970), pois o tipo de capacidade ociosa instalada na indústria moderna exigia a reativação da “a demanda de bens duráveis e de bens de produção e também absorver mão-de-obra ‘barata’(...)” (TAVARES, 1974, p.142). Nesse sentido, as políticas salariais e de financiamento favoreceram “a concentração da renda pessoal, a qual realimenta o consumo diferenciado das classes médias-altas, bem como a proliferação dos serviços pessoais (TAVARES, 1978, pp.91-92).

O crescimento da renda urbana e do emprego realimentaram a demanda corrente, que com o aumento da relação lucro/salário, potencializou a taxa de acumulação e permitiu uma rápida retomada do crescimento antes da plena ocupação da capacidade gerada anteriormente. A subida dos níveis de consumo de duráveis, investimento público e da construção produziu o encadeamento das relações interindustriais e reativou a demanda dos setores de transformação, o qual passa a liderar o processo de expansão. Além disso, os efeitos encadeadores das indústrias de construção, material de transporte e de mecânica permitiram expandir a taxa de emprego e a massa de salários urbanos. Estes setores, conjuntamente à retomada do crédito e o crescimento do terciário funcional foram “responsáveis pela recuperação do mercado interno das indústrias de bens de consumo não duráveis, em particular a Têxtil, Vestuário e Calçado (...)” (TAVARES, 1978, p.93)³⁹. Vale mencionar que até 1969, a recuperação destes segmentos

³⁹ Destaque para o crescimento de pequenos produtores de luxo voltados para o consumo conspícuo das elites.

foi auxiliada pelos subsídios para incentivar as exportações, dado o momento favorável do mercado internacional.

Em um encadeamento para trás a retomada impulsionou o crescimento da produção industrial de insumos; de uso difundido e materiais de construção e de setores de bens de capital. Em modelos Kaleckianos, válido para as economias maduras, a recuperação tende a ocorrer pela taxa de investimento, depois pelo emprego e consumo dos trabalhadores e por fim pelo consumo capitalista. No Brasil, dada a descontinuidade nos níveis médios de renda e nas estruturas de consumo, Tavares defende que este sentido se deu de maneira inversa:

o consumo capitalista das camadas de altas rendas comanda a taxa de lucro e a taxa de acumulação, afeta as oportunidades de investimento e de emprego e determina, em última instância, depois que ambas se aceleram, a expansão do consumo dos trabalhadores urbanos. Estes suportam, assim, não só a oposição geral salários-lucros, como também uma contradição específica, a do consumo popular versus consumo capitalista. Isto torna mais difíceis de resolver os problemas da distribuição da renda, mesmo no contexto de uma economia dinâmica. Um padrão de crescimento como o descrito requer pois, para manter-se em 'equilíbrio dinâmico', duas características contraditórias: a primeira é um aprofundamento da relação capital/consumo e, numa segunda etapa, da relação capital/investimento. Ambas são típicas de economias maduras com 'excesso de capital', mas ao mesmo tempo requerem uma aceleração do crescimento típica de economias em fase agressiva de conquista de novos mercados. As pressões inflacionárias e o risco de desequilíbrios na estrutura produtiva e no balanço de pagamentos são evidentes em períodos de aceleração do crescimento. (TAVARES, 1974, p.183)

3.6.4. O auge do ciclo: 1970/1973

A retomada do crescimento acelerado teve rápido impacto sobre a produção industrial, de tal maneira que, a partir de 1970/71: se esgota a capacidade ociosa herdada e utilizada na recuperação; a produção de bens de capital acelera e sua taxa de crescimento ultrapassa a taxa, também elevada, de bens duráveis; se acelera a produção de insumos e de bens de consumo não durável em decorrência do crescimento da indústria e da elevação da taxa de investimento geral. As exportações também auferem elevado crescimento, porém têm papel marginal na aceleração do crescimento. Entre 1969 e 1973 não ocorre, para o conjunto da indústria, elevações significativas no coeficiente de importações. “Ao contrário, ocorre, uma ligeira ‘ substituição de importações’ global que é particularmente forte nos bens de capital para a indústria pesada” (TAVARES, p.1978, p.95)

Até 1973, preserva-se um equilíbrio dinâmico intra-industrial que se desfaz com a potencialização da aceleração da taxa de crescimento industrial. No período entre 1970 e 1973, “os setores produtores de bens de capital atingem, em conjunto, uma extraordinária taxa média de crescimento da produção corrente, da ordem de 39% ao ano (...) (TAVARES, 1978, p.95). A autora chama atenção para o fato de que isto refuta as teses de vazamento de demanda para o exterior. “Na verdade, a demanda por importações é sobretudo complementar à oferta interna. A elevação de ambas se deve, antes de mais nada, à fortíssima taxa de acumulação industrial no auge.” (TAVARES, 1978, p.95). Ao fim do período, é acelerada pela ampliação da indústria automobilística; a aceleração dos programas de investimento estatais em siderurgia, telecomunicações, combustíveis e petroquímica; a modernização e a expansão de segmentos da indústria de bens de consumo não durável e da taxa de acumulação de capital dos setores de equipamentos pesados, com liderança de transnacionais.

Para Tavares, “a elasticidade de demanda de importações de bens de capital é cíclica, sendo sempre superior à unidade no que tange ao produto industrial corrente. Na verdade ela acompanha de perto o comportamento da ‘função de investimento’”. (Tavares, 1978, p.96). Isto é, quando o investimento se desacelera ou acelera, as importações de bens de capital e de insumos tendem a acompanhar, com elasticidade próxima a 1, o movimento da taxa de acumulação. O que ocorreu no último ciclo de crescimento foi, pois, um violento aumento da taxa de investimento industrial (e da economia em conjunto) que produz, portanto uma fortíssima aceleração simultânea da produção de bens de capital e das importações, com ligeiras decolagens” (TAVARES, 1978, p.96)

A hipótese de “dessubstituição de importações” é válida para as de importações nos setores produtores de bens de capital- consumo, mais antigos e não integrados ou conectados internamente às principais indústrias produtoras de bens finais, que se modernizaram via importações subsidiadas e que não apresentavam similar nacional.

3.6.5. A desaceleração: 1973/77

A relação capital/produto, entre 1970 e 73, permanece constante, o que indica um crescimento equilibrado, isto é, “uma aceleração do crescimento da produção compatível com o ritmo de expansão do estoque de capital” (Tavares, 1978, p.98). Para garantir o equilíbrio dinâmico, seria necessária acelerar ritmo de crescimento, dado o elevado patamar da taxa de

acumulação. “Não podendo isto ocorrer, mas se mantendo elevada a expansão de capacidade produtiva no período de 1974/77, cria-se uma tendência à sobreacumulação que gera um *gap* dinâmico entre capacidade produtiva e a demanda efetiva da indústria (TAVARES, 1978, p. 98 *itálico no original*).

A partir de 1974, com a manutenção do ritmo de acumulação em descompasso com a desaceleração da produção industrial, “começa então a produzir-se uma tendência recessiva, com problemas de realização dinâmica crescente (TAVARES, 1978, p.98). O primeiro setor afetado é o de bens de consumo não duráveis, em função do declínio da massa de salários, que já crescia a taxas menores que a produção. Este declínio é fruto de três fatores: da queda do ritmo de crescimento do emprego urbano, pouco sensível à taxa de acumulação da indústria pesada; das flutuações do setor de construção residencial, que passa a não conseguir absorver a mão de obra; pela redução da taxa média de salários, que não acompanhava o crescimento da produtividade industrial e que, com a aceleração inflacionária, passou a declinar em termos reais. A desaceleração do setor de bens não-duráveis, “que possui uma dimensão relativa muito grande na produção industrial (...) contribuiu para diminuir a taxa de crescimento global da indústria de transformação” (TAVARES, 1978, p.99).

O problema de demanda efetiva se apresenta de maneiras distintas para as indústrias. Para o setor de bens de consumo durável, que lidera o crescimento do setor metal-mecânico, a aceleração foi tão intensa que não era possível manter a sua demanda estável. Vários de seus ramos demandantes passaram por flutuações, em especial o setor automobilístico. Com isso, apenas “a demanda de reposição é insuficiente para manter o dinamismo do setor” (TAVARES, 1978, p.99)

O Setor de bens de capital, por sua vez, ainda possuía capacidade subutilizada em 1973, embora a demanda tivesse crescido fortemente, o que significa que a oferta se expandiu a uma taxa mais baixa que da demanda. A demanda por bens de capital cresceu vertiginosamente no período entre 1970 e 73, a este impulso somaram-se subsídios ao investimento com objetivo substitutivo (a partir de 74) e o acúmulo de encomendas decorrentes de períodos anteriores e do II PND. Isto garantiu a “demanda por um longo período” e perspectivas “favoráveis para que o setor acelerasse sua própria taxa de acumulação, sobretudo o setor nacional de mecânica pesada, que havia se atrasado relativamente ao setor internacionalizado na resposta ao auge do ciclo” (TAVARES, 1978, p.101). Como resultado, entre 1973 e 1975, o setor praticamente

dobrou sua capacidade produtiva, mesmo após o auge do ciclo. Em contrapartida, o setor de material de transporte e o de material elétrico, após potentes investimentos em capacidade nova, apresentaram, a partir de 1974, quebra do ritmo de investimento.

O apoio do setor público garantiu o crescimento da taxa de acumulação de capital nos setores de indústria básica, mas insuficiente para gerar um grau de demanda autônoma que realimentasse a sua demanda e a demanda conjunta de bens de produção. “Assim, não pode gerar uma expansão da renda e do emprego capaz de assegurar um ritmo global de crescimento da produção industrial e da capacidade produtiva que se mantenha em equilíbrio dinâmico” (TAVARES, 1978, p.102). Em suma, os determinantes de novos investimentos privados apontaram no sentido da desaceleração.

A partir de 1974, a reversão dos elevados níveis de investimento foram fruto da queda na taxa de rentabilidade esperada do investimento nos setores de bens de consumo durável e não-durável, como desdobramento do aumento “da capacidade ociosa geral das indústrias têxtil, de material de transporte e elétrico que tinham sobreinvestido no auge” (TAVARES, 1978, p.102)

Assim a partir de 1974, apesar de os projetos públicos em execução serem capazes de sustentar as taxas de acumulação de setores importantes de bens de produção, não são suficientes sequer para manter o ritmo de crescimento da produção corrente da indústria pesada e, muito menos, da demanda do resto da indústria. (Tavares, 1978, p.102)

3.7. A questão financeira do desenvolvimento

As preocupações com o lado financeiro da economia já estavam presentes em Tavares (1967) e Tavares e Serra (1972)⁴⁰, porém, como bem argumenta Robillotti (2016, p.181), sua análise sobre a questão financeira “(...) foi ganhando musculatura teórica ao longo dos anos”.

O ponto de partida da autora é semelhante ao visto nos dois ensaios supracitados: os mecanismos de financiamento do investimento e sua relação com o conceito de capital financeiro. Dado os limites deste trabalho, nos concentraremos na seção primeira de “o sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente”, quarto capítulo de Tavares (1978),

⁴⁰ Conforme apresentado na seção 2.1.5 deste trabalho.

intitulada “o desdobramento do sistema financeiro: sua funcionalidade e características estruturais”. Nesta parte de sua tese, Tavares mostra como, a partir do Plano de Metas, de forma crescente, “a estrutura creditícia e de financiamento revelou-se inadequada para fazer frente às necessidades de expansão dos novos setores industriais” (TAVARES, 1978, p.139).

Na interpretação de Tavares, após a etapa expansiva de 1956/1961, era necessária que o sistema financeiro nacional “desenvolvesse novas formas de criação de crédito e intermediação financeira correspondentes ao grau de desenvolvimento já alcançado pelo sistema industrial” (TAVARES, 1978, p.139).

O propósito desta parte introdutória é apenas explicar e esclarecer as características específicas que o nosso sistema financeiro adquiriu ao longo de seu desdobramento – distanciando-se inteiramente do seu projeto inicial, que pretendia reproduzir no Brasil um tipo de estrutura financeira semelhante à das economias avançadas (TAVARES, 1978, p.141)

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado em 1964, viabilizou, através das reformas monetário-creditício e financeira, novos instrumentos de mobilização financeira. No novo esquema de financiamento as financeiras supriam recursos para consumo de bens duráveis, os bancos comerciais foram mantidos na função exclusiva de financiar capital de giro das empresas e o banco de investimento, aparecia como novo ator financeiro, com a intenção de atender à demanda de recursos de longo prazo para suportar a acumulação de capital - a qual se veria frustrada, e compensada pelo fortalecimento do BNDE e pelo surgimento do BNH, voltado ao saneamento básico e à construção residencial (complementado por novas instituições de crédito imobiliário). Ao mercado de ações caberia o papel de tornar líquidos os ativos, concentrar e canalizar recursos para capitalização das empresas. A alta inflação configurava-se como um obstáculo, pois a viabilidade deste novo desenho exigia taxas de juros positivas. Dessa forma instituiu-se “o artifício da correção monetária, para proteger o valor dos títulos de dívidas dos efeitos de inflação” (TAVARES, 1978, p.140)

Nos países avançados, o sistema financeiro nacional, além de sua função específica no capitalismo, de valorizar o capital no circuito financeiro, desempenha três funções operativas: geração de crédito com base na ampliação das relações débito/crédito entre os principais agentes da economia, empresas, famílias e instituições financeiras, intermediação de transferência de empréstimo através da diversificação e da acumulação de ativos financeiros e geração e direcionamento de volumes aglutinados de capital-dinheiro no sentido de dar suporte

aos movimentos da acumulação produtiva, especialmente para projetos de grande porte e de longos prazos de maturação. (TAVARES, 1978, pp.141-142)

No Brasil, porém, apenas foram desenvolvidas as duas primeiras funções operativas, de criação de crédito e intermediação financeira,. Em contrapartida, a terceira função, pela gestão de grandes massas financeiras no processo de centralização de capital, “não foi efetivamente desenvolvida, senão, como completa a autora, foi transferida à esfera do Estado, onde se processa de modo específico e incompleto” (TAVARES, 1978, p.143).. Vale ressaltar, que a valorização financeira, isto é, o capital dinheiro valorizando a si mesmo, foi a que mais prosperou no Brasil. (TAVARES, 1978, pp. 141-143)

No esquema financeiro brasileiro, a gestão de grandes massas de recursos financeiros foi exercida pelo Estado através de suas instituições de fomento e desenvolvimento (como o BNDE). O setor público transformou-se no principal agente de crédito e financiamento para projetos grandes e de longo prazo, assumindo um mero papel de mediação. A ação estatal desempenhou um papel passivo, de aporte de capital, no esquema de financiamento em relação ao setor privado. Nesse sentido, não exerceu o comando do processo de acumulação financeira e de monopolização de capital (via fusões, aquisições e conglomerações). (TAVARES, 1978, p.144-145)

(...) o sistema financeiro público não participa como sujeito do processo de monopolização do capital, que lhe é exterior. Em outras palavras, são instituições que prestam apoio e suporte ao processo de monopolização engendrado pelo enfrentamento dinâmico dos grandes blocos de capital, mas não participam deste processo na qualidade de capital financeiro autônomo que busca centralizar sob seu comando e controle acionários os capitais que concentra como capital próprio. (TAVARES, 1978, p.145)

Com isto, Tavares mostra que o sistema financeiro nacional não se desenvolveu similarmente aos países centrais, mas com fortes especificidades. Em primeiro lugar, destaca o desenvolvimento extremamente rápido e elástico do sistema financeiro, com o surgimento de inúmeros instrumentos de dívida e crédito. Comparativamente, “em pouco mais de 10 anos a expansão dos ativos financeiros líquidos em relação ao volume dos ativos monetários alcançou uma proporção correspondente àquela alcançada nos Estados Unidos depois de quase 100 anos de revolução” (TAVARES, 1978, p. 146). Assim, a intermediação financeira extrabancária, em relação à base bancária, é muito superior ao real grau de desenvolvimento financeiro como proporção do PIB. Além disso, não esta sustentada em sólidas instituições financeiras como nos EUA.

O nosso sistema financeiro efetivamente desenvolveu-se e diversificou-se à semelhança de uma estrutura financeira avançada, mas não apresenta uma base de captação das aplicações a prazos médios e longos capaz de garantir grande estabilidade e solidez operacional às instituições financeiras. (TAVARES, 1978, p.147)

Outra especificidade brasileira é a chamada “síndrome da liquidez”, que diz respeito à necessidade de, no Brasil separar a liquidez monetária e a liquidez financeira. A primeira consiste na função tradicional de meios de pagamento, isto é, a quantidade de dinheiro requerida para a circulação corrente da produção. A segunda, a liquidez financeira, decorre da transacionabilidade de volumes de títulos financeiros como se fossem dinheiro. A maior parte destes títulos financeiros são líquidos e circulam dentro do sistema financeiro como moeda-financeira – com especial destaque para o efeito rentista causado pela presença crescente de títulos públicos, que são ativos de grande liquidez, baixo risco, piso de taxa de juros e protegidos da inflação.

Esta duplicidade do ‘dinheiro’ com dois tipos de liquidez, o dinheiro monetário e o financeiro, reflete claramente a separação objetiva das funções do dinheiro enquanto meio de pagamento instrumento geral de crédito e instrumento de reserva e valorização financeira do capital – dinheiro que está presente de modo peculiar no nosso sistema financeiro (...). (TAVARES, 1978, p.149)

Para a autora, esta grande expansão de ativos foi funcional para o estilo de crescimento liderado pelos bens duráveis, com endividamento crescente das famílias, empresas e Estado. Tavares chama atenção para o desenvolvimento de dois subsistemas financeiros, essenciais à expansão acelerada dos dois setores líderes do crescimento da demanda urbana: as indústrias de bens de consumo duráveis e a indústria de construção residencial”. (Tavares, 1978, p.149). São eles: as letras de câmbio (emitidas pelo sistema bancário comercial lastreando as operações com o crédito ao consumo de bens duráveis) e as letras de crédito imobiliário (lastreando as operações de captação e aplicação de recursos em atividades da construção imobiliária).

Neste ensaio, Tavares dá início à ideia de endogeneização do dinheiro, fruto da íntima relação desenvolvimento entre a esfera financeira e a esfera monetária, com a proliferação de “quase moedas”. Esta interpretação é desenvolvida em Tavares e Belluzzo (1984), no Ensaio *“uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea”*.

A massa global dos ativos financeiros é basicamente transacionada no interior do sistema financeiro, que utiliza os títulos-líquidos como dinheiro ‘endógeno’, na busca contínua da valorização financeira. (..) O setor financeiro não corresponde à poupança de ninguém. O setor financeiro, com

base neste fluxo de títulos ‘primários’, emite continuamente novos títulos ‘secundários’ que, em vez de serem guardados em carteiras, até a sua maturação, servem de base ampliada à dívida interfinanceira e acionam assim a circulação rápida e retroalimentada dos papéis. (TAVARES, 1978, p.151)

O ponto central é que estes ativos financeiros transacionados no mercado financeiro não estão relacionados com o financiamento do investimento, isto é, com a alimentação e sustentação da esfera de produção. A maior parte do financiamento da formação de capital das empresas continuou sendo a acumulação interna de lucros ou os recursos de fontes externas, como o crédito para compras internacionais, financiamento de longo prazo via linhas de crédito do BNDE para indústria doméstica, Sistema Financeiro de Habitação (BNH) para construção civil e Banco do Brasil para agricultura.

Em outras palavras, no sistema financeiro brasileiro, altamente especulativo, desenvolveu-se o que Tavares chamou de “esquizofrenia do dinheiro”. As reformas monetária e financeira acima descrita deram origem a duas formas de dinheiro: o dinheiro de curso forçado (papel moeda e depósitos à vista, de rápida desvalorização) e o dinheiro financeiro (que cumpre em forma separada as demais funções do dinheiro).

A combinação destas duas “formas” de dinheiro permitiu pela primeira vez, desde que a inflação se tornou crônica, e até 1976, que se assegurasse a função de instrumento geral e ampliado de crédito. Vale dizer, permitiu que o crédito (a dívida) cresça, assim, muitíssimo mais que o produto, em termos reais, durante toda a etapa de expansão recente, jogando um papel de amplificador do ciclo e de instrumento de acumulação financeira. (TAVARES, 1978, p. 170)

Tavares chama ainda a atenção para o fato de que as reformas tornaram o crédito altamente abundante no circuito brasileiro, uma novidade histórica. Na etapa expansiva, seu crescimento é ampliado e na etapa depressiva do ciclo, torna-se particularmente escasso. Para explicar este fenômeno, Tavares diferencia a crise de crédito “normal” e a ocorrida no Brasil. A crise de crédito normal ocorre quando cai o ritmo de produção e do investimento produtivo e a inflação se acelera. Aqui, cai a quantidade de meios de pagamentos requeridos e se acentua a preferência pela liquidez para fins especulativos e a demanda de crédito para reciclagem de dívida.

A crise brasileira de crédito é mais grave, já que envolve, como foi dito, a existência de dois dinheiros e a operação de dois mercados: o mercado bancário, que tem como base os depósitos à vista e a expansão dos meios de pagamento; e o mercado financeiro, que tem como base alguns títulos financeiros especiais e a circulação endógena do “dinheiro financeiro”. Isso faz com que numa das órbitas do sistema, a financeira, haja “excesso” de

dinheiro, que é preciso aplicar continuamente para render mais dinheiro – a valorização fictícia do capital-dinheiro – e na outra órbita, a “monetária”, falte dinheiro (meios de pagamento) para liquidar e refazer permanentemente as dívidas crescentes de todos os agentes “extrabancários”, que não têm o poder legal de emitir títulos financeiros negociáveis no “mercado aberto” de valores. (TAVARES, 1978, p. 171)

O Estado assume papel importante neste esquema especulativo, pois através da rolagem dos títulos públicos e do open Market enxuga a liquidez excessiva proveniente da entrada de recursos externos. Assim, a coexistência do dinheiro como meio de pagamento e do dinheiro financeiro lastreado em Títulos do Tesouro, cria a “esquizofrenia dos dinheiros”, uma espiral desenfreada especulativa. “(...) converte-se a liquidez real em liquidez financeira e obriga todos os agentes econômicos com saldos líquidos a optar por esta forma de dinheiro monetário e de crédito corrente”. (TAVARES, 1978, pp.174-175).

O próprio mercado financeiro, porém, não consegue dispor de meios de pagamento suficientes para a liquidação periódica de papéis, de modo que a “liquidez real” se torne insuficiente para a valorização do capital-dinheiro pelo capital-dinheiro.

Pede-se de volta ao Banco Central que sancione o “valor” dos títulos da dívida pública, emitindo meios de pagamento e permitindo assim a retomada da “liquidez financeira”, para que o ritual da circulação especulativa se cumpra. A liquidez real da economia continua, porém, caindo, já que o “dinheiro velho”, crescentemente desvalorizado, não pode concorrer com o poder do “dinheiro novo”, que se nutre da aceleração inflacionária e a promove. O crédito corrente é retalhado e concedido cada vez mais caro, apenas para os clientes seguros. Os meios de pagamento não conseguem correr a par com os preços, nem conseguem acompanhar a “liquidez” financeira dos títulos. Assim, a crise de crédito se torna geral e permanente. (TAVARES, 1978, p.175)

CONCLUSÃO

Durante toda sua trajetória, Tavares demonstrou grande preocupação com o desenvolvimento econômico brasileiro e os movimentos do capitalismo contemporâneo. A construção de suas interpretações sobre estes fenômenos é multifacetada e interdisciplinar, marcada por revisões críticas e diálogo com os mais importantes intelectuais de sua época. Em especial, destacamos o caráter enérgico e original de suas formulações, sempre orientados para ação política e transformação da realidade socioeconômica – marca comum aos economistas da tradição cepalina, à qual Tavares pertence.

No primeiro capítulo discorremos sobre sua análise acerca do processo de substituição de importações. No segundo capítulo tratamos das discussões sobre a crise brasileira década de 60, debate em que Tavares teve protagonismo, e sua interpretação para “o milagre econômico” que se fazia de maneira perversa, concentrando renda. Neste período, a autora introduz em suas análises a abordagem de “estilos de desenvolvimento”. No terceiro capítulo analisamos a reinterpretção da autora, quando desenvolveu uma tese original com enfoque nos esquemas endógenos de acumulação.

Ao longo deste trabalho apresentamos uma síntese da obra de Maria da Conceição Tavares e de suas análises sobre a evolução da economia brasileira até o fim da década de 1970. Para isso, realizamos uma análise descritiva de suas influências e interpretações em diálogo com outros autores que realizaram esforço semelhante. Como dito, a obra de Tavares é extensa, analisá-la em sua completude exige um esforço que vai além dos limites deste trabalho. Portanto, buscamos nos concentrar em suas análises sobre evolução do lado real da economia brasileira durante o período 1930 até 1977. Isto se justifica, pois Tavares foi a economista de sua geração que mais se dedicou à questão da dinâmica do crescimento brasileiro. Além disso, foi também a que melhor fez a ponte entre o lado real e o lado financeiro da economia, relação que abordamos ao longo deste trabalho de maneira relativamente breve.

Uma possível crítica às análises de Tavares na década de 70, é o papel secundário que as restrições externas assumem em suas formulações. Isto, porém, é justificado pelo período vivido, em que havia uma abundância de recursos para a periferia do sistema, financiados pelo déficit em transações correntes dos EUA e pelo desenvolvimento das praças financeiras internacionais (em especial os mercados de eurodólares e petrodólares). O choque dos Juros de 1979 cessou a era de bonança e trouxe de volta o fantasma da dívida externa para o Brasil,

colocando em xeque o papel relativamente secundário do setor externo nas interpretações de Tavares.

Tavares é conhecida por arrastar multidões de jovens por onde passa, todos querem ouvir a mestra. Para todo jovem economista, Tavares é fonte de inspiração. Como intelectual, sempre rejeitou o pensamento acomodado e traduziu, através de sua ousadia e capacidade analítica, o papel do pesquisador. Certamente, é a maior economista mulher da América Latina de todos os tempos, com uma trajetória marcada por um profundo comprometimento com o desenvolvimento do continente e em particular do Brasil. Como cidadã, sempre lutou por um país justo. Ao longo dos anos, formou milhares de economistas, ajudou a construir importantes centros de economia, foi deputada federal e teve desempenho destacado no setor público. Em todas as suas atribuições, manteve o compromisso com o povo brasileiro e nunca abriu mão do sonho de construir um Brasil homogêneo e integrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O Debate do Desenvolvimentismo na Tradição Heterodoxa Brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*. n. 13(2) . 2009

BERTOLA L; O' Campo J. A. O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência. São Paulo: Elsevier, 2015.

LESSA, Carlos. Prefácio. In: Tavares, 1982.

ROBILLOTI, Paulo César das Neves Sanna.(2016) “O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares: Influências Teóricas, Economia Política e Pensamento Econômico”. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-Unicamp, defendida em 29/2/2016.

BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro, RJ: Record/CEPAL, (1999) v.1.

BIELSCHOWSKY, R. (org.) Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro, RJ: Record/CEPAL, (1999b) v.2.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha. In: Bielschowsky 1999

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (2010a) “Maria da Conceição Tavares”. *Revista de Economia Contemporânea*. IE-UFRJ. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 193-200, jan./abr. 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (2010b) “Conceição e o crescimento econômico brasileiro”. *IN: Guimarães. J (org). “Leituras críticas de Maria da Conceição Tavares”*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BIELSCHOWSKY, R. “A vigências das contribuições de Celso Furtado”. *Revista CEPAL*, número especial em Português, 2010.

CANO, W. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. 2010.

CARDOSO, F.H e FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira (2004) – originalmente publicado em 1970

CARDOSO DE MELO, J. M. O Capitalismo Tardio. São Paulo, Ed.Brasiliense, 1982.

COSTA, F. N. Introdução. In; Pereira, H (org.). Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019.

COUTINHO, M.C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. Brasileira. Revista de Economia Contemporânea. n. 19(3) . 2015

D'ÁVILA, J. G. O desenvolvimento econômico brasileiro entre 1930-1977 na obra de Conceição Tavares – análise de quatro ensaios. (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro: FE/UFF, (2006)

FIORI, J. L. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 50, p. 207–235, 2000

FRANK, A. G. Capitalismo y Subdesarrollo em América Latina. Buenos Aires, signo, 1970.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras (2007) – publicado originalmente em 1959.

FURTADO, C. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira (1966)

HERMANN, J. (2005). Reforma, endividamento externo e o Milagre Econômico (1964/1973). In Giambiagi, F. and Villela, A. and Barros de Castro, L. and Hermann, J. (orgs.) , Economia Brasileira Contemporânea. Campus, Rio de Janeiro.

KEYNES, J.M. (1936) A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MOURA, E.A (2013) A atualidade da produção teórica de Maria da Conceição Tavares. (Dissertação de Mestrado). Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política: Pontificas Universidade Católica De São Paulo.

PINTO, A. Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano. Mexico: El Trimestre Economico, num. 25, enero-marzo (1965)

PINTO, A. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina (1970).

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais (1949). In: Bielschowsky (1999)

- POSSAS, M. S. Maria da Conceição Tavares. *Estudos Avançados*, 15 (43), págs. 389-400. (2001)
- RANGEL, I. A Inflação brasileira. (1963) In: Rangel, Ignácio. *Obras reunidas*. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto (2005).
- RODRÍGUEZ, O. *O Estruturalismo Latino-Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SCHERER, M. P. A relação entre crescimento e distribuição de renda na economia do desenvolvimento: do modelo de Lewis à Belíndia. (Dissertação de Mestrado) – Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- SERRANO, F. A teoria do valor de Marx: excedente ou transfiguração crítica? In: Encontro Nacional De Economia Política: Brasil e América Latina no Capitalismo Contemporâneo: Contradições e Perspectivas do Desenvolvimento, 12, São Paulo, 2007. Anais... Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1290>.
- SILVA, R. C. A Economia Política de Maria da Conceição Tavares: Trajetória, Influências, Contribuições. Campinas – SP, 2010. [Monografia de Bacharelado – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas].
- VILLAMIL, J. J. Concepto de Estilos de Desarrollo: una aproximación. Cepal, nov. 1979. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/20719>>.
- VUSKOVIC, Pedro. (1970) A distribuição da renda e as opções de desenvolvimento. In: Serra, José (org.) (1976)
- TAVARES, Maria da Conceição. (1963) “Auge e declínio do processo de Substituição de Importações no Brasil”. In: Tavares, 1982.
- TAVARES, Maria da Conceição. (1967) "Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento—o caso do Brasil." In: Tavares, 1982
- TAVARES, Maria da Conceição. (1971) Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente, In: Tavares, Maria da Conceição, 1982. TAVARES, M. C. & Serra, José. “Além da Estagnação”, 1972, In: Tavares, 1982
- TAVARES, Maria da Conceição. (1973), “Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização: um ensaio preliminar”. In TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos.

(Orgs.). A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores

TAVARES M. C. (1974). Acumulação de capital e industrialização no Brasil.

TAVARES, M. C. (1978). Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Unicamp: Instituto de Economia, 1998.

TAVARES, M. C e Belluzzo, L. G. Ainda a controvérsia sobre a demanda efetiva: uma pequena intervenção. Revista de economia política. Vol. 1, nº 3, 1981.

TAVARES, M.C. Da substituição de Importações ao Capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982

TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, L. G. M. "Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea." Texto para discussão (1984).